

FUNDAÇÃO ARMADO ALVARES PENTEADO

FACULDADE DE ECONOMIA

A INSERÇÃO INTERNACIONAL DOS GOVERNOS SUBNACIONAIS

E A COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA:

O CASO DA CIDADE DE SAO PAULO

GRETA MESQUITA BARBOSA

Monografia de Conclusão do Curso apresentada à Faculdade de Economia para obtenção do título de graduação em *Relações Internacionais*, sob a orientação do Prof. Helio Michelini Pellaes Neto.

São Paulo, 2010

BARBOSA, Greta Mesquita. A INSERÇÃO INTERNACIONAL DOS GOVERNOS SUBNACIONAIS E A COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA: O CASO DA CIDADE DE SAO PAULO, São Paulo: FAAP, 2010, 100 p.

(Monografia Apresentada ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Fundação Armando Alvares Penteado)

Palavras-Chaves: Governança, Globalização, Cooperação Internacional, Paradiplomacia, Cooperação Descentralizada, Governos Subnacionais, São Paulo.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e ao meu irmão, os meus mais sinceros agradecimentos pelo amor, atenção, dedicação e a oportunidade que me foram proporcionados no decorrer dessa trajetória.

Ao Professor Helio Michelini Pellaes Neto pela extraordinária orientação proporcionada e pelo incentivo, força e paciência prestados na realização deste trabalho.

Aos meus colegas e Assessores da Secretaria Municipal de Relações Internacionais da Cidade de São Paulo que me apoiaram e me auxiliaram na efetivação deste trabalho: João Paulo Paixão, João Augusto Jadon, Luiz Toledo, Rafael Seixas e a todos os outros que trabalham na SMRI e contribuem significativamente à Prefeitura e a inserção internacional da cidade de São Paulo.

E finalmente aos meus queridos amigos que sempre me ofereceram grande apoio e que dividiram comigo todos os momentos dessa trajetória: Marianna Rodrigues, Renan Trinca, Larissa Salama, Helena Costa, Helen Cordeiro, Rafael Shu, Deu Ro Bae, Vi Thi Vo, Fernanda Butzer, Daniel Laguna, , Luisa Biasi, Paula Costa, Gabriela Cunha, Alexandre Reis e Bruno De Lucca.

*“Apesar do individualismo e da competição crescentes,
a interdependência das partes induz à cooperação
para a sobrevivência e a prosperidade do todo”.*

(Jacques Marcovitch)

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE FIGURAS

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO	8
1. CONCEITOS FUNDAMENTAIS PARA A COMPREENSÃO DO TEMA	4
1.1. GOVERNANÇA VERSUS GOVERNO	5
1.2 EXISTE UMA ORDEM?	6
1.3. O FENÔMENO DA GLOBALIZAÇÃO	9
1.4. A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	12
1.4.1. TENDÊNCIAS DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	17
1.4.2. A COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL	21
1.5. A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO BRASIL	28
1.5.1. A COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL NO BRASIL	30
2. OS GOVERNOS SUBNACIONAIS COMO ATORES DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	33
2.1. PARADIPLOMACIA	34
2.1.1 A COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA	37
2.1.2 AS REDES INTERNACIONAIS DE CIDADES	40
2.2. A DIMENSÃO SUBNACIONAL DO BRASIL	43
2.2.1 O MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES E OS ENTES FEDERADOS	44
2.2.2 PARCEIROS	49
3. O CASO DA CIDADE DE SÃO PAULO	56
3.1. A PARADIPLOMACIA NA CIDADE DE SÃO PAULO	58
3.1.1 A COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA NA CIDADE DE SÃO PAULO	67
CONCLUSÃO	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86
REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS	91
ANEXO 1	1A
ANEXO 2	5A
ANEXO 3	12A

LISTA DE SIGLAS

AAA - AGENDA DE AÇÃO DE ACCRA

ABC - AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO

ABM - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUNICÍPIOS

ACC - COMITÊ ADMINISTRATIVO DE COORDENAÇÃO

ACDI - AGÊNCIA CANADENSE PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL

ACP - ÁFRICA, CARIBE E PACÍFICO

AEC - ASSOCIAÇÃO DOS ESTADOS DO CARIBE

AECID - AGÊNCIA ESPANHOLA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO

AFD - AGÊNCIA FRANCESA DE DESENVOLVIMENTO BID - BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

AFEPA - ASSESSORIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS E PARLAMENTARES

AID - ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

AOD - AJUDA OFICIAL AO DESENVOLVIMENTO

APEC - COOPERAÇÃO ECONÔMICA ÁSIA-PACÍFICO

ARF - ASSESSORIA DE RELAÇÕES FEDERATIVAS

ARI - ASSESSORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ASEAN - ASSOCIAÇÃO DO SUDESTE ASIÁTICO

BID - BANCO INTER-AMERICANO DE INTEGRAÇÃO

BIRD - BANCO MUNDIAL DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

BNDES - BANCO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

CAD - COMITÊ DE AJUDA PARA O DESENVOLVIMENTO

CAF - COMITÊ DE ARTICULAÇÃO FEDERATIVA

CEE - COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPÉIA

CEPAL - COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA

CEPD - COOPERAÇÃO ECONÔMICA ENTRE PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

CEUS - CENTROS EDUCACIONAIS UNIFICADOS

CFI - CORPORAÇÃO FINANCEIRA INTERNACIONAL

CGLU - ORGANIZAÇÃO DE CIDADES E GOVERNOS LOCAIS UNIDOS

CIAP - COMITÊ INTERAMERICANO DA ALIANÇA PARA O PROGRESSO

CIDEU - AMÉRICA LATINA É O CENTRO IBERO-AMERICANO DE DESENVOLVIMENTO
ESTRATÉGICO URBANO

CNAT - COMISSÃO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA CNM - CONFEDERAÇÃO NACIONAL
DOS MUNICÍPIOS

COCAP - COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA ALIANÇA PARA O PROGRESSO

CODESUL - CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO SUL DO BRASIL

COEP - COMBATE À FOME E PELA VIDA

COFIEX - COMISSÃO DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS

COHAB - COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO

CRECENEA - COMISSÃO REGIONAL DE COMÉRCIO EXTERIOR DO NORTE ARGENTINO

CRIF - CONSELHO REGIONAL DE ÎLE-DE-FRANCE

CSS - COOPERAÇÃO SUL-SUL

CTI - COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL

CTPD - COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

DFID - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL

ECDPM - CENTRO EUROPEU PARA A GESTÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO

ECOSOC - CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL

UE - UNIÃO EUROPÉIA

FCCR - FORO CONSULTIVO DE MUNICÍPIOS, ESTADOS FEDERADO, PROVÍNCIAS E
DEPARTAMENTOS DO MERCOSUL

FLACMA - FEDERAÇÃO LATINO-AMERICANA DE CIDADES, MUNICÍPIOS E ASSOCIAÇÕES DE
GOVERNOS LOCAIS

FMCU - FEDERAÇÃO MUNDIAL DE CIDADES UNIDAS

FMI - FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

FNP - FRENTE NACIONAL DOS PREFEITOS

G77 - GRUPO DOS 77

GATT - ACORDO GERAL DE TARIFAS E COMÉRCIO

GTZ - *GESELLSCHAFT FÜR TECHNISCHE ZUSAMMENARBEIT* (SOCIEDADE ALEMÃ DE COOPERAÇÃO TÉCNICA)

HAP - *HUMANITARIAN ACCOUNTABILITY PARTNERSHIP* (PARCERIA DE RESPONSABILIDADE HUMANITÁRIA)

IBAS - ÍNDIA, BRASIL E ÁFRICA DO SUL

ICLEI - CONSELHO INTERNACIONAL PARA AS ATIVIDADES MEIO AMBIENTAIS LOCAIS

ICSID - CENTRO INTERNACIONAL DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS RELATIVAS À INVESTIMENTO

IFC - *INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION* (CORPORAÇÃO FINANCEIRA INTERNACIONAL)

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

ITC - *INTERNATIONAL TRADE CENTER* (CENTRO DE COMÉRCIO INTERNACIONAL)

ITDP - *INSTITUTE OF TRANSPORT AND DEVELOPMENT POLICIES*

IULA - UNIÃO INTERNACIONAL DE CIDADES LOCAIS

JICA - AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO JAPÃO

MIGA - AGÊNCIA MULTILATERAL DE GARANTIA DO INVESTIMENTO

MRE - MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL

NAFTA - TRATADO DE LIVRE COMÉRCIO DA AMÉRICA

NOEI - NOVA ORDEM ECONÔMICA INTERNACIONAL

OCDE - ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ODM - OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO

OEA - ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

OECE - ORGANIZAÇÃO EUROPÉIA DE COOPERAÇÃO ECONÔMICA

OMC - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO OU WTO – WORLD TRADE ORGANIZATION

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE

ONG - ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

OPA - OPERAÇÃO PAN-AMERICANA

OTAN - TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE

PABA - PLANO DE AÇÃO DE BUENOS AIRES

PMSP - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO

PPP - PARCERIA PÚBLICO PRIVADA

PVD – PAÍSES EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO

RIAD - REDE INTERAMERICANA DE ALTO NÍVEL SOBRE DESCENTRALIZAÇÃO, GOVERNO LOCAL E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

SADC - COMUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA

SAF - SUBCHEFIA DE ASSUNTOS FEDERATIVOS

SELA - SISTEMA ECONÔMICO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE

TIAR - TRATADO INTERAMERICANO DE ASSISTÊNCIA RECÍPROCA

UA - UNIÃO AFRICANA

UN-HABITAT - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS ASSENTAMENTOS HUMANOS

UNCTAD - NAÇÕES UNIDAS PARA O COMÉRCIO E O DESENVOLVIMENTO

UNIDO - UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

USAID - AGÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL

SMRI - SECRETARIA MUNICIPAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

SMADS - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - SISTEMA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	167
QUADRO 2 – RELAÇÃO DE GOVERNANTES DA CIDADE DE SÃO PAULO DESDE 1989	681
QUADRO 3 - CIDADES-IRMÃS DE SÃO PAULO	68
QUADRO 4 - ATUAÇÃO DE SÃO PAULO NAS REDES DE CIDADES	71
QUADRO 5 - COOPERAÇÃO FINANCEIRA – CAPTAÇÃO DE RECURSOS A FUNDO PERDIDO	723
QUADRO 6 - COOPERAÇÃO TÉCNICA	74
QUADRO 7 - CONVÊNIO ENTRE A PREFEITURA DE SÃO PAULO E A REGIÃO DE ÎLE-DE-FRANCE – PROJETOS.	78

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - DISTRIBUIÇÃO DAS CIDADES COM UM ÓRGÃO RESPONSÁVEL POR ASSUNTOS INTERNACIONAIS POR REGIÃO.	49
FIGURA 2 - INVESTIMENTO EM COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA NO BRASIL POR PAÍS (%)	52
FIGURA 3 - DIVISÃO REGIONAL DAS PREFEITURAS DO BRASIL QUE PARTICIPARAM DO PROGRAMA URB-AL.	55

RESUMO

Esta monografia examina a questão da inserção internacional dos estados e cidades, tratados neste trabalho como governos subnacionais. Com a emergência do fenômeno da globalização na década de 1980, foi enfraquecida a idéia do Estado nação como um único ator no sistema internacional, impulsionando a atuação dos governos locais no âmbito internacional.

Ademais, diante de todos os temas transnacionais que surgiram, assim como a competição, devido à justamente o fenômeno da globalização, a cooperação internacional nasceu como uma maneira de os atores trabalharem em conjunto para alcançar um objetivo comum. Neste sentido, os governos locais passaram a realizar a cooperação descentralizada entre si para efetivar as políticas públicas necessárias para o desenvolvimento local, este que se torna de elevada importância frente às diretrizes dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Para tanto, o tema central de investigação desse trabalho consiste nas razões e formas de inserção internacional dos governos subnacionais, partindo da apresentação do caso da Cidade de São Paulo.

ABSTRACT

This paper analyses the issues surrounding the international insertion in prominence of states and cities, treated here as subnational governments. Due to the emergence of the phenomenon of globalization during the 1980s, the concept of the nation state as a single actor in the international system has weakened, thus boosting the performance of local governments in international affairs.

The presence of all transnational issues, as well as increased competition, that have arisen due to the phenomenon of globalization has encouraged the emergence of international cooperation as a way for actors to work together to achieve a common goal. In this sense, local governments have begun to perform the decentralized cooperation among them to reinforce the public policies necessary for local development, which becomes a highly important guideline ahead of the Millennium Development Goals (MDGs).

Therefore, the central theme of this research work consists of the reasons and forms of international insertion of subnational governments, using as a particular example the case of the City of São Paulo.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o tema da inserção internacional de estados e municípios, especialmente das cidades, que serão mencionados neste trabalho como governos subnacionais. A questão das atividades internacionais de governos locais vem ganhando grande ênfase e tem se tornado importante objeto de estudo no campo das Relações Internacionais, uma vez observar-se que as relações entre os atores internacionais tenham se intensificado a partir da década de 1990, devido ao fenômeno conhecido como globalização. Fator que culminou na emergência de novos atores internacionais, mudando as políticas no âmbito internacional, no sentido de descentralização na tomada de decisão dos poderes federais. A globalização, no entanto, não enfraqueceu o Estado devido à inserção de novos atores internacionais, mas sim reformulou seu papel, trazendo para a esfera nacional novos desafios e questões internacionais.

Para tanto, o capítulo inicial do presente trabalho abordará conceitos fundamentais que antecederam e influenciaram a inserção internacional dos governos locais. A emergência de novos temas e desafios no âmbito internacional passou a afetar todos os atores, influenciando o declínio das fronteiras e fortalecendo a manifestação de novas perspectivas e relações entre os atores internacionais na governança mundial. Por este motivo, serão expostas, em um primeiro momento, as questões de governança mundial e de governo indicando o cenário que os compõem e de como os atores interagem sem um governo central, bem como as relações que são estabelecidas.

Em seguida será analisada a emergência da globalização e as respostas que surgem com este elemento. Neste contexto, a cooperação internacional surge como a primeira resposta em contragolpe à competição, onde os atores procuram trabalhar conjuntamente em busca de um fim comum, o desenvolvimento. Também será analisada a conjuntura da cooperação internacional e seus atores, mencionando as tendências que a cooperação internacional vem tomando, apresentando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e a necessidade de os atores cooperarem entre si para alcançar tais metas, bem como as novas formas de realizar a cooperação, como a Cooperação Sul-Sul e Cooperação Triangular. Por fim, será exposta a modalidade de cooperação técnica internacional, esta que vem sendo concretizada como um mecanismo de promoção do desenvolvimento.

O segundo capítulo apresentará justamente o tema da inserção internacional dos governos subnacionais, aprofundada logo após a emergência da globalização e a descentralização de poder, questões que influenciaram o processo de enfraquecimento do Estado-nação e fortaleceram o papel dos governos subnacionais no âmbito internacional. Estes atores procuram sua inserção internacional de diversos modos, para além de projetar a cidade internacionalmente, também promover parcerias de cooperação internacional, efetivando suas políticas locais e promovendo o desenvolvimento local.

A paradiplomacia vem ganhando amplo espaço de atuação e uma das realizações que vem crescendo é a cooperação descentralizada, esta que é feita justamente entre governos subnacionais no âmbito internacional, variando de acordo com os objetivos e interesses específicos de cada região. Com a globalização e a competitividade, as localidades vêm a inserção internacional como uma maneira de projetar a cidade, e a prática de cooperação descentralizada seria uma maneira de paradiplomacia para promover o desenvolvimento da região. Desta maneira, quando as entidades subnacionais se comprometem a estabelecer uma parceria internacional, a relação entre as partes passa a ser construída sobre um princípio de relações recíprocas, baseados em um interesse comum.

Neste sentido, a inserção internacional dos governos subnacionais será tratada como paradiplomacia ou diplomacia federativa, para então ser analisada a cooperação descentralizada como uma maneira de paradiplomacia. Em seguida será analisada a dimensão subnacional do Brasil, mostrando as limitações da atuação internacional de seus entes federados, bem como as adaptações feitas pelo governo central. Por fim, será feita uma breve exposição de alguns programas atingidos na dimensão subnacional e os principais parceiros do Brasil.

Por conseguinte, levando em consideração o fenômeno da globalização e a emergência dos governos subnacionais como novos atores no âmbito internacional, cabe discutir a relevância da inserção internacional dos governos subnacionais no Brasil, em particular a inserção internacional da Cidade de São Paulo e os projetos de cooperação descentralizada concretizados. Por este motivo, o terceiro capítulo tem como objetivo apresentar justamente o caso da Cidade de São Paulo, mostrando suas atividades de inserção internacional. A escolha de apresentar uma cidade se dá devido ao fato destes atores estarem diretamente ligados às questões sociais da sociedade, tendo um maior contato com os indivíduos e as problemáticas em questão. Além disso, visto a necessidade de alcançar as metas dos Objetivos de

Desenvolvimento do Milênio (ODM), as cidades se encontram como os principais atores que promovem as políticas de desenvolvimento local.

A cidade de São Paulo foi escolhida, neste sentido, por possuir intensa participação nas atividades econômicas do Brasil, além de ser a maior cidade do país, possuir um perfil de cidade global e ter uma Secretaria Municipal de Relações Internacionais instituída na Prefeitura de São Paulo. Para tanto, serão apresentados, no último capítulo, a inserção internacional da cidade de São Paulo nos diferentes governos, mais especificamente após a criação da Secretaria Municipal de Relações Internacionais, para finalmente, apresentar os principais projetos de cooperação descentralizada na gestão de Marta Suplicy (2001-2004), de José Serra (2005-2006) e a atual gestão de Gilberto Kassab (2006-2010). Ressalva-se, contudo, que este trabalho tem como objetivo apresentar a inserção internacional da cidade de São Paulo e os projetos de cooperação descentralizada efetivados em cada governo, não havendo o posicionamento político acerca de qual gestão apresentou a melhor atuação ou os melhores projetos, mas sim, os principais projetos e parceiros da cidade em cada governo, bem como os efeitos quando da troca de governos e o foco que cada governante produziu durante sua gestão.

Diante da composição deste trabalho, os capítulos estão estruturados com o objetivo de comprovar a hipótese de que com a emergência de novos atores no âmbito internacional e o aumento de tomada de decisões provenientes de governos locais, a questão da cooperação descentralizada é vista como um método de inserção externa e de promoção da imagem dos governos subnacionais, aumentando seu papel e relevância nas relações internacionais e trazendo, ao mesmo tempo, o desenvolvimento local da região. No entanto, a dificuldade de coordenação e a falta de especialistas trabalhando na efetivação da cooperação descentralizada nas cidades ainda são problemas a serem enfrentados para o melhor aproveitamento da ajuda externa recebida. Ademais, a troca de governos dificulta a continuidade do andamento dos projetos, além de mudar o foco da política pública de cada governante.

Para tanto, o trabalho é baseado, fundamentalmente em livros e artigos, assim como documentos internacionais oficiais e *websites* que tratam do assunto. Especificadamente no último capítulo, sobre o caso da cidade de São Paulo, foram utilizados os relatórios de gestões da Secretaria Municipal de Relações Internacionais, bem como notícias encontradas no portal da Prefeitura de São Paulo.

1. CONCEITOS FUNDAMENTAIS PARA A COMPREENSÃO DO TEMA

O primeiro capítulo do presente trabalho visa abordar conceitos importantes que antecederam e influenciaram a inserção internacional dos estados e municípios, estes que serão referidos neste trabalho como governos subnacionais. Perante aos novos temas e aos novos desafios internacionais que afetam todos os atores, percebe-se a necessidade de resolver todas estas questões em conjunto, declinando as fronteiras e influenciando a emergência de novas perspectivas e relações entre os atores internacionais na governança mundial.

(...) num mundo onde a autoridade sofre deslocamento contínuo, tanto exteriormente, no sentido das entidades supranacionais, como internamente, no sentido dos grupos subnacionais, é cada vez mais necessário verificar como pode existir a governança na ausência de um governo (ROSENAU, 2000, p. 13).

Neste sentido, faz-se indispensável, em um primeiro momento, à exposição das questões de governança mundial e de governo e de como o sistema internacional se ordena; o cenário que estabelece e de como os atores interagem nele sem um governo central, ou como as relações são estabelecidas e suas tendências. Em seguida será analisado a emergência da globalização e as respostas que surgem com este fenômeno. Segundo Ianni (2007, p. 32), a “globalização rima com integração e homogeneização, da mesma forma que com diferenciação e fragmentação”, alegando que o fenômeno versa “uma configuração histórica problemática, atravessada pelo desenvolvimento desigual, combinado e contraditório”. Beck (1999), por sua vez, assume que com a globalização houve o declínio do Estado-nação, mas não sua extinção, devido à emergência de novos atores internacionais, bem como os temas transnacionais que afetam a soberania do Estado.

Diante disso, Beck (1999) sugere algumas alternativas em resposta ao fenômeno da globalização, duas delas serão mencionadas no presente trabalho no que concerne à crescente demanda pela Cooperação Internacional e a questão da Soberania Transnacional. A cooperação internacional surge, segundo o autor, como a primeira resposta do fenômeno da globalização em retorno à competição, onde os atores trabalham em conjunto objetivando um fim comum. Para tanto, será analisado, ainda neste capítulo, a conjuntura da cooperação internacional, seus atores e suas tendências, e por fim, será exposta a modalidade de

cooperação técnica internacional, esta que vem sendo amplamente consagrada e desempenhada como um mecanismo de promoção do desenvolvimento.

1.1. GOVERNANÇA *VERSUS* GOVERNO

Atualmente, é possível perceber uma mudança no contexto do sistema internacional e nas tomadas de decisões dos governos, uma vez que a nova agenda global passou a abordar temas vistos como transnacionais, que ultrapassam as fronteiras e afetam a todos os atores. Exemplo de alguns temas seriam a abertura de mercados, a preocupação ambiental e as questões ligadas às drogas, ao terrorismo, à *AIDS e etc.* Tais temas podem dificultar, de certa forma, os acordos e os tratados, tendo em vista justamente a dependência de todos os atores afetados para efetivar a tomada de decisão. Além disso, a velocidade e a amplitude da transformação mundial ocorrente vêm deslocando os centros de comando, deixando de ser unicamente dos governos centrais. Embora os governos ainda conservem sua soberania, parte dela foi transmitida para outros níveis, ou seja, “certas funções da governança estão sendo executadas mediante atividades que não têm origem nos governos” (ROSENAU, 2000, p. 14).

Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que a dificuldade de resolução de todos estes temas é também influenciada pela questão da soberania que está passando por um processo de transição, onde o contexto global atual modifica, em termos, sua aplicabilidade e entendimento. A soberania passou da noção de centro para a rede, o controle dos diversos assuntos não é mais unicamente do Estado nacional, e sim de todo o sistema que possui regras e princípios, estes que apesar de ainda não serem conectados por inteiro, influenciam na criação de autonomias legais com alcance global (COZZANIGA, 2001, p.1).

Para o melhor entendimento do fato exposto acima, é necessário distinguir os conceitos de governança e de governo. Rosenau (2000, p.15) explica que mesmo ambos os termos caminharem juntamente, eles não possuem o mesmo significado; a idéia de governo “sugere atividades sustentadas por uma autoridade formal”, enquanto que governança indica “atividades apoiadas em objetivos comuns, que podem ou não derivar de responsabilidades legais” e “não dependem, necessariamente, do poder de polícia para que sejam aceitas e

vençam resistências”. Ou seja, governança implica na idéia de que o sistema internacional é desprovido de uma hierarquia ou de um governo central, não obstante, seu entendimento é de grande importância, uma vez que, mesmo na ausência de um governo central controlador, sua contextualização nos permite compreender os eventos transnacionais que ocorrem no sistema internacional, facilitando o esclarecimento e a identificação dos processos de decisões, bem como os focos de influências e as ações que os determinam. Pode-se dizer assim, que a governança global é o governo, sem a autoridade soberana, de relações que ultrapassam as fronteiras nacionais, ou seja, a governança global pratica internacionalmente o que os governos fazem nacionalmente (ROSENAU, 2000, p. 369).

Neste sentido, governança é um fenômeno mais amplo, Rosenau (Ibidem, p. 16) explica que “é um sistema de ordenação que só funciona se for aceito pela maioria (ou pelo menos pelos atores mais poderosos do universo), enquanto os governos podem funcionar em plena face de ampla oposição à sua política”. Pode-se dizer, assim, que é possível a existência de governos ineficazes, diferentemente da governança, esta que é vista como uma anarquia ou caos e que com isso, existe governança sem governo, onde não há mecanismos regulatórios e as atividades e os temas transnacionais funcionam mesmo sem a presença de uma autoridade formal (in loc. cit).

1.2 EXISTE UMA ORDEM?

Face ao exposto, embora a governança apresente a idéia de anarquia, onde não existe uma ordem hierárquica no sistema internacional e, portanto, não há um governo central que conduza todos os assuntos transnacionais que afetam os atores internacionais, existe, de certa maneira, uma ordem marcada de acordo com o cenário existente. Young (1989, apud ROSENAU, 2000, p. 9) sugere que a ordem internacional é ampla, onde existe um quadro de acordos que governam as atividades de todos os atores internacionais, ou quase todos, em uma vasta gama de temas, ou seja, seria como um sistema de Estados soberanos com bases territoriais que interagem entre si, na ausência de um governo central.

Neste contexto, entra em discussão a questão da interdependência, onde os atores dividem objetivos e desafios comuns e que suas ações passaram a afetar diretamente uns aos outros, uma vez a interdependência afeta as políticas mundiais e o comportamento dos

Estados; governos ao criarem acordos para determinadas atividades ou temas internacionais, regulam e controlam as relações transnacionais e as relações entre Estados (KEOHANE; NYE, 2001, p. 5)¹.

Rosenau (2000, p. 28) acredita que as estruturas que mantêm esta ordem mundial podem ser divididas em três níveis e a ordem resulta das ações exercidas neles:

(...) o nível ideacional ou intersubjetivo do que as pessoas sentem com pouca clareza, percebem intuitivamente ou de algum outro modo entendem como os arranjos com o quais seus assuntos são tratados; o nível objetivo ou comportamental do que as pessoas fazem rotineiramente, muitas vezes de forma inconsciente, para manter os arranjos globais prevalecentes; o nível político ou agregado onde se situa a governança, no qual as instituições e os regimes voltados para a ordenação implementam as políticas inerentes aos dois primeiros níveis (in loc. cit).

E acrescenta, dizendo que o primeiro nível de atividade consiste nos valores compartilhados, nas atitudes e nas percepções da política mundial, o segundo nível é voltado às ações, negociações e discussões dos atores e o terceiro nível sustenta a parte mais formal e organizada da ordem, como por exemplo, os regimes e as instituições – “elementos que dão forma aos entendimentos por meio dos quais a política global se desenvolve no tempo” (Idem, *ibidem*, p. 29).

A ordem global que emerge após a Guerra Fria nos leva a diversos caminhos, apesar disso, já é possível perceber algumas direções da política mundial, as quais surgem das tendências centralizadoras e descentralizadoras encontradas em todos os níveis de atividades do sistema. Isto se dá devido às inovações tecnológicas que estreitam o mundo, tornando-o mais interdependente, integrado e ao mesmo tempo mais fragmentado, fazendo com que quanto mais o todo se converge e se torna interdependente, mais suas partes buscam maior autonomia, maior controle local e independência (Idem, *ibidem*, p. 374).

Martins (2006, p. 26) acredita que o cenário internacional pós Guerra Fria seja marcado “por um importante deslocamento geopolítico dos eixos econômicos e de poder, se reveste de complexidade crescente; e as mudanças que ela encerra estão redefinindo orientações e referências políticas como talvez em nenhum outro período da história moderna (...)”, alegando que estas mudanças estão ocorrendo em todos os lugares do mundo e de

¹ Veja, entre outros, KEOHANE, Robert O; NYE, Joseph S. *Power and Interdependence*. 3ª edição. Longman, 2001. Sobre a questão da interdependência.

formas diferentes, interagindo entre si “alguns casos de forma complementar e em outros de forma altamente conflitiva”.

Rosenau (2000, p. 376) ressalta outra mudança no que diz respeito à transformação do antigo sistema anárquico, focado no Estado central, o qual passou a existir diversos ramos, “composto por várias coletividades livres da ‘soberania’, separado do universo centrado no Estado, de atores ‘vinculados à soberania’ e competindo com ele”, isto devido ao deslocamento da autoridade do Estado para outros atores – conhecidos como atores subnacionais. Como já mencionado, a nova ordem global se fundará em uma cadeia de arranjos que contracenará em uma tensão contínua entre os âmbitos centralizadores e descentralizadores, “entre as pressões em favor da coordenação dos esforços transnacionais para enfrentar os desafios de uma interdependência cada vez maior e as que procuram satisfazer as demandas subnacionais por autonomia e independência” (Idem, *ibidem*, 388). Não se pode prever, contudo, qual delas prevalecerá e se haverá a aceitação da existência das disposições transnacionais e subnacionais, mesmo que a descentralização seja intensa o bastante para impedir uma autoridade que centralize a política mundial (*in loc. cit.*).

Neste sentido, as relações internacionais e seus processos políticos e decisórios estão marcados por alguns fatores, a saber: a configuração do Estado-nação foi modificada, limitando de certa maneira suas imunidades soberanas; a emergência de novos atores internacionais e a fragmentação de interesses nas sociedades; o amortecimento do sistema de representação, no que diz respeito à formação política que define os interesses nacionais “(bastaria mencionar a proliferação de ONGs e a ação paralela ao sistema político de movimentos sociais organizados como novos atores nacionais e internacionais, dotados de capacidade de auto-representação e de mobilização através de redes próprias de informática)” (MARTINS, 2006, p. 28 e 29).

Segundo Castelo Branco (2007, p. 57) “o declínio da antiga ordem internacional, que tradicionalmente esteve articulada ao redor do conceito da divisão do mundo em Estados-Nações plenamente soberanos, foi causado, sobretudo, pelas transformações conceituais que originaram a globalização”, uma nova ordem é construída no cenário que ultrapassa as fronteiras, abre mercados com todas as transações internacionais, fluxos migratórios em conjunto com a descentralização do poder e a ampliação da democracia e na maior participação da sociedade na política, trazendo a tona a necessidade de atuação de atores não estatais para buscar soluções para os diversos temas e o desenvolvimento em conjunto no sistema internacional.

Em suma, pode-se dizer que a ordem se baseará no consenso e na cooperação dos atores e a concepção de organismos multilaterais, o que importa na nova dinâmica e cria novos valores no sistema internacional (FONSECA; BELLI, 2004, p. 11). A ordem internacional nos mostra, portanto, uma realidade complexa de intercâmbios políticos, econômicos e sociais que envolvem valores diversos (Idem, ibidem, p. 15). Percebe-se, assim, a transição e as grandes mudanças no contexto internacional, a governança, os assuntos transnacionais e a ordem que se estabelece no âmbito internacional, temas que remetem à discussão do fenômeno da globalização, por possuir papel relevante em todas estas mudanças.

1.3. O FENÔMENO DA GLOBALIZAÇÃO

Keohane e Nye (2001, p. 229) abordam a globalização como referência ao aumento ou a diminuição do globalismo, este definido pelos autores como uma condição ou um estado do mundo que podem ser majorados ou atenuados. Esta condição implicaria nas redes de interdependência, nas distâncias multi-continentais conectadas pelos fluxos e influências de bens e capitais, idéias e informações, pessoas e forças, assim como circunstâncias ambientais e biológicas. Beck (1999, p. 203), por sua vez, assimila globalismo e globalização como “sociedade mundial sem Estado mundial e sem governo mundial”, ou seja, uma sociedade global policêntrica, onde atores nacionais-estatais e transnacionais interagem entre si. Já Ianni (2007, p. 7) define:

A globalização do mundo expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial. Um processo de amplas proporções envolvendo nações e nacionalidade, regimes políticos e projetos nacionais, grupos e classes sociais, economias e sociedades, culturas e civilizações. Assinala a emergência da sociedade global, como uma totalidade abrangente, complexa e contraditória. Uma realidade ainda pouco conhecida, desafiando práticas e ideais, situações consolidadas e interpretações sedimentadas, formas de pensamento e vôos da imaginação.

A globalização faz com que os Estados nacionais vejam a sua soberania, seus poderes e suas orientações, sofrerem a intercessão dos atores transnacionais, ou seja, “a globalização abala a imagem de um Estado nacional homogêneo, fechado e isolado, sustentado pelo nome de República Federativa”, pois ela significa a desnacionalização e a possível transformação do

Estado nacional em transnacional (BECK, 1999, p. 36). Além de emergir uma grande variedade de relações entre as sociedades e os Estados, a unidade Estado e a sociedade nacional são rompidos, formando novas relações de poder, identidades e espaços para localidades emergirem no âmbito internacional (Idem, *ibidem*, p. 49). O poder decisório concentrava-se em uma base territorial maciça, conhecidos como Estados-nacionais, e estes determinavam o caminho a ser seguido. Com o fenômeno da globalização, novos atores passaram a ter papel importante nas tomadas de decisões, criando novas maneiras de interação no sistema internacional e na sociedade transnacional (FONSECA; BELLI, 2004, p. 12).

Para o melhor entendimento, Beck (1999, p. 52 e 53) aborda a teoria do *container* social, a qual implica que o poder e a força estão com o Estado e as sociedades são subordinadas a ele, ou seja, elas são sociedades do Estado e encontram-se submersas no território do poder do Estado nacional e o Estado, por sua vez, seria o *container* onde as sociedades permaneceriam. Essa idéia, contudo, não é somente empregada fora desse cenário, mas também dentro dele, subdividindo-se em: identidades coletivas, onde se encontram as classes e as diversas formas de relacionamento e; o sistema social, onde estão a economia, a política, o direito e outros. O Estado, neste caso, seria o mantenedor dessa coesão nacional, marcado pelo *container* de seu território, no entanto, com a modernização e a globalização, este modelo ordenador vem sendo abalado, mudando esses conceitos sociais e também a idéia de estado nacional (Idem, *ibidem*, p. 54 e 55).

Como resultado da globalização, certos paradigmas foram consumidos por este fenômeno; a idéia de o Estado ser o único ator importante no sistema internacional foi descartada, uma vez que outros atores entraram em campo com elevada relevância, surgiu, assim, o que se entende a sociedade transnacional, o que elevou a complexidade de todos os processos (FONSECA; BELLI, 2004, p. 12).

Desta maneira, Beck (1999, p. 57) afirma que os âmbitos transnacionais emergem à medida que os atores os reconhecem e os mantêm funcionando, produzindo novas disposições globais. Além disso, o autor diz que não existe “um-ou-outro”, mas sim “tanto-um-quanto-outro”, alegando que os fenômenos como de “globalização e regionalização, conexão e fragmentação, centralização e descentralização” não se eliminam, mas são sim “duas faces da mesma moeda” (*in loc cit*).

Diante disso, a análise dos efeitos que a globalização trouxe para a modernidade é de elevada importância, devido às quebras de paradigmas, bem como os novos fundamentos e as dinâmicas que passaram a moldar o sistema internacional atual. Para tanto, Beck (*Ibidem*, p.

225) propõe algumas respostas que surgiram da globalização, cabendo destacar as duas primeiras, a saber: a Cooperação Internacional e o Estado Transnacional ou ‘soberania inclusiva’².

A Cooperação Internacional aparece como a primeira resposta ao fenômeno devido à ampliação do âmbito internacional que surge com a globalização, necessitando o maior controle das instituições e regulamentações internacionais para controlar as políticas além das fronteiras dos Estados, assim, a cooperação entre todos os atores facilitaria os processos e traria a maior eficiência e o fortalecimento nas relações internacionais (Idem, *ibidem*, p. 227).

A segunda questão, acerca do Estado Transnacional, implica no entendimento da idéia coletiva dos Estados, uma vez que, com o fenômeno da globalização, os Estados deixaram de ser unidades isoladas e passaram a fazer parte de um coletivo, devido a emergência de assuntos que ultrapassam as bases territoriais e transformam-se em questões que regem o coletivo. Com isso, os Estados transnacionais se aproximam como uma resposta à globalização, visando manter “a soberania regional e a identidade extra-nacional”, alocando-se como Estados únicos, mas trabalhando para cooperação (Idem, *ibidem*, p. 231). Fazendo um paralelo a Durkheim, Beck (*ibidem*, p. 232) alega que a “anarquia mecânica da diversidade é substituída pela soberania orgânica da cooperação na relação entre os Estados”³, ou seja, os espaços transnacionais excluem os territórios e “os atores nacionais-estatais conquistam espaços de conformação política na medida em que demonstram ser capazes de aumentar a riqueza pública e a econômica através da cooperação transnacional”.

Ademais, a construção da política do Estado transnacional nos coloca diante dois princípios, o do pacifismo jurídico e o federalista do controle interestatal (Idem, *ibidem*, p. 233). O primeiro é fundamentado no direito internacional que afirma a necessidade de criação de leis e representações que mantenham ou trabalham para manter a paz entre os Estados, o direito internacional torna-se importante devido ao amplo campo em que os atores se

² Segundo o autor, as dez respostas à globalização são respectivamente: “Cooperação internacional; Estado transnacional ou ‘soberania inclusiva’; Participação no capital; Reorientação da política educacional; As empresas transnacionais são a-democráticas ou então anti-democráticas?; Aliança em favor da atividade comunitária; O que virá após o modelo Volkswagen de nação exportadora? A determinação de novos objetivos culturais, políticos e econômicos; Culturas experimentais, nichos mercadológicos e auto-renovação social; Empresários públicos e trabalhadores autônomos; Contrato social contra a exclusão? (BECK, 1999, p. 226).

³ Cabe citar solidariedade mecânica e orgânica de Durkheim. A primeira se encaixa nas sociedades primitivas que possuem um relacionamento devido às suas semelhanças e suas crenças comuns, nessa sociedade é necessário haver o direito repressivo e a consciência coletiva. Já a solidariedade orgânica se encaixa nas sociedades mais desenvolvidas que a partir da divisão do trabalho, os papéis sociais das pessoas se cruzam, o direito cooperativo rege nesta sociedade e os papéis sociais unem a sociedade, por isso o nome mecânico (RODRIGUES, José Albertino. *Émile Durkheim: Sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 1999).

encontram que vão além de suas leis nacionais, fazendo-os perder o poder do controle de certas tomadas de decisões (Idem, *ibidem*, p. 234 e 235). O segundo princípio implica no federalismo transnacional no que vem a ser a política coletiva dos Estados no sistema internacional “com vistas à renovação dos Estados locais isolados e à delimitação do poder dos centros transnacionais” (Idem, *ibidem*, p. 236). Por conseguinte, a soberania inclusive é entendida como a abdicação de sua própria soberania a favor da cooperação internacional que facilitou “o crescimento local e transnacional da arrecadação, dos empregos, do entendimento e das liberdades políticas” (Idem, *ibidem*, p. 237).

Face ao exposto, com a inclinação da idéia de Estado-nação, os governos subnacionais surgem como atores no âmbito internacional, reduzindo de certa forma a soberania nacional, uma vez que o governo central deixa de ser o centro unânime de poderes e decisões, passando a compartilhar e aceitar a atuação de outros atores, entre eles os governos locais (IANNI, 2007, p.13). Neste sentido, a globalização pode ser reconhecida como uma governabilidade alterada ou pela criação e reformulação da sociedade transnacional, visando criar a estabilidade da ordem, mais equitativa e com a participação de todos, por meio de uma governabilidade democrática (FONSECA; BELLI, 2004, p. 23).

1.4. A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A globalização abriu caminho para a rápida comunicação devido às inovações tecnológicas, proporcionando a informação instantânea em larga escala, favoreceu também a democracia e intensificou as relações entre os países, intensificando, conseqüentemente, a competitividade entre os mesmos. A cooperação internacional surge, assim, como uma maneira de conciliar a competição existente entre os Estados desencadeada pela globalização, fomentando parcerias para resolução de fins comuns (MARCOVITCH, 1994, p. 47). Como já mencionado, Beck (1999) acredita que a cooperação internacional emerge como a primeira resposta à globalização. A cooperação é classificada por Amorim (1994, p. 151) como “o respeito de um Estado pela existência de outros Estados, cujos objetivos podem e devem ser por eles próprios traçados”.

Faz-se necessário, primeiramente, fazer referência à Carta das Nações Unidas, assinada em 1945, a qual possui um capítulo destinado à cooperação. O capítulo IX trata da questão da cooperação internacional econômica e social, onde devem ser criadas “condições de estabilidade e bem estar, necessárias às relações pacíficas e amistosas entre as Nações” e que, para tanto, os princípios da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos devem ser cumpridos. Desta maneira, serão favorecidos pelas Nações Unidas:

*a) níveis mais altos de vida, trabalho efetivo e condições de progresso e desenvolvimento econômico e social; b) a solução dos problemas internacionais econômicos, sociais, sanitários e conexos; a cooperação internacional, de caráter cultural e educacional; e c) o respeito universal e efetivo raça, sexo, língua ou religião*⁴.

Para a efetivação de todos os itens acima, “todos os Membros da Organização se comprometem a agir em cooperação com esta, em conjunto ou separadamente”⁵. Nota-se, assim, que a ONU é a favor da cooperação internacional, devendo ser realizada principalmente para promover o desenvolvimento daqueles países desprovidos do mesmo.

Embora o termo cooperação implicar na ação conjunta entre dois ou mais Estados, com o objetivo de atingir os resultados esperados, a cooperação internacional surgiu como assistência técnica, onde um país desenvolvido forneceria ajuda à um país subdesenvolvido, com o apoio da ONU, para gerar o desenvolvimento (SOARES, 1994, p. 169). Feuer e Cassan (1985, apud SOARES, 1994, p. 169) ressaltam, no entanto, que o termo países subdesenvolvidos não é mais utilizado por implicar em uma condição estática, modificando o termo para países em via de desenvolvimento (PVD), este que sugere a qualidade de movimento ou mudança. Da mesma maneira, o termo assistência implica em ajuda ao “subdesenvolvido” que de certa forma acarreta na dependência destes países dos países desenvolvidos para se desenvolverem. Cabe lembrar, contudo, que o termo assistência, mesmo tendo sido modificado para o termo cooperação, uma vez que os Estados passaram a trabalhar em conjunto para a realização de um propósito comum, ela ainda é realizada,

⁴ Carta das Nações Unidas – Artigo 55. Disponível em <http://www.onu-brasil.org.br/doc5.php>. Acessado em 17/08/2010.

⁵ Carta das Nações Unidas – Artigo 56. Disponível em <http://www.onu-brasil.org.br/doc5.php>. Acessado em 17/08/2010.

quando um país desenvolvido presta ajuda a um país em vias de desenvolvimento na tentativa de promover seu desenvolvimento (MEDEIROS, 1994, p. 278) ⁶.

Exposto isto, cabe mencionar o grande marco inicial da cooperação internacional, o Plano Marshall, realizado em 1948, logo após o fim da segunda guerra mundial, o qual destinava auxiliar a Europa a se reerguer economicamente após os combates da guerra. Com o apoio dos EUA, instituiu-se a Organização Européia de Cooperação Econômica (OECE), que reconstruiu a Europa em um intervalo de tempo de quatro anos. Já em 1960, o organismo se transformou na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) vinculando outros países à organização (LANDAU, 2008, p. 107).

Na década de 1960, diante da realidade em que a economia mundial se encontrava e visto que havia uma desigualdade na sociedade internacional, devido ao distanciamento econômico depravado entre os países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento que se agravava cada vez mais, percebeu-se a necessidade de propor o movimento que se entende por Nova Ordem Econômica Mundial. Este movimento surgiu justamente como uma tentativa de estreitar os países desenvolvidos e os países mais pobres, estes que passariam a receber tratamento exclusivo no que concerne o comércio internacional (SILVA, 2008, p. 1). Para tanto, a Assembléia Geral da ONU aprovou, em maio de 1974, a Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI), baseando-se principalmente na idéia de igualdade entre Estados, de respeito à soberania, interesses comuns, interdependência e cooperação internacional, fatores estes que devem ponderar as desigualdades, eliminando o amplo distanciamento e acelerando o desenvolvimento social e econômico nestes países⁷.

Ao final de 1974, aprovou-se a Carta de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados, promovendo o progresso econômico e social e, em 1975, promoveu-se o desenvolvimento e a cooperação econômica internacional, que lideraram os fundamentos da nova ordem. Não obstante, ante à gravidade da situação econômica mundial e às conseqüências causadas nos países em vias de desenvolvimentos, devido às crises que ocorreram na década de 1970 e o protecionismo dos países desenvolvidos, a Carta foi examinada e revisada tendo em vista às mudanças econômicas, sociais e legais. Buscaram-se, assim, atividades mais apropriadas para a prática da Carta na tentativa de alcançar soluções eficazes aos países mais pobres e em vias

⁶ Ainda que mencionarmos os termos Assistência e Ajuda Externa será abordada, no presente trabalho, principalmente a questão da Cooperação Internacional, esta que implica na idéia de desenvolvimento, o que não ocorre com a Ajuda externa (podendo também ser assistência militar), além disso, o termo cooperação sugere o trabalho conjunto dos atores para um objetivo comum (AYLLÓN, 2006, p. 6).

⁷ Declaração do Estabelecimento da Nova Ordem Mundial – Disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/071/94/IMG/NR007194.pdf?OpenElement> Acessado em: 23/08/2010.

de desenvolvimento⁸. No entanto, alguns países desenvolvidos foram contra a Carta e outros se abstiveram causando algumas divergências quanto a sua aplicabilidade jurídica, o que incapacitou seu vigor legal, tornando-a somente um ideal internacional solidário (SILVA, 2008, p. 2).

Na década de 1980, com a emergência da globalização, os países mais pobres não conseguiram acompanhar a estrutura econômica mundial, o que agravou a situação econômica de muito deles, tornando-os ainda mais distantes dos países desenvolvidos. Na década de 1990, contudo, percebe-se a necessidade do desenvolvimento de todos os países para acelerar a economia mundial. Face ao exposto, foi adotada, em 1990, a Declaração da Cooperação Econômica Internacional em particular a Revitalização do Crescimento Econômico e do Desenvolvimento dos Países em Desenvolvimento, onde os Estados-membros das Nações Unidas se comprometeriam elevar o diálogo multilateral na tentativa de suprir os desafios e compromissos dos países, por meio de políticas que reforçariam a cooperação internacional⁹.

Notadamente, a cooperação internacional está passando por um processo de transição, visto o cenário de globalização e as rápidas mudanças ocorrentes no cenário mundial que criam novos debates e novos desafios, como o surgimento de novos atores internacionais, tanto públicos quanto privados ou, como já abordada anteriormente, a questão sobre atuação do Estado-nação que vem sendo transferida para outros atores transformando a antiga idéia de soberania nacional (AYLLÓN, 2006, p. 12).

Cabe ressaltar, contudo, que devido à propagação da cooperação internacional no que concerne a natureza (bilateral, multilateral e voluntário - ONGs) faz-se necessário, para sua efetividade, uma convergência entre elas, demandando certos mecanismos de coordenação. Exemplo na esfera multilateral é o Comitê Administrativo de Coordenação (ACC), a quem compete justamente coordenar as atividades de cooperação internacional implantadas no âmbito da ONU. Já o Comitê de Ajuda para o Desenvolvimento (CAD) é um fórum internacional que se encontra no domínio da OCDE e reúne governos doadores e organizações multilaterais (como o Banco Mundial e a ONU) para, em conjunto, aprimorar as atividades de ajuda ao desenvolvimento e suas efetividades, visando auxiliar os países membros a

⁸ Nações Unidas – Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados. Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/res/39/a39r163.htm>. Acessado em 17/08/2010.

⁹ Nações Unidas - Declaração da Cooperação Econômica Internacional, em particular a Revitalização do Crescimento Econômico e do Desenvolvimento dos Países em Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.un-documents.net/s18r3.htm>. Acessado em 23/08/2010.

reduzirem a pobreza, bem como a alcançarem os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio¹⁰. Outro órgão também relevante de ser citado, mas que se encontra na esfera financeira é o Clube de Paris que auxilia a reestruturação da dívida pública externa de países em vias de desenvolvimento. No campo das ONGs pode ser mencionado a *Humanitarian Accountability Partnership* (HAP) que coordena entidades que trabalham com a cooperação nas áreas humanitárias. (LANDAU, 2008, p. 111).

Segundo Landau (Ibidem, p. 112), a coordenação da cooperação internacional torna-se de elevada importância, pois canaliza estas atividades e destina, de melhor maneira, os recursos recebidos. Entretanto, nota-se certa carência na eficácia da coordenação, pois o autor alega que:

Em resumo, e correndo o risco de fazer-se uma perigosa generalização, é lícito afirmar que a efetividade da cooperação internacional para o desenvolvimento é condicionada por uma série de variáveis que escapam quer ao controle exclusivo dos doadores quer ao dos beneficiários, mas uns e outros têm interesses convergentes na adoção de mecanismos que assegurem tal efetividade (Idem, ibidem, p.114).

Apesar da dificuldade de coordenação, a cooperação internacional ao desenvolvimento surge como uma solução para os países mais pobres se relacionarem com os países mais ricos do sistema internacional, auxiliando-os com os desafios encontrados desde o processo de descolonização na década de 1960, passando pela emergência da globalização e de novos temas transnacionais da década de 1980 e por fim, pelo pós Guerra Fria da década de 1990. Neste sentido, a cooperação tenta transformar o ambiente internacional o deixando mais equilibrado e seguro, por meio de parcerias e relações entre países com a finalidade de contribuir ao progresso econômico social e sustentável, diminuindo a pobreza a desigualdade e a violência do mundo (AYLLÓN, 2006, p. 9).

Para a melhor compreensão, a tabela expõe como funciona o sistema de cooperação internacional fazendo referência aos atores, instrumentos e para onde podem ser destinados.

QUADRO 1: SISTEMA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Recursos e Fundos		
Origem	Pública	Administrações nacionais, regionais e locais de países doadores.

¹⁰ OCDE – Development Co-operation Directorate (DCD-DAC). Disponível em http://www.oecd.org/about/0,3347,en_2649_33721_1_1_1_1_1,00.html. Acessado em 25/08/2010.

	Privada	Recursos próprios de particulares, empresas e/ou associações etc.
Tipos de cooperação e atores implicados	Multilateral	Agências, instituições ou organizações governamentais autônomas.
	Bilateral	Administrações públicas e/ou organizações de desenvolvimento sem caráter oficial.
	Descentralizada	Administrações públicas regionais e locais.
	Não-governamental	Organizações não-governamentais de desenvolvimento.
	Empresarial	Empresas que concedem assistência técnica e transferência de tecnologia.
Características dos fundos	Reembolsável	A cooperação deve ser devolvida.
	Não-reembolsável	A cooperação se faz a fundo perdido.
Grau de concessionalidade	Ajuda ligada	Condiciona o receptor à compra exclusiva de bens e serviços do doador.
	Ajuda não-ligada	Não Condiciona o receptor à compra exclusiva de bens e serviços do doador.
Natureza de cooperação	Financeira	Transferência efetiva dos fundos ao receptor.
	Não-financeira	Transferência de conhecimentos, tecnologia, materiais, intercâmbios culturais, desportivos, etc.
Instrumentos e destinos		
Cooperação econômica	Fortalecimento do setor produtivo, infra-estrutura institucional, desenvolvimento de serviços.	
Preferências comerciais	Eliminação total ou parcial das barreiras comerciais às exportações dos países do Sul.	
Ajuda Financeira	Facilitar o acesso a capitais, investimentos produtivos, linhas de crédito preferencial para a importação, troca, recompra ou perdão da dívida externa.	
Assistência Técnica	Fortalecimento das habilidades e capacidades técnicas presentes nos países do Sul, intercâmbio de experiências e conhecimentos entre países.	
Ação humanitária	Ajuda alimentar, socorro, proteção de direitos humanos, acompanhamentos às vítimas, pressão política, denúncia, preparação, prevenção e mitigação de desastres naturais, epidemias, conflitos armados e guerras.	
Cooperação Científica e Tecnológica (C&T)	Transferência e intercâmbio de tecnologias aplicadas a serviços básicos de educação, saúde e saneamento. Pesquisas.	

Fonte: Bruno Ayllón, 2006.

1.4.1. TENDÊNCIAS DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Diante de todos os problemas enfrentados mundialmente e todos os assuntos transnacionais que surgiram, devemos destacar as tendências da cooperação internacional, explorando por onde esta atividade está caminhando. Importante reiterar que a cooperação internacional tem sido realizada de acordo com as necessidades dos atores, seguindo as prerrogativas e as questões que regem o sistema internacional. Neste sentido, percebe-se que a preocupação com o desenvolvimento humano, bem como o desenvolvimento dos países mais pobres tornou-se fundamental, devido, essencialmente, à percepção do distanciamento destes países aos países desenvolvidos.

Neste contexto, foram-se instituídos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que compõem oito metas a serem alcançadas até 2015 pelos 191 estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU). Estes objetivos foram estabelecidos, em 2000, pela Declaração do Milênio, documento acordado entre os membros da ONU, na tentativa de estabelecer “um mundo pacífico, justo e sustentável no século XXI”¹¹. Os objetivos propostos foram, a saber: i) Erradicar a extrema pobreza e a fome; ii) Atingir o ensino básico universal; iii) Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; iv) Reduzir a mortalidade na infância; v) Melhorar a saúde materna; vi) Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças; vii) Garantir a sustentabilidade ambiental e; viii) Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento¹².

Para tanto, faz-se indispensável à consciência mundial e o cumprimento destes objetivos, exigindo uma participação de todos os níveis políticos dos países. A percepção dos governos locais faz-se, assim, de elevada importância, pois é principalmente nas localidades o maior contato com a carência de recursos. A partir disso, os governos subnacionais adquiriram importante papel no desenvolvimento e na concretização destes objetivos, favorecendo o bem-estar econômico, o desenvolvimento social, o meio ambiente e a participação democrática, uma vez serem “responsáveis pela gestão de diversas políticas públicas que contribuem para os ODM”, encontrando-se mais conexos à população e aos problemas existentes¹³.

Ademais, seguindo a linha da promoção do desenvolvimento dos países em vias de desenvolvimento, outra tendência da cooperação internacional bastante aplicada é a

¹¹ Guia para a Municipalização dos Objetivos do Milênio. Disponível em http://www.odmbrasil.org.br/upload/tiny_mce/Guia_de_Municipaliz.pdf. Acessado em 14/10/2010.

¹² PNUD – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Disponível em <http://www.pnud.org.br/odm/index.php?lay=odmi&id=odmi>. Acessado em: 14/10/2010.

¹³ Guia para a Municipalização dos Objetivos do Milênio. Disponível em http://www.odmbrasil.org.br/upload/tiny_mce/Guia_de_Municipaliz.pdf. Acessado em 14/10/2010.

Cooperação Sul-Sul (CSS), realizada justamente entre os países em desenvolvimento do hemisfério sul.

Entre outros, pode-se dizer que a CSS é uma filosofia cooperativa e um marco amplo de colaboração: a) entre sociedades e Estados em situações semelhantes de grau de desenvolvimento; b) entre sociedades e Estados que compartilham percepções sobre os obstáculos para atingir níveis satisfatórios de bem-estar social; c) entre sociedades e Estados que podem proporcionar melhores práticas e orientações sobre o uso mais eficiente dos recursos e d) isso ocorre através da transferência sistemática e sustentada de experiências, conhecimentos e técnicas que podem ser reproduzidas.¹⁴

Segundo a Unidade Especial de Cooperação Sul-Sul do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (apud XALMA, 2008, p.14), esta atividade surgiu em 1954, quando foi efetivado o primeiro projeto de cooperação entre países em desenvolvimento. Na ocasião, a Tailândia executou algumas ações de cooperação com outros países da região e logo em seguida, Coréia, Índia e Cingapura, assim como outros países, aderiram à cooperação Sul-Sul, ao mesmo tempo também recebiam Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD). Em 1964, com a criação da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD) e do Grupo dos 77 (G77) o debate foi aprofundado, estimulando a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) e a Cooperação Econômica entre Países em Desenvolvimento (CEPD). Em 1974 foi instituída a Unidade Especial de Cooperação Sul-Sul e logo em seguida, em 1978, foi estabelecido, na esfera do PNUD, um plano de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, conhecido como o Plano de Ação de Buenos Aires (PABA), determinando parâmetros para a efetividade de tal atividade no que diz respeito à participação igualitária e soberana na condução dos projetos, com distribuição equitativa dos benefícios, requerendo respeito à soberania nacional e promovendo um âmbito de trocas que beneficie todos os membros (in loc. cit).

Importante ressaltar, contudo, que a Cooperação Sul-Sul surge como uma ação complementar à Cooperação Norte-Sul, diferindo da segunda, devido a sua horizontalidade, uma vez ser atividade realizada entre países em vias de desenvolvimento, ou seja, pautada em equidade e em compromisso pelo desenvolvimento mútuo¹⁵.

¹⁴ Workshop CEPAL: Cooperação Sul-Sul. Disponível em http://www.eclac.cl/brasil/noticias/paginas/2/38422/Coopera%C3%A7%C3%A3o_SUL-SUL.pdf. Acessado em 24/10/2010. P. 1.

¹⁵ Workshop CEPAL: Cooperação Sul-Sul. Disponível em http://www.eclac.cl/brasil/noticias/paginas/2/38422/Coopera%C3%A7%C3%A3o_SUL-SUL.pdf. Acessado em 24/10/2010. P. 2.

Já em meados da década de 1980, diante das duas crises do petróleo enfrentadas na década anterior e a recessão mundial, bem como o elevado protecionismo dos países desenvolvidos, a cooperação internacional enfrentou enormes dificuldades, sendo bloqueada a transferência de recursos para os países em desenvolvimento. Na década de 1990, contudo, a cooperação Sul-Sul voltou a ser confirmada uma opção para a promoção do desenvolvimento destes países com o auxílio da ONU, que deu início ao ciclo de conferências com foco na promoção do desenvolvimento humano (in loc. cit)

Nesta esteira, saudável observar que tanto a Conferência de Monterrey¹⁶, em 2002, na esfera da ONU, quanto a Declaração de Paris, em 2005, no âmbito da OCDE, sugerem a necessidade de reflexão acerca da efetividade da ajuda conferida ao desenvolvimento, fortalecendo o debate em torno da cooperação como meio de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, então enraizados na agenda da Comunidade Internacional (MACIEL, 2009). Ademais, nota-se que por meio da Cooperação Sul-Sul, os países em vias de desenvolvimento passaram de receptores à fornecedores de cooperação internacional e promoveram por meio dessa atividade uma relação de horizontalidade, consenso e equidade entre todos (XALMA, 2008, p. 16).

Recentemente surgiu o que se entende por Cooperação Triangular que, por sua vez, nasceu completando a Cooperação Sul-Sul e vem crescendo como um modelo de Cooperação Técnica com os países em desenvolvimento, onde dois países em vias de desenvolvimento realizam cooperação técnica em conjunto com um país desenvolvido, este que financia a operação (ABDENUR, 2007, p.3). Ao concretizar a cooperação triangular também fortalece a capacidade dos países em desenvolvimento de ser um país fornecedor de cooperação internacional, além de reforçar as relações entre os doadores e os prestadores da Cooperação Sul-Sul¹⁷.

Diante do exposto acerca da cooperação internacional surgir como uma resposta à globalização e as tendências que esta atividade vem seguindo, observa-se, segundo o Ministério de Relações Exteriores do Brasil (MRE), que as modalidades de cooperação internacional (financeira, técnica, científica, tecnológica e entre outras) foram se desenvolvendo de acordo com a necessidade e vontade mútua dos países em realizá-las, definindo o maior ou menor uso de um ou de outro mecanismo de base. A Cooperação

¹⁶ ONU – Conferencia Internacional sobre la Financiación para el Desarrollo. Disponível em <http://www.un.org/spanish/conferences/ffd/brochure.htm>. Acessado em 28/10/2010.

¹⁷ OCDE – Triangular Co-operation: What Do We Know About It? Disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/62/54/44652734.pdf>. Acessado em 24/10/2010.

Técnica Internacional (CTI), objetivando a troca de conhecimentos e experiências, intensificou as relações nas áreas de “consultoria especializada, treinamento/capacitação de pessoal e à complementação da infra-estrutura disponível na instituição recipiendária”¹⁸. Ao longo dos anos notaram-se os efeitos positivos da cooperação técnica nos países em desenvolvimento, transformando esta atividade em uma troca de experiência com países que enfrentassem problemas similares. Dessa maneira, este tipo de cooperação configurou-se como um mecanismo de promoção de desenvolvimento, sendo uma das mais realizadas pelos países e pelas organizações internacionais, estreitando não só as relações entre países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, mas também as relações entre os próprios países em vias de desenvolvimento¹⁹.

1.4.2. A COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL

A cooperação técnica internacional diz respeito à transferência de recursos entre os países, podendo ser de recursos públicos ou privados, o primeiro por meio de doações bilaterais, empréstimos públicos, dotações bilaterais às organizações internacionais e concessões unilaterais aos países em desenvolvimento e o segundo por meio de investimentos estrangeiros diretos, empréstimos privados, subsídios, obrigações de caráter privado e doações de organizações não-governamentais (ONGs) ou indivíduo (SOARES, 1994, p. 171).

No que concerne os tipos de relações, existe: a cooperação bilateral realizada entre dois Estados, o que traz maior agilidade; a cooperação multilateral feita entre vários Estados e/ou com organismos internacionais, o que de certa forma torna a atividade mais burocrática e; a cooperação triangular ou trilateral realizada por três Estados, normalmente feita entre um país do Norte e dois do Sul. A cooperação técnica possui duas naturezas: “a) a transmissão de conhecimentos (nas formas de assistência técnica e de transferência de tecnologia) e b) transferência de capitais (que tomam as formas de transferência via organismos do sistema da ONU (...))”, esta que pode ser realizada tanto no âmbito multilateral quanto no bilateral (Idem, *ibidem*, p. 172 e 173).

¹⁸ Ministério de Relações Exteriores do Brasil – Agência Brasileira de Cooperação. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/ct/historico.asp>. Acessado em 29/09/2010.

¹⁹ Ministério de Relações Exteriores do Brasil – Agência Brasileira de Cooperação. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/ct/historico.asp>. Acessado em 29/09/2010.

Medeiros (1994, p. 278) explica que para o desenvolvimento das nações é necessário possuir a informação e o conhecimento para poder adquirir técnicas e conseqüentemente o alcançar progresso, para tanto, a especialização do pessoal é de válida importância. Neste sentido, os países em desenvolvimento, sem a cooperação técnica dos países desenvolvidos, delongariam muito tempo para conseguir adquirir as tecnologias necessárias para seu progresso. A cooperação técnica, portanto, acelera esta etapa por meio das transferências de conhecimentos.

Vale destacar a atuação das organizações internacionais neste contexto, pois possuem ampla participação nos processos de cooperação técnica internacional, visando à promoção do desenvolvimento econômico de seus Estados-membros. Estas organizações internacionais têm interferido de certa maneira na estrutura da sociedade internacional, tornando-a uma sociedade interestatal aberta (Idem, ibidem, p. 273). Sereni define:

Organização internacional é uma associação voluntária de sujeitos de direito internacional (Estados), constituída por ato internacional e disciplinada nas relações entre as parte por normas de direito internacional, que se realiza em um ente de aspecto estável, que possui um ordenamento jurídico interno próprio e é dotada de órgãos e institutos próprios, por meio do quais realiza as finalidades comuns de seus membros mediante funções particulares e o exercício de poderes que lhe foram conferidos (1959, apud in loc. cit).

Medeiros (Ibidem, p. 279) sugere que a cooperação técnica realizada por organismos internacionais pode ser dividida em quatro sistemas: “sistema da ONU, sistema das organizações de cooperação monetária, financeira e comercial; sistemas de organizações regionais; e sistema das organizações de fomento”. Estes sistemas serão abordados, no presente trabalho, com base nas idéias de Medeiros (1999), com o intuito de mostrar a amplitude em que a cooperação internacional esta sendo desenvolvida pelas organizações internacionais. Para tanto, serão relatados, o período histórico e o cenário internacional que influenciaram a intensificação dessas atividades entre organizações internacionais e os Estados. Ademais, observa-se, que o âmbito local, torna-se importante ator nesta atividade devido à necessidade do desenvolvimento local para atingir o objetivo principal de desenvolvimento nacional.

O sistema da ONU criou ao longo dos anos um sistema próprio, por meio de seus órgãos, com o intuito de favorecer todos os propósitos relacionados à cooperação e ao desenvolvimento das nações. Em 1948 foi criada, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), com o

objetivo de desenvolver todos os países da região por meio de atividades de cooperação técnica com apoio financeiro de parceiros diversos²⁰. O ECOSOC promove o progresso econômico e social, identificando soluções econômicas internacionais, problemas sociais e de saúde, também procura facilitar a cooperação tanto na arena cultural, quanto na educacional, além de fortalecer o respeito aos direitos humanos²¹. Ainda no mesmo ano foi aprovado, pela Assembléia Geral, o “Programa Ordinário de Assistência Técnica”. Já no ano seguinte foi instituído também pelo ECOSOC, um Comitê de Assistência Técnica (MEDEIROS, 1994, p. 281).

Para facilitar a realização dos projetos de todos esses organismos e o provimento de ferramentas para os países, foi criado o Fundo Especial, em 1958, para financiar os investimentos e também a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) que surgiu dois anos depois, como filial do Banco Mundial para liberar empréstimos para os países em desenvolvimento (in loc. cit).

Acreditava-se, contudo, que deveria ser atingida uma reforma no comércio internacional para fomentar o desenvolvimento das nações, para tanto, foi proposta, em 1964, uma conferência internacional, em Genebra, que gerou o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), este que ajudaria a promover o desenvolvimento dos países em via de desenvolvimento por meio de fóruns de discussões, sugestões de reformas políticas domésticas, pesquisas e assistência técnica²². Já em 1967, criou-se a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), esta que promove e acelera o desenvolvimento sustentável industrial dos países em desenvolvimento (Idem, ibidem, p. 283)²³.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por sua vez, é um programa global que visa o desenvolvimento, defendendo a mudança e auxiliando os países à ter acesso ao conhecimento e aos recursos²⁴. Embora possuir um caráter multilateral e contar com muitos organismos controladores e de execução como a UNIDO e a UNCTAD, todas estas organizações respeitam a soberania de todos os Estados e cabe a eles alertar e sugerir as questões de cada Estado para alcançar o seu desenvolvimento. Ademais, o PNUD é

²⁰ CEPAL. Disponível em <http://www.cepal.org/>. Acessado em: 18/08/2010.

²¹ ECOSOC. Disponível em <http://www.un.org/en/ecosoc/about/index.shtml>. Acessado em: 18/08/2010.

²² UNCTAD. Disponível em <http://www.unctad.org/Templates/Page.asp?intItemID=1530&lang>. Acessado em 18/08/2010.

²³ UNIDO. Disponível em <http://www.unido.org/index.php?id=7852>. Acessado em 18/08/2010.

²⁴ PNUD. Disponível em <http://www.undp.org/#>. Acessado em 18/08/2010.

dependente de algumas deliberações políticas, tendo 95% de seus recursos provenientes da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (Idem, ibidem, p. 285).

Nota-se, assim, que existe uma grande interdependência entre todos os organismos das Nações Unidas acima citados, estes que possuem basicamente o mesmo objetivo de desenvolver os países em vias de desenvolvimento por meio de cooperação entre si ou com parceiros de todos os âmbitos.

Por conseguinte, o segundo sistema abordado por Medeiros (1994) é o das organizações de cooperação monetária, financeira e comercial. Este que tem como finalidade melhorar as relações comerciais entre os países e trazer saídas para as diversas controvérsias que existem nessa área de ampla relevância para a economia de todos os países. Dentre todos os mecanismos que atuam nesse campo, o Fundo Monetário Internacional (FMI) ainda é a organização mais importante, possui 187 Estados-membros trabalhando para melhorar a cooperação monetária global, a estabilidade financeira, facilitando as trocas comerciais, promovendo o crescimento econômico sustentável e reduzindo a pobreza do mundo. É parceiro do Banco Mundial, de bancos regionais, da Organização Mundial do Comércio (OMC), das Agências das Nações Unidas e de também de outros organismos internacionais²⁵.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) é uma organização internacional com personalidade jurídica própria. A admissão ao Fundo é aberta a todos os países que se mostrem dispostos a cumprir as obrigações estabelecidas no Convênio Constitutivo do FMI, chamado de "Artigos de Acordo", adotado na Conferência de Bretton Woods de 1944, juntamente com o Convênio Constitutivo do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), e entrou em vigor a 27 de dezembro de 1945 (MEDEIROS, 1994, p. 293).

Embora o Fundo seja uma organização independente, ele possui um acordo vigente desde 1947 com a ONU, permitindo-os que mantenham relações onde possam consultar um ao outro, bem como realizar algumas recomendações (in loc. cit).

Já o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), criado em 1947, proporcionou por meio do tratado entre os países membros, a regulação das tarifas do comércio internacional, aprimorando a economia global. Atualmente compreende nos Acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC) que agencia as regras do comércio internacional²⁶. O Centro de Comércio Internacional (ITC – *International Trade Center*) instituído pelo GATT, em 1964, funciona como uma agência supervisionada pela UNCTAD e

²⁵ FMI. Disponível em <http://www.imf.org/external/about.htm>. Acessado em 18/08/2010.

²⁶ OMC. Disponível em http://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/whatis_e.htm. Acessado em 18/08/2010.

Declaração de Paris, a Agenda de Ação de Accra (AAA), visando acelerar o progresso das atividades³⁰.

Já a Organização dos Estados Americanos (OEA) pode ser considerada a organização regional mais antiga do mundo, foi aprovada em 1890, na Primeira Conferência Internacional Americana, no entanto, entrou em vigor somente em 1951, dois anos depois da assinatura da Carta da OEA, em Bogotá, Colômbia. Atualmente, 35 Estados-membros fazem parte da organização que prevê principalmente manter a paz no continente e a promoção do bem-estar social da população dos países, entre seus propósitos está a promoção do desenvolvimento econômico, cultural e social da região por meio da cooperação entre os Estados³¹.

O Sistema Econômico Latino-Americano e do Caribe (SELA), criado em 1975, integrado por 27 Estados da região, “é um organismo regional de consulta, coordenação, cooperação e promoção econômica e social conjunta, de caráter permanente, com personalidade jurídica internacional” (MEDEIROS, 1994, p. 300). O Sistema encoraja a troca de experiências e informações por meio da cooperação técnica multilateral e bilateral de agências internacionais, países desenvolvidos e também entre países em vias de desenvolvimento³².

Por fim, no sistema das organizações de fomento devemos destacar o Banco Mundial, instituído em 1944, podendo ser considerado o principal organismo de fomento atrelado à ONU. O Banco fornece assistência técnica e financeira para países em vias de desenvolvimento, por meio de provimento de recursos, acesso à investimentos de capitais, além de fornecer conhecimentos e realizar parceiras públicas e privadas. É composto por duas instituições, coordenadas por 187 países membros, sendo elas o Banco Mundial de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a Associação Internacional do Desenvolvimento (AID), o primeiro trabalha com países de renda média, bem como os países com capacidade creditícia, já o segundo auxilia os países mais pobres. A Corporação Financeira Internacional (CFI), a Agência Multilateral de Garantia do Investimento (MIGA) e o Centro Internacional de Solução de Controvérsias relativas à Investimento (ICSID) trabalham em conjunto com o Banco Mundial. A CFI promovendo o investimento nos setores privados dos países em vias

³⁰ OCDE – The Paris Declaration and Accra Agenda for Action. Disponível em http://www.oecd.org/document/18/0,3343,en_2649_3236398_35401554_1_1_1_1,00.html. Acessado em 18/08/2010.

³¹ OEA. Disponível em <http://www.oas.org>. Acessado em 18/08/2010.

³² SELA. Disponível em <http://www.sela.org/view/index.asp?ms=258&pageMs=26603>. Acessado em: 18/08/2010.

de desenvolvimento e a MIGA facilitando o investimento estrangeiro direto (IED) nos países em desenvolvimento, beneficiando o crescimento econômico e reduzindo a pobreza³³.

Outro banco importante de ser mencionado é o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), instituído em 1959, é composto por 48 países membros, sendo 26 de seus membros países desta região, por isso, auxilia principalmente países da América Latina e Caribe. O BID é reconhecido como um importante órgão de financiamento, levando o desenvolvimento sustentável à região por meio de empréstimos, doações, assistência técnica e pesquisa³⁴. Além disso, o BID realiza assistência e cooperação técnica para pesquisa e execução de projetos desenvolvimentistas, podendo realizar alguns acordos de cooperação com organismos internacionais ou nacionais, públicos ou privados (MEDEIROS, 1994, p. 310).

Cabe reiterar que a cooperação técnica também tem sido efetivada no campo da Cooperação Sul-Sul em conjunto com as organizações internacionais, principalmente depois da adoção, em 1978, do Plano de Ação de Buenos Aires para promover e realizar a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTDP). Na ocasião, a cooperação técnica foi intensificada como uma medida de ação para a promoção do desenvolvimento dos países em desenvolvimento, o que fez com que tal atividade adquirisse maior proeminência e dimensão no âmbito da cooperação internacional que completaria a Cooperação Técnica tradicional (XALMA, 2008 p. 14). Da mesma maneira, a Cooperação Triangular também ganhou espaço com a implantação da cooperação técnica realizada entre dois países em desenvolvido e financiada por um país desenvolvido. (Idem, ibidem, p. 20).

É notório que cooperação técnica internacional vem crescendo com intensidade ao longo dos anos, devido principalmente à necessidade do desenvolvimento dos países mais pobres, para estreitar a distância dos países desenvolvidos e conseqüentemente facilitar as relações entre eles. Ademais, o processo desenvolvimentista dos países é lento e contínuo e uma vez que a inovação tecnológica acelera cada vez mais, ela dificulta o acompanhamento destes países que acabam carecendo sempre de ajuda externa, por meio da transferência de recursos, conhecimentos, equipamentos e mão de obra especializada. A cooperação técnica surge, neste sentido, como uma contribuição aos países em vias de desenvolvimento para

³³ Banco Mundial. Disponível em <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTABOUTUS/0,,pagePK:50004410~piPK:36602~theSitePK:29708,00.html>. Acessado em 20/08/2010.

³⁴ Banco Interamericano de Desenvolvimento. Disponível em <http://www.iadb.org/aboutus/index.cfm?lang=pt>. Acessado em 21/08/2010.

alcançarem suas metas e elevarem suas capacidades nacionais para competir no contexto da globalização no cenário internacional (MEDEIROS, 1994, p. 318).

1.5. A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO BRASIL

A cooperação internacional realizada no Brasil teve como um de seus primeiros marcos o período de Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil, em 1942, tomou parte ao lado dos Aliados. Com esta ação, o Brasil recebeu assistência técnica dos EUA, com o programa do Ponto IV, o que acarretou na criação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) (LANDAU, 2008, p.106).

Posteriormente, ante a divisão do mundo na Guerra Fria, onde se encontrava de um lado a União Soviética e de outro os EUA, o Brasil posicionou-se ao lado ocidental dos EUA. Tal fato fez com que, em 1947, fosse assinado entre Brasil e EUA o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), antecessor ao Tratado do Atlântico Norte (OTAN), estipulando que qualquer ataque feito à um país do continente americano, seria considerado como um ataque ao continente inteiro. Por conseguinte, os EUA passaram a realizar alguns projetos de assistências técnicas, econômicas e militares ao Brasil. Dois anos depois foi instituído a Organização dos Estados Americanos (OEA) promovida pelos EUA para conter o expansionismo da União Soviética, além de criar uma aliança no continente, promovendo também a cooperação técnica regional (in loc. cit).

Com o advento do regime marxista-leninista na Cuba, de Fidel Castro, os EUA viram a ameaça soviética mais próxima no continente americano. Diante disso, o então presidente do Brasil Juscelino Kubitschek, percebendo a movimentação e a preocupação no continente, propôs a Operação Pan-Americana (OPA), similar ao Plano Marshall, visando gerar o desenvolvimento no continente por meio de um plano de cooperação e criar princípios de reformas estruturais e democráticas para abater o comunismo na região. Apesar da OPA não ter sido instituída efetivamente, foi-se elaborado em 1959, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), objetivando o financiamento de projetos sociais na região, passando a ser reconhecido, atualmente, como um importante órgão de cooperação (Idem, Ibidem, p. 108).

Embutido à OPA também foi proposto uma iniciativa para a América Latina conhecida como Aliança e Progresso, a qual exigia de cada país a apresentação de um plano nacional de desenvolvimento, que seria revisado pelo Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso (CIAP) este que funcionava na esfera da OEA. Na ocasião, Celso Furtado foi indicado para realizar o plano nacional de desenvolvimento do Brasil e o órgão correspondente foi a Comissão de Coordenação da Aliança para o Progresso (COCAP). Importante ressaltar, contudo, que devido ao fim da Aliança para o Progresso, a OEA passou a ser somente um foro de debates, realizando apenas alguns planos específicos de ação. Já no que dizia respeito à questão da cooperação, a primeira iniciativa ligada à cooperação internacional praticada no Brasil foi a Comissão Nacional de Assistência Técnica (CNAT), implantada, em 1950, no âmbito do Itamaraty, com a função de estabelecer as assistências técnicas fornecidas de países desenvolvidos que possuíam acordos com o Brasil (LANDAU, 2008, p. 108).

Em 1998, o Brasil e a OCDE estabeleceram um programa de cooperação, o qual o Brasil passou a participar de certos foros, estudos e eventos especiais sobre o país. Atualmente o Brasil é membro pleno do Comitê do aço, observador em outros oito Comitês e já participou de diversas reuniões de foros da organização. Entretanto, a questão sobre a adesão do país à OCDE como um membro pleno ainda é muito discutida. Para aderir à OCDE os membros devem considerar que o “candidato deseja e está apto a seguir as práticas, as políticas e os padrões da OCDE”, adotando determinadas políticas e posturas necessárias, bem como expondo as políticas tomadas. Com isso, as relações entre OCDE e Brasil, bem como sua adesão à organização ainda depende “dos resultados da cuidadosa avaliação de custos e compromissos de uma mudança de patamar no relacionamento por parte do país e da visão da organização em relação à participação de países em desenvolvimento”³⁵.

Cabe destacar que devido ao desenvolvimento que o Brasil alcançou com o auxílio da cooperação internacional, diversos organismos internacionais e outros países se interessaram na condição do país fazendo com que as instituições brasileiras fossem demandadas por eles, com isso o Brasil deixou suas experiências à disposição dos interessados³⁶.

Nota-se atualmente que o Brasil passou a ser não só receptor de cooperação, mas também doador, disponibilizando a transferência de conhecimentos técnicos e experiências

³⁵ International Centre for Trade And Sustainable Development – O Brasil e a OCDE: não é de hoje, não é para amanhã. Disponível em <http://ictsd.org/i/news/12438/>. Acessado em 06/11/2010.

³⁶ Ministério de Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/ct/historico.asp>. Acessado em 29/09/2010.

para países da África, Caribe, América do Sul e Central ou até mesmo com países de parcerias históricas e ou culturais (FONSECA, 2008, p. 66). Importante ressaltar, no entanto, a não participação do Brasil em alguns órgãos de promoção da cooperação internacional como, por exemplo, o caso já mencionado da OCDE, posto que, a exemplo disto, requereria o seu maior engajamento, uma vez ter avançado amplamente na área de cooperação internacional e principalmente por também ter passado a ser um país fornecedor de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA)(LANDAU, 2008, p. 115).

1.5.1. A COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL NO BRASIL

A cooperação técnica surgiu no Brasil ao final da Segunda Guerra Mundial, em 1944, com a criação do Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) na conferência de Bretton Woods. Na ocasião, o objetivo principal da atividade era promover o desenvolvimento no país. Com a instituição da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em 1987, na esfera do Ministério das Relações Exterior (MRE) a cooperação internacional técnica acendeu. Neste contexto, vale destacar o PNUD, o qual possuiu importante papel para a criação da Agência Brasileira de Cooperação, uma vez ter fortalecido sua concepção, bem como apoiado diversos projetos que foram desenvolvidos. A princípio, a ABC apresentava como objetivo a coordenação e a implantação dos programas brasileiros de cooperação técnica realizados com outros países e organismos internacionais, posteriormente sua atividade desdobrou à administração dos programas realizados com organismos internacionais, coordenando suas atividades com o Departamentos de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica do Ministério das Relações Exteriores. Já em 1996, a Agência integrou-se completamente à Secretaria Geral do Ministério de Relações Exteriores, tornando-se um órgão da Administração Direta, e realizando, assim, todos os processos da cooperação internacional praticados com o Brasil³⁷.

Atualmente, o Brasil tem trabalhado com o conceito de “parceria para o desenvolvimento”, baseado no compartilhamento de esforços e benefícios, onde vem realizando importantes parcerias com países e organismos internacionais, os quais trouxeram

³⁷ Agência Brasileira de Cooperação. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/abc/historico.asp>. Acessado em 26/08/2010.

projetos e criaram instituições mais sólidas, aprimorando as esferas ligadas ao transporte, energia, meio ambiente, agricultura, educação, saúde e entre outras ³⁸.

A cooperação técnica no Brasil é realizada tanto pela cooperação horizontal quanto pela cooperação recebida do exterior, a primeira sendo a cooperação praticada pelo Brasil com países em vias de desenvolvimento e a segunda sendo desdobrada tanto na esfera multilateral, internalizando os conhecimentos técnicos de organismos internacionais, quanto na bilateral, com países desenvolvidos, sempre buscando o desenvolvimento do país³⁹. No âmbito da cooperação horizontal, devemos destacar a cooperação técnica Sul-Sul, que vem crescendo no Brasil, principalmente com países da América do Sul e da África, fornecendo conhecimentos e experiências e beneficiando ambos os lados, do receptor e do Brasil (FONSECA, 2008, p. 72). Isto se deve ao fato das similaridades tanto geográficas, quanto culturais, ou também econômicas e políticas.

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) vem realizando diversos projetos por meio da Cooperação Sul-Sul com países da América Latina, Caribe e África, com algumas atuações na Ásia – Timor-Leste, Afeganistão e Uzbequistão – no Oriente Médio e na Oceania:

(...) a troca de experiências e de conhecimentos materializa o sentimento de solidariedade e responsabilidade entre os povos, beneficiando todas as partes envolvidas na cooperação. Os projetos de cooperação técnica revelam-se eficientes promotores do desenvolvimento social, além de representarem os esforços de muitos profissionais, demonstrando que com disposição e vontade política é possível realizar atividades de importante valor socioeconômico.⁴⁰

Já no que concerne a Cooperação Triangular, o Brasil tem atuado intensamente e realizado parcerias principalmente com o Japão, por meio da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), com a Alemanha, por meio da Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ) e com a Inglaterra, por meio do Departamento de Desenvolvimento Internacional (DFID)⁴¹. O Brasil, neste sentido, vem construindo uma relação em que passou de receptor para fornecedor de cooperação internacional, difundindo a Cooperação Sul-Sul e a Cooperação Triangular como formas de cooperação técnica.

³⁸ Agência Brasileira de Cooperação. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/ct/introducao.asp>. Acessado em 26/08/2010

³⁹ Agência Brasileira de Cooperação. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/ct/introducao.asp>. Acessado em 26/08/2010.

⁴⁰ Agência Brasileira de Cooperação. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/projetos/cooperacaoPrestada.asp>. Acessado em 26/08/2010.

⁴¹ Agência Brasileira de Cooperação. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/projetos/cooperacaoPrestada.asp>. Acessado em 26/08/2010.

Como observado neste capítulo, frente a todos os fatores acima analisados acerca das novas questões da agenda internacional, da governança mundial, da nova ordem internacional e os novos arranjos que surgem, juntamente com o fenômeno da globalização, que influenciou a competição e a interdependência, originou-se a percepção de que para atingir o desenvolvimento nacional seria necessário o desenvolvimento mundial e que para tanto, a cooperação entre os atores seria de grande importância para o alcance dos interesses em comum de todos.

Não obstante, paralelamente a isso, a descentralização de poder, a democracia e o enfraquecimento do Estado-nação se propagaram pelo mundo, influenciando também o surgimento de novos atores internacionais. Os governos subnacionais ampliaram desta maneira, sua atuação, muitos deles se inserindo internacionalmente na tentativa de trazer o desenvolvimento para a região ou até mesmo para se promover no âmbito internacional. Neste sentido, a análise deste episódio se faz de elevada relevância e por este motivo será retratado no próximo capítulo deste trabalho.

2. OS GOVERNOS SUBNACIONAIS COMO ATORES DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A inserção internacional dos governos subnacionais deu-se devido à emergência de alguns fatores no cenário internacional, tais como o fenômeno da globalização e a descentralização de poder, que influenciaram no processo de enfraquecimento do Estado-nação. Ademais, frente às novas demandas e novos temas na agenda internacional, foi dificultada a coordenação do governo central de todas as questões transnacionais, transmitindo algumas de suas políticas aos governos locais, estes que objetivam principalmente trazer o desenvolvimento à região. A atuação internacional destes governos e a cooperação descentralizada tornam-se, neste sentido, fundamentais para a efetivação de suas políticas locais para a promoção do desenvolvimento local.

Desta maneira, o segundo capítulo deste trabalho visa abordar justamente a inserção internacional dos governos subnacionais, conhecida como paradiplomacia ou diplomacia federativa para, em seguida, analisar suas atividades realizadas por meio da cooperação descentralizada. Também será exposta a formação de redes internacionais de cidades que tem promovido a inserção destes atores no cenário internacional, principalmente por meio da cooperação descentralizada.

Posteriormente, será considerada a dimensão subnacional do Brasil, apresentando de que maneira o governo central lida com estas atividades, as limitações da atuação internacional de seus entes federados e as adaptações feitas pelo governo central frente a esta temática. É notório que o governo central do Brasil tenta, por meio da instituição de assessorias, facilitar e aproximar o diálogo com os governos locais, no entanto, a coordenação efetiva de todas estas atividades ainda é complicada. Ao mesmo tempo, a falta de medidas administrativas e legislativas é um fator que bloqueia certas atividades e com isso limita a efetivação e a legitimidade da atuação internacional dos governos locais do Brasil.

Por fim, será feita uma breve exposição de alguns programas atingidos na dimensão subnacional e os principais parceiros do Brasil, apresentando também o programa URB-AL, importante projeto de cooperação descentralizada realizada entre os governos subnacionais da União Européia e da América Latina.

2.1. PARADIPLOMACIA⁴²

Atualmente, os acordos internacionais são conduzidos sob a égide do direito internacional público, anteriormente a isso, os tratados eram regidos somente sob a norma do *pacta sunt servanda*, baseado na boa fé das partes, em que os tratados deveriam ser respeitados⁴³. Em 1949, com as Nações Unidas, foi pautado o Direito dos Tratados para ser concretizado com a Convenção de Viena em 1969, e somente em 1980 ser ratificado e entrado em vigor internacionalmente. Na ocasião, apenas os Estados Nacionais soberanos eram pessoas jurídicas de direito público internacional, mas com o advento de novos atores internacionais, foi vista a necessidade de rever este contexto, surgindo assim as organizações internacionais como pessoas jurídicas (CASTELO BRANCO, 2007, p. 1).

A ação externa dos governos subnacionais se aprofundou a partir da década de 1990, devido ao fenômeno já discutido no presente trabalho, conhecido como globalização. Esta que culminou no estímulo da emergência de novos atores internacionais, mudando o foco das políticas no âmbito internacional, no sentido de descentralização da tomada de decisão dos poderes federais. A globalização, neste sentido, reformulou o papel do Estado, trazendo para a esfera subnacional novos desafios de gestão das questões internacionais. Desta maneira, estes governos acabam assumindo novas prerrogativas e passam a ocupar os espaços deixados pelo governo central (MARIANO e MARIANO, 2005, p. 133 e 134).

Frente à abertura de mercados e o fenômeno da globalização que emergiram com grande força, as regiões passaram a sofrer com a competição, fazendo com que sua maior atuação internacional fosse necessária para o desenvolvimento e o crescimento local. Visto a amplitude dos temas transnacionais e devido aos Estados Nacionais perderem, de certa forma, o controle de todos estes temas, deixou-se de lado a promoção do desenvolvimento regional. Desta forma, a responsabilidade foi transferida para os governos locais que elevaram sua atuação no âmbito internacional na tentativa de promover sua integração social e econômica (MARIANO; BARRETO, 2004, p. 22). Este fenômeno que diz respeito à inserção dos governos subnacionais no âmbito internacional é conhecido como paradiplomacia, nota-se,

⁴² Embora utilizarmos o termo paradiplomacia no presente trabalho, cabe lembrar que no Brasil a expressão diplomacia federativa também é empregada, tendo sido criada pelo Ministério de Relações Exteriores do Brasil, em 1995, quando o Embaixador Luiz Felipe Lampreia usou a expressão em seu discurso no Congresso Nacional, passando a ser utilizada como referência à atuação internacional dos estados e municípios brasileiros (RODRIGUES, 2008, p. 11).

⁴³ Ministério de Relações Exteriores - Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/dtrat.htm>. Acessado em 08/09/2010.

contudo, que podem existir restrições jurídicas no que concerne à atuação internacional destes governos e estas variam de Estado para Estado. Cornago Prieto define a paradiplomacia como:

O envolvimento de um governo subnacional nas relações internacionais, por meio do estabelecimento de contatos, formais e informais, permanentes ou provisórios (ad hoc), com entidades estrangeiras públicas ou privadas, objetivando promover resultados socioeconômicos ou políticos, bem como qualquer outra dimensão externa de sua própria competência constitucional (2004, p. 251).

A atuação dos Estados no sistema internacional depende de suas características no que se refere à população, território e soberania, nada obstante, quando isto vem às regiões, a análise deve ser feita diferentemente, devido às diversidades de cada localidade do Estado Nacional, assim, a atuação internacional de um governo subnacional, depende do relacionamento de suas regiões, bem como a capacidade da localidade de alocar recursos para seus fins políticos (HOCKING, 2004, p. 86). Ademais, a democracia e a descentralização de poder de um Estado são, sem embargo, fatores relevantes para capacitar a inserção internacional dos governos locais, onde estes entes federados possivelmente podem completar a política externa do governo central ou até mesmo realizar ações externas paralelas a ele (PEREIRA, 2004, p. 150).

Maia sugere que para a excelência da paradiplomacia são necessários quatro elementos, a saber:

i) a determinação estratégica do poder público local em atuar na esfera internacional; ii) o apoio do governo central e suas tratativas; iii) a disposição dos organismos internacionais em cooperar de forma descentralizada, e iv) o envolvimento da sociedade civil e do empresariado locais do ente subnacional na formulação e execução de suas estratégias de projeção internacional(p.3).

O primeiro elemento implica na proximidade dos governos locais com os cidadãos e com as organizações onde a região se baseia, o que as aproximaria das demandas locais, podendo influenciar na atuação externa do governo, uma vez que este passaria a se preocupar com as necessidades locais e não do país por si só. O segundo diz respeito ao reconhecimento pelo governo central da atuação de seus entes federados. O terceiro também implica na legitimidade dos governos subnacionais, reconhecida pelos organismos internacionais, que auxilia a abertura à cooperação repassada diretamente aos governos locais (exemplo disso é o Banco Mundial e o Banco Interamericano, que se dedicam a fornecer créditos aos governos

subnacionais, tornando-os clientes preferenciais e mais acessíveis às condições impostas na utilização dos recursos oferecidos). O quarto, e último elemento, diz respeito ao apoio local da sociedade, incluindo as ONGs, os grupos de interesse e empresariados para formular uma estratégia que facilite a atuação e a relação entre o governo local e o âmbito exterior (MAIA, p. 4).

Importante reiterar, contudo, a existência de certas limitações jurídicas para a atuação internacional dos governos subnacionais acerca da questão da personalidade jurídica deles. No sistema internacional, possuem personalidade jurídica, aqueles que têm capacidade de assumir direitos e deveres, atuar e demandar atividades, como por exemplo, “firmar acordos externos com validade para o direito internacional, enviar e receber delegações, filiar-se a Organizações Internacionais”. Neste contexto, os governos locais possuem adaptação jurídica no que concerne sua inserção internacional, o que apesar de possuírem algumas limitações, os traz, ao mesmo tempo, liberdade, devido justamente à falta de um modelo a ser seguido (SALA; SANTOS, 2009, p. 27).

Notadamente, ao se engajarem em assuntos transnacionais por meio de celebração de acordos de cooperação e de convênios, os municípios expandem seus alcances políticos para além de seus limites territoriais, conduzindo seus beneficiários pela via adequada à promoção do desenvolvimento local. Podem alcançar, portanto, como consequência deste processo de inserção internacional:

i) Mobilização de recursos internacionais (financeiros, humanos e de informação), voltados a projetos para o desenvolvimento local; ii) Inserção em redes globais, direcionadas à cooperação internacional que estão voltadas para o compartilhamento das experiências entre os municípios; iii) Aprimoramento das políticas públicas a partir de perspectivas e culturas distintas; iv) Análise de tendências e aprendizagem com as inovações da gestão municipal difundidas em eventos internacionais; v) Promoção da visibilidade mundial da cidade, a fim de atrair investimentos para setores estratégicos; vi) Participação política em organizações e missões internacionais, ampliando a influência do poder local na conjuntura internacional (MATSUMOTO; CEZÁRIO, 2008, p.16).

Keating (2004, p. 54) acredita que os governos locais atuam no cenário internacional por motivos econômicos, políticos e culturais, o primeiro devido à procura de novos mercados para sua modernização, crescimento e desenvolvimento, o segundo na tentativa de reconhecimento internacional, de promoção regional, assim como à procura de parceiros políticos e o terceiro diz respeito aos vínculos culturais existentes como o idioma e

identidades históricas e culturais com outras regiões. Vigevani (2006, p. 14), por sua vez, assume que os governos locais passaram a se relacionar internacionalmente devido as necessidades práticas dos governos e das sociedades. Percebe-se, assim, a existência de diversos motivos pelos quais os governos subnacionais acabam por se inserirem internacionalmente, dependendo de cada região, de sua prioridade ou necessidade e, assim, aproximando-se de diferentes modos do âmbito internacional.

Assim, o reconhecimento da personalidade jurídica internacional dos municípios justifica-se pela possibilidade de efetiva inserção destes do cenário internacional em busca de cooperação para o desenvolvimento local e resolução de problemas internos, não somente como atores políticos, mas principalmente como sujeitos de direito internacional. (Idem, Ibidem, p. 28)

2.1.1 A COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA

Visto a necessidade de desenvolvimento, frente à emergência da globalização e a crescente competição, a cooperação internacional entre governos subnacionais surge como uma maneira de promover o desenvolvimento econômico e social das regiões. Neste sentido, tal atividade se torna uma maneira em que os governos subnacionais encontraram para se inserir internacionalmente e, com isso, trazer o desenvolvimento local. Malé (2006, p. 3) sugere que a cooperação internacional quando realizada por governos locais é denominada cooperação descentralizada pública e ela varia de acordo com os objetivos e interesses específicos de cada região⁴⁴.

Volker Hauck, do Centro Europeu para a Gestão de Políticas de Desenvolvimento (ECDPM), pronunciou em um seminário internacional realizado pelo Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP), que a cooperação descentralizada surgiu no contexto da IV Convenção de Lomé, acordo realizado entre a Europa e países da África, Caribe e Pacífico (ACP). O Centro Europeu para a Gestão de Políticas de Desenvolvimento (ECDPM) foi fundado com o objetivo de aprofundar a cooperação internacional justamente com os

⁴⁴ Importante lembrar que existem diversas maneiras de nomear a cooperação internacional realizada por atores que não sejam o governo central, podendo ser encontradas como cooperação internacional federativa, cooperação descentralizada ou cooperação descentralizada pública. Alguns autores diferenciam as nomenclaturas de acordo com quem está realizando tal atividade (estados, cidades, ONGs, empresas, sociedade civil e etc.). No presente trabalho, apesar de mencionarmos todos os atores que realizam este tipo de cooperação, focaremos na cooperação realizada por governos subnacionais, especialmente as cidades.

países da África, Caribe e Pacífico, intensificando as relações políticas e econômicas com atores não governamentais destas regiões e da Europa e promovendo a cooperação entre eles. O acordo surgiu com a assinatura do Lomé I, em 1975, mas só na IV Convenção de Lomé, em 1989, foi introduzida a idéia de cooperação descentralizada, objetivando a maior participação de todos os atores não centrais na efetivação da cooperação entre as regiões:

A cooperação descentralizada foi definida como uma nova abordagem à cooperação para o desenvolvimento que busca distanciar-se da lógica dos 'projetos financiados' e partir para uma lógica que apóia o processo de desenvolvimento onde um grande leque de atores públicos e privados poderiam ter papéis legítimos. Sua ênfase é a necessidade de diálogo e de ação conjunta entre os atores públicos e privados, partindo da premissa de que o impacto para o desenvolvimento não pode ser alcançado apenas adicionando dinheiro e experiência externa, mas colocando as responsabilidades nas mãos dos atores locais.⁴⁵

A cooperação descentralizada segundo a Comissão Européia (apud ROMERO, 2004, p. 40) se dedica às atividades de cooperação internacional realizadas entre os governos locais objetivando a projeção da região, trazendo iniciativas desenvolvimentistas juntamente com a sociedade civil, baseando-se no interesse mútuo e nas questões sobre o desenvolvimento do local. Cabe ressaltar que para arranjar tais atividades, os programas e orçamentos devem ser das próprias entidades subnacionais, mesmo que o governo central ou organizações internacionais promovam a cooperação descentralizada (DESSOTI, 2009, p.9).

Esta atividade também pode ser desempenhada com as Agências Internacionais, exemplo de algumas que realizam a cooperação descentralizada é a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), a Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (ACDI), a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA). Ademais, as agências multilaterais de desenvolvimento como o Banco Mundial, FMI e o BID também vem ganhando espaço na arena da cooperação descentralizada disponibilizando recursos financeiros e técnicos aos governos subnacionais (SALOMÓN, 2008, p. 149).

Os governos subnacionais realizam a cooperação na tentativa de acender a assistência técnica, o financiamento dos projetos, a promoção de trocas de informação e conhecimento sobre temas diversos (TREVAS, 2006, p. 30). Desta maneira, quando as entidades

⁴⁵ COEP Brasil: Seminário Internacional COEP – Volker Hauk sobre as experiências do Centro Europeu para a Gestão de Políticas de Desenvolvimento (ECDPM). Disponível em <http://www.coeptbrasil.org.br/seminario/documentos/p-volker-hauck.html>. Acessado em 6/10/2010.

subnacionais se propõem a estabelecer uma parceria internacional, a relação entre as partes passa a ser construída “sobre um princípio de relações simétricas e recíprocas com a idéia de interesse mútuo”, isto se dá devido à necessidade de realizar trocas de experiências entre os governos subnacionais, além da vontade política de projetar estes governos no âmbito internacional (MALÉ, 2006, p. 4)⁴⁶.

Malé (Ibidem, p. 20) sugere que a cooperação descentralizada realizada entre governos locais se distingue das outras cooperações uma vez ela possuir teor específico, que dispõe:

*i) no foco dos problemas locais e territoriais (serviços públicos locais, políticas urbanas, gestão do território, etc; ii) oferece uma competência e um know-how que se pode transmitir ou trocar diretamente das instituições locais, sem recorrer a gabinetes de consultoria ou especialistas externos; iii) tem capacidade de estabelecer marcos de cooperação a médio e longo prazo, já que os atores em cena, atuando em geral com recursos próprios, podem fixar por si mesmos as modalidades concretas de sua cooperação; iv) tem a capacidade de liderar e promover uma relação ampla, que inclua e permita participar outros agentes sociais locais e; v) pode garantir uma relação muito direta com a cidadania que permite um melhor controle e uma maior implicação e maior participação.*⁴⁷

Cabe lembrar que apesar da cooperação descentralizada trazer benefícios às localidades, no que diz respeito a maior instrumentalização de dispositivos que promovam as iniciativas locais e até mesmo influenciar a ascensão da participação da sociedade civil e da democracia, bem como a solidariedade social e o fortalecimento das estruturas e das capacidades governamentais locais, ou até mesmo a promoção à luta contra a pobreza e a coesão social, ela ainda apresenta alguns limites e algumas dificuldades para ser empregada devido a certas perspectivas como a de operação, escassez de pessoal especializado, limitação da capacidade de gestão dos governos diante aos recursos institucionais, tecnológicos e financeiros necessários para dar continuidade aos projetos (ROMERO, 2004, p. 48 e 49).

Neste sentido, para o desenvolvimento da cooperação descentralizada é necessário o maior engajamento dos governos locais e a melhora dos instrumentos para a efetivação dos programas adotados, bem como analisar melhor as capacidades locais enquadrando as idéias na organização social da região (CORONEL, 2006, p. 19).

As limitações para a efetivação da cooperação descentralizada se deparam em cinco pontos, que seguem: i) ausência de instituições maduras que efetivem a atividade, dado o fato de a cooperação descentralizada ser uma atividade nova e também devido à falta de interesse

⁴⁶ Tradução Livre.

⁴⁷ Tradução Livre.

de alguns governos que ainda não estão convencidos da importância de tal atividade; ii) deficiência de critérios para a inserção internacional, muitos acordos não trazem nenhum resultado prático e a ingerência e a falta de monitoramento dos projetos desempenhados podem dificultar a comunicação com o governo central; iii) a debilidade jurídica de certos governos à cooperação descentralizada, muitos governos ainda não possuem uma lei que permitem a atuação internacional de seus entes federados; iv) restrição financeira aos governos subnacionais e; v) despreparo técnico de certos governos subnacionais para a atuação internacional, no que concerne o quadro profissional dos municípios e dos gestores, escassez do know-how de como formular documentos em outras línguas de acordo com as exigências dos organismos internacional (CEZÁRIO; ANDRADE, s.d.).

2.1.2 AS REDES INTERNACIONAIS DE CIDADES

O processo de integração dos países e a abertura das economias com o fenômeno da globalização elevou o grau de interdependência, com este cenário, as cidades se encontram em um contexto amplo de concorrência a qual as levaram tomar algumas decisões buscando sua sobrevivência. Nesta conjuntura, foram criadas as Redes Internacionais de Cidades, onde estes atores passaram a ter um espaço de atuação no âmbito internacional, por meio de troca de experiências e informações, discutindo problemas em comum e promovendo a cooperação entre os membros.

Anteriormente a ocorrência destes fenômenos, a preocupação no âmbito local já existia visto a instituição da União Internacional de Autoridades Locais (IULA), em 1913, que objetivava justamente estender as relações entre os governos locais do mundo. Estas relações se aprofundaram com a criação da Federação Mundial de Cidades Unidas (FMCU), em 1957, esta que influenciou o processo de descentralização dos governos centrais e o fortalecimento dos governos locais. Destas duas estruturas, em conjunto com a Associação Mundial de Grandes Metrôpoles (Metropolis), surgiu, em 2004, a atual organização de Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU)⁴⁸.

⁴⁸ Confederação Nacional de Municípios – As Redes Internacionais de Cidades. Disponível em http://www.cnm.org.br/institucional/inter_bra.asp?iId=35190. Acessado em 27/10/2010.

A CGLU é um órgão de representação dos governos subnacionais, composta por 127 dos 190 países-membros da ONU e possui um programa focado principalmente no auxílio da influência dos governos locais no cenário internacional, elevando sua participação na governança global. Entre seus objetivos principais estão a defesa dos interesses dos governos locais, a promoção da união e da cooperação descentralizada entre os membros, a efetivação da democracia, o desenvolvimento de programas e iniciativas, a garantia da representação política dos governos locais no cenário internacional, bem como a promoção do desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental local⁴⁹. Já a Federação Latino-americana de Cidades, Municípios e Associações de Governos Locais (Flacma) é uma entidade enraizada na CGLU, representante dos países da América Latina⁵⁰. Fundada em 1981, a FLACMA pressupõe a ampliação da democracia e a maior participação, além do desenvolvimento local de todas as cidades, associações nacionais de governos locais e instituições municipais na América Latina que são membros da entidade⁵¹.

Outras redes de níveis regionais que atuam na América Latina é o Centro Ibero-americano de Desenvolvimento Estratégico Urbano (CIDEU) e a Rede Mercocidades na esfera do Mercosul. O CIDEU é um centro em que os membros procuram trocar recursos, experiências, objetivos em comum, promovendo o desenvolvimento econômico e social da região⁵². O Centro foi criado, em 1993, em Barcelona, Espanha, vinculado à Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo, reunião realizada anualmente entre os chefes de Estado e Governo dos países ibero-americanos, objetivando o desenvolvimento e a cooperação entre eles. Atualmente o Centro é composto por 124 membros e o cargo da presidência é ocupado pelo Prefeito de Belo Horizonte, Márcio Araújo Lacerda⁵³.

A rede Mercocidades, instituída em 1995, no âmbito do MERCOSUL, inspirada pela rede da Europa, Eurocidades, tem a finalidade de facilitar a participação dos governos locais na integração, além de também institucionalizar a cooperação técnica entre estes governos, proporcionando a troca de experiências e o apoio nas atividades comuns (SALOMÓN, 2008, p. 152). A Rede é composta por 213 cidades da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Chile,

⁴⁹ Cidades e Governos Locais Unidos. Disponível em <http://www.cities-localgovernments.org/sections.asp>. Acessado em 26/10/2010.

⁵⁰ Confederação Nacional de Municípios – As redes de Cidades. Disponível em http://www.cnm.org.br/institucional/inter_bra.asp?iId=35190. Acessado em 27/10/2010.

⁵¹ Federação Latino-americana de Cidades, Municípios e Associações de Governos Locais. Disponível em <http://www.flacma.org/FLACMA/Historia/tabid/69/Default.aspx>. Acessado em 27/10/2010.

⁵² Centro Ibero-americano de Desenvolvimento Estratégico Urbano. Disponível em <http://www.cideu.org/site/content.php?id=2103&lang=pt>. Acessado em 26/10/2010.

⁵³ Centro Ibero-americano de Desenvolvimento Estratégico Urbano - Apresentação. Disponível em <http://www.cideu.org/site/content.php?id=14>. Acessado em 26/10/2010.

Bolívia, Venezuela e Peru, sendo 71 dessas cidades do Brasil⁵⁴. Por meio da Mercocidades, os governos subnacionais do Brasil realizaram alguns acordos de cooperação com seus vizinhos como no caso da cooperação entre a Comissão Regional de Comércio Exterior do Norte Argentino (CRECENEA) com o Conselho de Desenvolvimento do Sul do Brasil (CODESUL), este composto pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul (Idem, ibidem, p. 153).

Um marco também relevante nas relações subnacionais do MERCOSUL foi a criação, em 2004, do Foro Consultivo de Municípios, Estados federado, Províncias e Departamentos do MERCOSUL (FCCR), na Cúpula de Outro Preto e instituído, em 2006, na Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL no Rio de Janeiro⁵⁵. O Foro aumentou o espaço da atuação dos governos subnacionais na composição do MERCOSUL, além de também levantar as questões de desenvolvimento local, proporcionando a integração da agenda destes governos, aproximando as regiões e reduzindo os problemas. No que concernem as responsabilidades, cada estado membro nomeia um coordenador nacional titular, no Brasil o cargo ficou para a Subchefia de Assuntos Federativos (SAF). Já no que diz respeito ao âmbito nacional do Brasil, o Foro permite a expansão das relações entre todas as esferas do país – governo municipal, estadual e federal – trazendo o desenvolvimento e conciliando o diálogo e a política nacional e internacional juntamente com a integração regional do MERCOSUL⁵⁶.

A Rede Interamericana de Alto Nível sobre Descentralização, Governo Local e Participação Cidadã (RIAD), surgiu sob a égide da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 2001, com a Declaração da Cidade de La Paz, devido aos avances da descentralização dos países no continente. A Declaração destacou principalmente:

*a contribuição que os governos subnacionais têm a realizar no fortalecimento da governança democrática e na promoção de um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável nas Américas e ressalta para este fim, a importância de consolidar o processo de descentralização, fortalecer os governos municipais e as instâncias de participação cidadã na gestão pública local.*⁵⁷

⁵⁴ Rede Mercocidades. Disponível em

<http://www.mercociudades.org/index.php?module=htmlpages&func=display&pid=25>. Acessado em 22/09/2010.

⁵⁵ Portal Federativo da Presidência da República Federativa do Brasil – FCCR disponível em <http://www.portalfederativo.gov.br/bin/view/Inicio/MercosulFCCR>. Acessado em: 22/09/2010.

⁵⁶ Portal Federativo da Presidência da República Federativa do Brasil – FCCR disponível em <http://www.portalfederativo.gov.br/bin/view/Inicio/ObjetivoFCCR>. Acessado em 22/09/2010.

⁵⁷ Portal da Presidência da República do Brasil – III Reunião Interministerial da RIAD. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/riad/Static/>. Acessado em 22/09/2010.

Embora criada como resultado de debates e reuniões da Cúpula de Chefes de Estado e Governo dos países-membros da OEA, a RIAD ainda não está consolidada, encontrando-se em um processo de construção institucional, à medida que a descentralização de poder seja aplicada nestes países⁵⁸. Apesar disso, a RIAD já realizou duas reuniões e atualmente se encontra na RIAD III, com isso a Rede surge como um novo mecanismo de cooperação entre os países do continente com a finalidade de levantar debates com propostas, políticas públicas para as reformas dos Estados, facilitando a descentralização e a maior atuação dos governos subnacionais dos países-membros⁵⁹.

Existem também as redes com focos mais específicos, tais como a Associação Internacional de Cidades Educadoras, o Conselho Internacional para as Atividades Meio Ambientais Locais (ICLEI), o Foro de Autoridades Locais para a Inclusão Social (“red FAL”), esta criada, em 2001, pela Prefeitura de Porto Alegre, paralelamente ao Foro Social Mundial, tornando-se em 2005 uma rede de trocas de experiências e discussão contra a exclusão social (SALOMÓN, 2008, p. 153).

2.2. A DIMENSÃO SUBNACIONAL DO BRASIL

Conforme a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o Artigo 18 diz respeito à Organização do Estado acerca da dimensão subnacional do Brasil, descreve: “A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição”⁶⁰. No Artigo 84 faz-se referência às atribuições do Presidente da República e é especificado que “Compete privativamente ao Presidente da República: VIII - celebrar

⁵⁸ Portal da Presidência da República do Brasil - Rede Interamericana de Alto Nível sobre Descentralização, Governo Local e Participação Cidadã (RIAD). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/riad/Static/RIAD/Que%20es%20a%20RIAD.pdf>. Acessado em: 22/09/2010.

⁵⁹ Portal da Presidência da República do Brasil – III Reunião Interministerial da RIAD. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/riad/Static/>. Acessado em 22/09/2010.

⁶⁰ Portal da Presidência da República do Brasil - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acessado em: 08/09/2010.

tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional”⁶¹. Rodrigues (2004, p. 451) ressalta que “perante o atual ordenamento jurídico brasileiro, a situação dos municípios é a mesma da dos estados federados e do distrito federal nesta matéria: nem há competências, nem existe reconhecimento legal para ações internacionais”. Não obstante, percebemos que com a ampliação de temas internacionais e a dificuldade da União de resolver todos os assuntos pendentes, exige-se a modificação e ou a criação de novos preceitos para facilitar a tomada de decisão dos entes federados.

No caso do Brasil apesar de a Constituição possuir regras rigorosas diante a tal fato, a atividade é de certa forma permitida e controlada pelo governo central, todavia, os governos locais ainda dependem de iniciativas políticas dos governos centrais para o seu êxito na atuação internacional (MARIANO; BARRETO, 2004, p. 23). O diálogo entre o governo federal e os governos subnacionais, no que tange à formulação de política externa, o novo papel das instâncias governamentais subnacionais vai contra a tendência centralizadora que restringe o grau de autonomia do sistema estadual e municipal (MARIANO e MARIANO, 2005, p. 147).

Nota-se que a paradiplomacia e a efetivação da cooperação descentralizada necessitam de governos democráticos, juntamente com a descentralização de poder. O Brasil ao restabelecer a democracia no país e implantar a Constituição de 1988, fez com que o tema da paradiplomacia emergisse na arena política brasileira, pois além dos entes federados passarem a se preocupar com o âmbito externo, eles foram vistos como causadores do desenvolvimento econômico, por meio de crescimento e de atração de investimentos (VIGEVANI, 2006, p. 12).

2.2.1 O MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES E OS ENTES FEDERADOS

A unidade do Ministério das Relações Exteriores (MRE) é o órgão responsável pela política externa do país e mediador de todas as ações realizadas pelo Brasil no âmbito internacional. Ele pressupõe que apenas o governo central tem legitimidade de realizar política externa e que seus governos subnacionais são limitados a apenas desempenhar ações

⁶¹ Portal da Presidência da República do Brasil - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acessado em: 08/09/2010.

externas (PEREIRA, 2004, p. 150). Apesar disso, o governo central brasileiro tem mostrado adaptar-se a inserção internacional dos seus entes federados, por meio do Ministério. Diante da pressão dos governos locais, buscou-se realizar uma política de cooperação internacional interagindo com os governos subnacionais do Brasil, podendo também ser conceituada como cooperação internacional federativa, esta que promove a atuação externa das cidades e dos estados, auxiliando-as nas oportunidades de acordos de cooperação (TREVAS, 2006, p. 32). Ademais, em 1997, foi criada, durante a Presidência de Fernando Henrique Cardoso, a Assessoria de Relações Federativas (ARF), sob a égide do Ministério das Relações Exteriores (MRE), onde o governo federal passou a reconhecer às políticas dos estados e municípios, além das empresas e organizações não-governamentais (RODRIGUES, 2004, p. 452). Com a instrumentalização da diplomacia federativa no Brasil permitiu-se a aproximação do Ministério aos seus entes federados mantendo ao mesmo tempo “seu papel constitucional de formulador de política externa dentro do Executivo a partir desse maior contato” (PEREIRA, 2004, p. 150).

Em 2003, a Assessoria de Relações Federativas (ARF) passou a ser a Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares (AFEPA), cuja atuação vem ajudando a possibilidade de criar caminhos de diálogo na federação (RODRIGUES, 2006, p. 3). Além disso, a AFEPA conta com os escritórios regionais do MRE, que se localizam em São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Florianópolis, Manaus, e Recife, visando auxiliar a atuação dos governos locais no âmbito internacional.

Importante reiterar também a atividade da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), vinculada ao MRE, que ao mesmo tempo facilita e gerencia a cooperação internacional dos entes estaduais e municipais do Brasil (RODRIGUES, 2008, p. 9). Em 2003, a questão foi ampliada e criou-se a Assessoria de Cooperação Internacional Federativa para no ano seguinte, em 2004, ser criada a Subchefia de Assuntos Federativos (SAF) no âmbito da Secretaria de Relações Institucionais (SRI) (VIGEVANI, 2006, p. 19), que implantou a Assessoria Internacional objetivando principalmente:

*i) Assessorar o Ministério para as questões envolvendo os entes da Federação Brasileira em suas ações internacionais; ii) Fortalecer, promover e apoiar as iniciativas dos Municípios e Estados na área internacional; iii) Desenvolver instrumentos de gestão intergovernamental, de cooperação de coordenação federativa na esfera internacional.*⁶²

A SAF tem participação importante e ativa na Rede Interamericana de Alto Nível sobre Descentralização, Governo Local e Participação Cidadã (RIAD), que, como já referido, surgiu sob a égide da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 2001. A Secretaria de Relações Institucionais (SRI) e a Subchefia de Assuntos Federativos (SAF) realizaram conjuntamente um acordo de cooperação técnica com a Caixa Econômica Federal, o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para efetivarem o Sistema de Estudos Federativos e também o Portal Federativo, instituído em 2008, com o intuito de expor as relações entre a o governo central e seus entes federados. Esta discussão surgiu a partir do Comitê de Articulação Federativa (CAF), fórum que reúne os representantes dos ministérios federais e mais três entidades: Associação Brasileira de Municípios (ABM), a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e a Frente Nacional dos Prefeitos (FNP). O Comitê propõe principalmente a cooperação federativa, por meio de um “encontro de interesses e a elaboração de uma agenda federativa compartilhada com várias conquistas para o movimento municipalista”⁶³.

A SAF também estabeleceu uma Assessoria Internacional com o escopo de aprofundar e fortalecer as iniciativas dos governos subnacionais no âmbito internacional, bem como assessorar o Ministério em coordenação com estas atividades subnacionais e desenvolver a cooperação dos governos locais com parceiros internacionais⁶⁴.

Todas estas medidas expostas acima, portanto, mostram a democracia e a descentralização político-administrativa sendo estabelecidas no país, legitimando aos pouco a atuação dos estados e municípios do Brasil, mesmo que sempre sob a supervisão do Ministério de Relações Exteriores (MRE). Vigevani (2006, p. 25) observa, assim, que a direção da diplomacia brasileira pode ser vista como uma política onde se examina minuciosamente cada caso, fazendo intermediações quando possível, ou seja, o MRE adapta

⁶² Portal Federativo da Presidência da República Federativa do Brasil – O que é Cooperação Internacional Federativa? Disponível em <http://www.portalfederativo.gov.br/bin/view/Inicio/CooperacaoInternacionalFederativa2>. Acessado em 25/10/2010.

⁶³ Portal Federativo Presidência da República Federativa do Brasil – Institucional. Disponível em <http://www.portalfederativo.gov.br/bin/view/Inicio/Institucional>. Acessado em 27/10/2010.

⁶⁴ SAF. Disponível em http://www.planalto.gov.br/sri/saf_internacional/index.htm. Acessado em 27/10/2010.

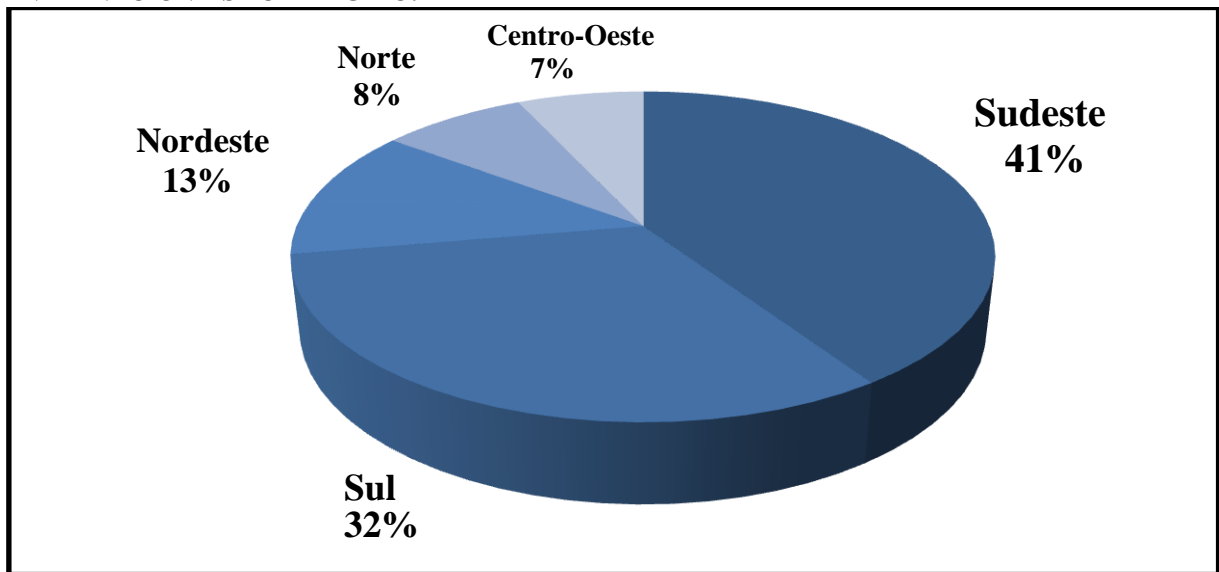
os acordos que os governos locais realizam tentando enquadrar os mesmos nos acordos já existentes entre os países, desta maneira, conservaria a constituição da alçada do Estado, mas com a ação do governo local.

Nota-se que a paradiplomacia pode se desenvolver diferentemente em cada país, baseando-se até mesmo na experiência histórica da região. Em certos países a diversidade de seus entes federados e de suas regiões é tão grande que pode até mesmo dificultar a integração do país e conseqüentemente a tomada de decisão do Governo Central. (CASTELO BRANCO, 2007, p. 11). No Brasil, país com um amplo território e muitas diversidades, mesmo frente a todas as restrições vindas do governo central para a atuação dos seus entes federados, observa-se a necessidade de sua inserção internacional. Esta atividade, contudo, é realizada de diferentes formas pelos governos subnacionais, justamente por não ser legitimada de fato. Desta maneira, tal ação é desenvolvida dependendo de cada região do país e de seus interesses econômicos, políticos ou culturais (Idem, *ibidem*, p. 13).

Embora a questão da cooperação descentralizada tenha aumentado seu escopo de atuação no Brasil, especialmente no que concerne a cooperação municipal, esta atividade ainda precisa ser reforçada no país por meio de medidas legislativas e administrativas (MAIA, s.d, p. 13). Neste sentido, para atuar internacionalmente, os governos subnacionais, precisam de unidades especializadas capazes de desempenhar tal atividade com eficiência e competência para coordená-las (*in loc. cit.*). Com isso, a fim de melhorar a capacidade técnica e administrativa, as cidades e estados estão instituindo em suas estruturas, certo departamentos, assessorias e secretarias de relações internacionais para desenvolverem as relações com outros governos subnacionais no âmbito internacional, trazendo, desta maneira, fluxos de cooperação para financiamento dos projetos locais, acordos de cooperação técnica, bem como intercâmbio de experiências em políticas públicas que possam ocasionar o desenvolvimento local (TREVAS, 2006, p. 31).

Segundo pesquisa realizada por André Hollo Capella (2009), o Brasil, formado por 26 estados, 1 Distrito Federal e 5.564 municípios, possui em todos seus estados algum órgão competente para tratar dos assuntos internacionais. Já nos municípios, somente 88 possuem este órgão. A seguir expomos um gráfico que demonstra a distribuição desses órgãos por região.

FIGURA 1: DISTRIBUIÇÃO DAS CIDADES COM UM ÓRGÃO RESPONSÁVEL POR ASSUNTOS INTERNACIONAIS POR REGIÃO.



Fonte: Apud Capella, 2009. Ministério de Relações Exteriores do Brasil – Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares.

Percebe-se que as regiões Sul e Sudeste compreendem a maior parte, possuindo o maior número de órgãos responsáveis por assuntos internacionais. Isto demonstra de certa forma, a desigualdade entre as regiões, uma vez que elas, por possuírem tais organismos, sejam mais beneficiadas por terem este meio para arrecadar fundos de cooperação para o desenvolvimento. Desta maneira, os governos subnacionais acabam por procurar outros recursos para atender todas as demandas de sua população, pois “apesar do aumento das responsabilidades, o Governo Central ainda concentra aproximadamente 60% das receitas governamentais, restando apenas 25% para os estados brasileiros e 15% para os municípios” (CAPELLA, 2009, p. 44) ⁶⁵.

Salomón (2008, p. 157) destaca, entre os governos subnacionais que possuem atividades internacionais, os governos que se localizam no Sul e Sudeste do Brasil, entre eles os estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, mas ressalva que a inserção internacional deles busca principalmente a promoção internacional e a captação de investimentos na região. No que concerne às cidades, destaca-se as cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Curitiba, mas observa-se, contudo, que algumas localidades do nordeste merecem ser mencionadas, como a cidade de Salvador na Bahia que iniciou suas atividades internacionais em 2005, bem como o estado do Ceará que também vem mostrando alguma participação internacional (Idem, ibidem). Além disso, Capella (2009, p. 45) ressalva

⁶⁵ Tradução Livre.

que alguns fatores dificultam o desenvolvimento da cooperação descentralizada no Brasil, a saber: a ausência de instituições capacitadas de auxiliar a aplicabilidade da cooperação descentralizada no país; modelos, critérios e regras de gestão; a falta de um marco jurídico que permita tal atividade; a proibição da Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX) do Ministério do Planejamento de financiamento internacional para os municípios que possuam menos de 100.000 habitantes, eliminando 95% de municípios a utilizar estes recursos⁶⁶ e; a ausência de formação técnica de profissionais em certas regiões dificultando a execução da atividade.

Vale lembrar que existem alguns órgãos que trabalham independentemente do Governo Federal. A Confederação Nacional de Municípios (CNM), por exemplo, é um órgão apartidário e criou, em 2006, a CNM Internacional objetivando justamente a promoção da inserção internacional dos municípios brasileiros, atuando por meio “de mobilização, sensibilização e até mesmo enfrentamento, quando necessário, frente às demais esferas de governo”⁶⁷. A CNM assumiu o cargo em alguns foros mundiais, tais como a vice-presidência da Federação Latino-Americana de Cidades, Municípios e Associações de Governos Locais (Flacma) e representou o Brasil na organização mundial das Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU).

2.2.2 PARCEIROS

Entre os principais parceiros dos governos subnacionais do Brasil, há de se mencionar: França, Espanha, Itália, Alemanha, Portugal, Argentina, EUA, Canadá, China e Japão (SALOMÓN, 2008, p.148). Segundo o Portal Federativo da Presidência República, tem-se realizado a cooperação descentralizada na esfera Sul-Sul principalmente no âmbito do Mercosul, no Foro Consultivo de Municípios, Estados, Províncias e departamentos do Mercosul (FCCR) e com a Índia e a África do Sul no âmbito da IBAS (Índia, Brasil e África

⁶⁶ Ver Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Resolução nº 249, de 18 de setembro de 2006. Disponível em http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Legislacao/Resolucao/060918_resol_294.pdf. Acessado em 20/09/2010.

⁶⁷ Confederação Nacional de Municípios - Mensagem do Presidente. Disponível em http://www.cnm.org.br/institucional/mensagem_presidente.asp. Acessado em 25/10/2010.

do Sul)⁶⁸. Importante ressaltar, contudo, que mesmo o Governo Central do Brasil tentar, por meio da instituição de Assessorias, coordenar todos os projetos empregados pelas entidades subnacionais do Brasil, o controle ainda é muito complexo dado o fato da quantidade de entes federados realizando atividades no âmbito internacional, ou até mesmo, da falta de diálogo entre eles e a insuficiência de medidas administrativas e legislativas que regulamentem a inserção internacional dos governos subnacionais.

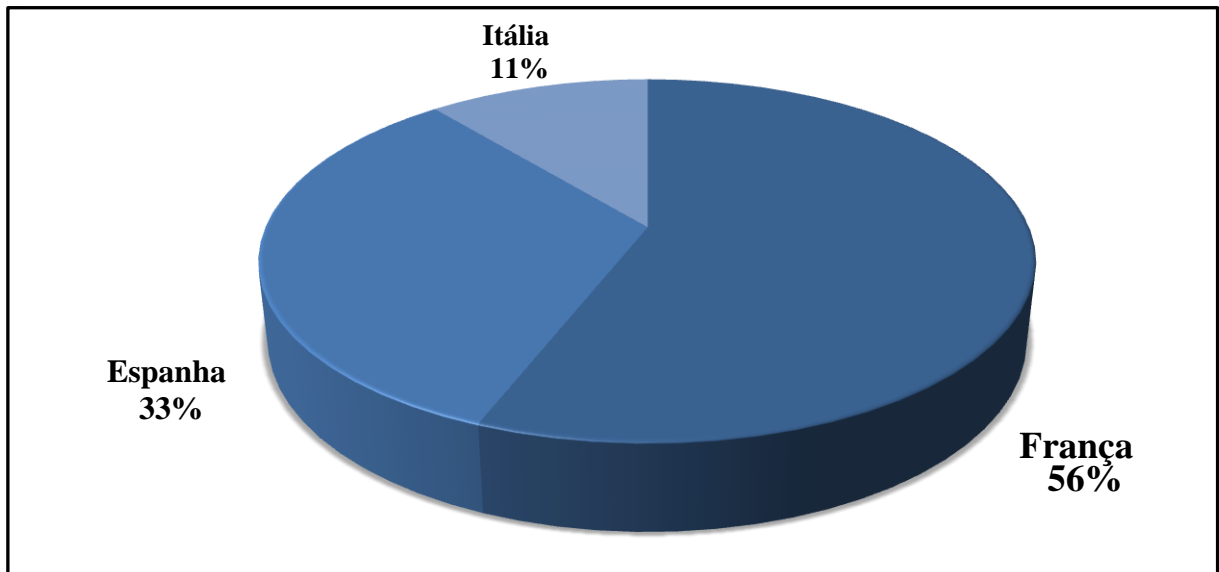
Já na Europa, os principais países da União Européia que realizam cooperação descentralizada com os governos subnacionais do Brasil, segundo o Livro Azul de Cooperação da União Européia no Brasil, são a França, a Espanha e a Itália.

*A cooperação descentralizada conduzida pelas coletividades territoriais ou governos locais brasileiros (Estados e municípios) por um lado, e as coletividades locais italianas (regiões e municípios), francesas (regiões, departamentos e municípios), espanholas (províncias e municípios) e polonesas (municípios), por outro lado, têm uma importância cada vez mais significativa. Várias parcerias e projetos se desenvolveram nos últimos anos, principalmente no setor da cooperação científica e técnica e da democracia participativa.*⁶⁹

Capella (2009, p. 46) expõe um gráfico com dados retirados do Livro Azul da Cooperação da União Européia no Brasil de 2008, que mostra a porcentagem de investimento de cada um destes três países no Brasil, apresentado a seguir.

⁶⁸ Portal Federativo da Presidência da República – Cooperação Internacional Federativa. Disponível em <http://www.portalfederativo.gov.br/bin/view/Inicio/CooperacaoInternacionalFederativa>. Acessado em 27/10/2010.

⁶⁹ Livro Azul de Cooperação Descentralizada 2008. Disponível em <http://www.comunidadefb.com.br/web/pdf/livroazul2008.pdf>. Acessado em 16/09/2010. p. 11.

FIGURA 2: INVESTIMENTO EM COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA NO BRASIL POR PAÍS (%)

Fonte: Apud Capella. Livro Azul 2008 de Cooperação da União Européia no Brasil.

Salomón (2008, p. 148) acredita que a cooperação descentralizada realizada com a Europa dá-se principalmente com os países do sul da Europa devido a razões históricas e culturais, cultivando uma relação de parceria com estes governos.

As relações com a França são regidas por um acordo assinado entre as partes, em 1967, sendo o Brasil o primeiro parceiro da França na América Latina⁷⁰. Estas relações foram aprofundadas em 2005, quando foi realizado o Ano do Brasil na França, onde os governos subnacionais de ambos os países se aproximaram ainda mais devido aos acordos de cooperação já realizados entre os governos dos dois países. Em 2006 foi estabelecido, na França, o 1º Encontro da Cooperação Internacional Descentralizada e Federativa franco-brasileira, na cidade de Marselha, o encontro contou com mais de 80 representantes de governos locais de ambos os países, bem como representantes de faculdades, ONGs, agências internacionais e especialistas da Europa e da América Latina. Resultado disso foi a criação, em 2007, de um Comitê de Gestão franco-brasileiro, entre os governos locais, regionais e nacionais para promover a cooperação entre estes países. A primeira reunião do Comitê foi realizada em maio de 2007, em Salvador e a segunda em novembro do mesmo ano, em Belo Horizonte⁷¹. Em 2009 foi atingido o ano da França no Brasil com o objetivo de aprimorar a

⁷⁰ Livro Azul de Cooperação Descentralizada 2008. Disponível em: <http://www.comunidadefb.com.br/web/pdf/livroazul2008.pdf>. Acessado em 16/09/2010.

⁷¹ Portal da Presidência da República Federativa do Brasil - Cooperação Internacional Federativa e Descentralizada Brasil-França. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/sri/br-fr/antecedentes.html>. Acessado em 16/09/2010.

presença da cultura francesa no Brasil, bem como solidificar projetos de parceria e a cooperação descentralizada entre os países⁷².

A cooperação realizada entre Espanha e Brasil tem como marco o Convênio Básico de Cooperação Científica e Tecnológica de 1989 e o Tratado Geral de Cooperação e Amizade de 1992. Atualmente as relações entre os dois países estão pautadas na Ata da IV Reunião da Comissão Mista Hispano-Brasileira de Cooperação para o período 2008-2012. O que concerne à cooperação descentralizada, a Espanha diferentemente do Brasil, é um país que possui Comunidades Autônomas, ou seja, suas regiões possuem certa autonomia e competências próprias. Neste sentido, estes governos regionais sustentam projetos de cooperação com diversas regiões do Brasil, principalmente nas políticas sociais básicas independentemente do governo central da Espanha⁷³.

Já as relações com as regiões da Itália são vinculadas devido principalmente aos fatores históricos e culturais, aprofundados com os diversos descendentes italianos no Brasil. A cooperação entre estes países é mantida desde a assinatura de um acordo em 1972⁷⁴. Em 2004, foi assinado um convênio do Brasil com quatro regiões da Itália: Mache, Úmbria, Toscana e Emilia Romagna⁷⁵. Na ocasião, foram estabelecidas parcerias com os estados do Amazonas e do Piauí e os municípios de Grande Juiz de Fora (Minas Gerais), São Carlos/Araraquara (São Paulo) e Bagé/Santa Maria (Rio Grande do Sul), onde foram propostas políticas sociais, culturais e projetos de crescimento das empresas cooperativas, além de promover o comércio entre as regiões, os investimentos e entre outros⁷⁶. E em 2007 foi assinado um acordo sobre cooperação descentralizada em Roma, percebendo-se, assim, que a cooperação descentralizada entre os países vêm se desenvolvendo ainda mais⁷⁷.

Dando continuidade às relações do Brasil com a União Européia, é de extrema relevância destacar o URB-AL um significativo programa lançado, em 1995, com o objetivo

⁷² Portal do Ano da França no Brasil. Disponível em <http://anodafrancanobrasil.cultura.gov.br/br/institucional/>. Acessado em 17/09/2010.

⁷³ Livro Azul de Cooperação Descentralizada 2008. Disponível em <http://www.comunidadefb.com.br/web/pdf/livroazul2008.pdf>. Acessado em 16/09/2010.

⁷⁴ Livro Azul de Cooperação Descentralizada 2008. Disponível em <http://www.comunidadefb.com.br/web/pdf/livroazul2008.pdf>. Acessado em 16/09/2010.

⁷⁵ Portal da Presidência da República Federativa do Brasil - Cooperação Descentralizada com as regiões da Itália. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/sri/CooperacaoInternacional/static/Andamento.htm>. Acessado em 16/09/2010.

⁷⁶ Portal da Presidência da República Federativa do Brasil - Nota sobre a Missão Das Regiões da Itália no Brasil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/sri/CooperacaoInternacional/Docs_CoopItaliana/NotaGiampiero.pdf. Acessado em 16/09/2010.

⁷⁷ Livro Azul de Cooperação Descentralizada 2008. Disponível em <http://www.comunidadefb.com.br/web/pdf/livroazul2008.pdf>. Acessado em 16/09/2010.

de concretizar a cooperação descentralizada entre membros da União Europeia e 18 países da América Latina, realizando trocas de experiência em diversos temas tais como meio ambiente, transporte, drogas, participação social, desenvolvimento econômico e entre outros, permitindo:

*i) aumentar a capacidade de ação das cidades e das regiões no desenvolvimento social, econômico e cultural, por meio da criação de novos equipamentos ou serviços públicos; ii) desenvolver a capacidade de gestão das autoridades locais na formação dos recursos humanos; iii) promover a parceria entre autoridades locais e representantes da sociedade civil; iv) aumentar a participação das autoridades locais (e em particular dos menores) no cenário internacional; v) difundir as boas práticas europeias e latino-americanas de desenvolvimento local, respeitando o caráter local específico.*⁷⁸

O programa baseia-se na cooperação entre estados, províncias e cidades da Europa e da América Latina. A primeira fase (1996-2000) se organizou em oito temas: drogas nas cidades; conservação do contexto histórico urbano; democracia nas cidades; as cidades como promotoras de desenvolvimento econômico; as políticas urbanas sociais; o meio ambiente urbano; a administração e o controle da urbanização e; o controle da mobilidade urbana. A segunda fase (2001-2006) se baseou em cinco temas: financiamento local e orçamentos participativos; a luta contra a pobreza urbana; a promoção do papel das mulheres nos órgãos decisórios locais; cidades e a sociedade da informação e; segurança dos cidadãos nas cidades⁷⁹.

Estas duas fases foram estruturadas em 13 redes temáticas (8 na primeira e 5 na segunda) e 186 projetos comuns, estes que foram criados e executados dentro de cada uma dessas redes com a finalidade de dar maior profundidade a um tema específico. Cada rede possui uma única cidade coordenadora, dentre as redes temáticas encontramos Porto Alegre, na Rede nº09, como cidade coordenadora do “Financiamento Local e Pressuposto Participativo” com o objetivo de realizar trocas de experiências entre os governos locais sobre boas práticas de gestão pública, identificando os problemas e criando mecanismos de ação, além de promover a democracia participativa da sociedade civil⁸⁰. Já São Paulo, na rede nº10, foi a cidade coordenadora da “Luta contra a Pobreza Urbana” que priorizava a melhora da

⁷⁸ Tradução Livre. Comissão Europeia – Urbal Regional AID Programme. Disponível em: http://ec.europa.eu/europeaid/where/latin-america/regional-cooperation/urbal/index_en.htm. Acessado em 13/09/2010.

⁷⁹ Tradução Livre. Comissão Europeia – The URB-AL programme in brief. Disponível em: http://ec.europa.eu/europeaid/where/latin-america/regional-cooperation/urbal/detail_en.htm. Acessado em 13/09/2010.

⁸⁰ Centro de Documentação do Programa URB-AL – Rede 09. Disponível em: http://centrourbal.com/redes/r10_objetivos.htm. Acessado em 20/09/2010. Acessado em 13/09/2010.

qualidade das políticas públicas no combate à pobreza, implementando ações ao longo prazo por meio de trocas e aquisições de boas práticas e promoção de iniciativas conjuntas entre os governos locais⁸¹. Atualmente o programa se encontra na terceira fase (2008-2011) e baseia-se nas seguintes idéias:

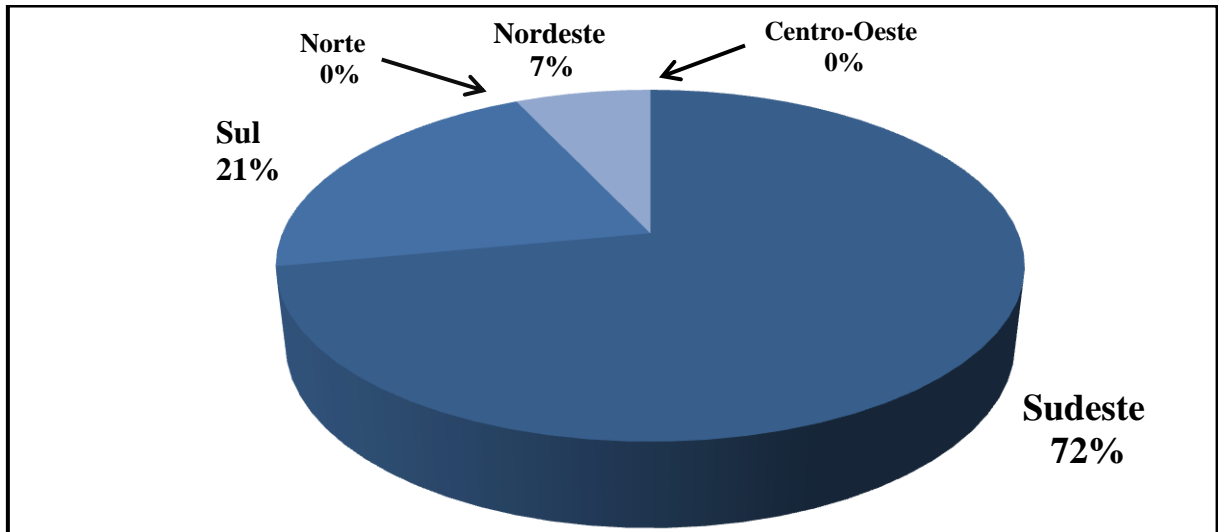
- *As parcerias e os intercâmbios de experiências entre governos subnacionais (na dimensão Norte-Sul e Sul-Sul) desempenham um papel importante na difusão e no reforço de políticas de coesão social;*
- *Existe na América Latina, ao nível local, experiências interessantes e processos emergentes, geradores de coesão social que podem conseguir ser modelos de referência;*
- *Uma das particularidades mais importantes dos processos de geração de coesão social é o seu carácter integral que traduz uma visão global da cidade/território onde se quer viver.*⁸²

Observamos anteriormente, na figura 2, a distribuição dos órgãos responsáveis por assuntos internacionais por região no Brasil e vimos que a grande maioria se encontra nas regiões Sudeste e Sul do país, o que dificulta a arrecadação de recursos das outras regiões para realizar projetos. No programa URB-AL, participaram 14 cidades do Brasil, onde desenvolveram diversos projetos nas regiões, no entanto, nota-se no quadro seguinte que a maioria dos projetos realizados encontra-se justamente nas regiões Sudeste e Sul do país (CAPELLA, 2009, p. 47).

⁸¹ Centro de Documentação do Programa URB-AL – Rede 10. Disponível em: <http://centrourbal.com/redes/r10.htm>. Acessado em 13/09/2010.

⁸² Comissão Europeia – URB-AL III. Disponível em: http://ec.europa.eu/europeaid/where/latin-america/regional-cooperation/urbal/documents/programme/guidelines_pt.pdf. Pp 03. Acessado 20/09/2010.

FIGURA 3: DIVISÃO REGIONAL DAS PREFEITURAS DO BRASIL QUE PARTICIPARAM DO PROGRAMA URB-AL.



Fonte: Livro Azul 2008 de Cooperação descentralizada da União Européia no Brasil

Salomón (2008, p. 151) observa o avanço da participação dos governos subnacionais brasileiros em assuntos transnacionais, passando até mesmo a ter um papel de protagonista na atividade internacional dos governos locais, exemplo disso é a participação dos governos subnacionais do Brasil nas redes subnacionais transnacionais tais como a rede de Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), a União Internacional de Cidades Locais (IULA), a Federação Mundial de Cidades Unidas (FMCU), a Federação Latino Americana de Cidades, Municípios e Associações de Governos Locais (FLACMA).

Face aos fundamentos expostos neste capítulo acerca da paradiplomacia, da cooperação descentralizada e da dimensão subnacional do Brasil é possível compreender alguns motivos pelos quais os governos subnacionais se inserem internacionalmente. Como mencionado anteriormente, ainda existe certa dificuldade do governo central de controlar todas as atividades efetivadas internacionalmente pelos entes federados do Brasil e frente às diversidades que existem no país no que concerne à política, economia ou até mesmo a necessidade e os interesse de cada região, faz-se com que seja necessária uma análise de cada governo local para, assim, perceber qual o caminho que cada ente federado segue e de que maneira suas necessidades locais estão influenciando suas tomadas de decisões no âmbito internacional. Perante a impossibilidade de analisar cada caso separadamente, será retratado no capítulo seguinte o caso específico da Cidade de São Paulo.

3. O CASO DA CIDADE DE SÃO PAULO

Global e local são dimensões que trazem algumas contradições, pois enquanto existe, na primeira, a idéia de forças centralizadoras ou centrípetas, persistem, na segunda, forças descentralizadoras ou centrífugas. Os governos locais, ou mais especificamente, as municipalidades, compõem níveis de institucionalidade político-administrativa que estão ligados diretamente à sociedade e às questões sociais, tornando-as atores relevantes para a análise das necessidades da população e os problemas e impactos que surgiram do âmbito internacional (PEREIRA, 2009, p. 235). Ademais, “os Estados nacionais vêm perdendo capacidade de atuar como agentes promotores do desenvolvimento nacional, regional, ocorre um processo de transferência dessa responsabilidade para os níveis estaduais (ou provinciais) e locais de governo” (MARIANO; BARRETO, 2004, p. 22).

Segundo Ianni (2007, p. 59) é na cidade que é possível deparar todas as questões sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade. A cidade se configura diante às questões geográficas e históricas, assim como das relações individuais e das coletivas, desde a escala local, passando pela regional até a mundial, “às vezes, está fortemente determinada pelo que é local, outras aí predomina o que é nacional, mas há casos em que ela essencialmente mundial” (in loc. cit).

Em face disso, este capítulo procura abordar a dinâmica internacional do ponto de vista de uma cidade frente à necessidade do desenvolvimento e da preocupação de atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Os governos locais podem ostentar um protagonismo diante às diretrizes dos ODM, inserindo as metas em suas agendas, visto ser na cidade que se depara diretamente com os focos que devem ser desenvolvidos, onde existe o maior contato com o indivíduo e com a sociedade. Desta maneira, os municípios podem alcançar diversos aspectos, a saber:

- i) atrair as comunidades locais para o diálogo, já que a mensagem dos ODM é popular;*
- ii) aperfeiçoar os serviços públicos e o desenvolvimento de ações de combate a vulnerabilidade;*
- iii) facilitar o monitoramento, a avaliação das políticas públicas e a mensuração de resultados graças a indicadores já consolidados;*
- iv) adotar uma gestão voltada para resultados práticos, que podem ser mensurados de maneira eficiente;*
- v) agregar as políticas públicas em torno de objetivos comuns;*
- vi) colher os frutos do alinhamento das políticas locais a estratégia de*

*desenvolvimento adotada pelo governo federal, o que permite a injeção de recursos federais*⁸³.

Jakobsen afirma, no entanto, que ainda existem muitos prefeitos resistentes ao processo de internacionalização de suas políticas, devido à lentidão do retorno dessas medidas, bem como a falta de recursos que atendam as demandas da sociedade, “a impossibilidade de alocar recursos para qualquer atividade internacional devido a endividamentos, baixa receita e outros constrangimentos”, ou até mesmo “devido à complexidade do tema e ao temor de desgastes políticos” (2006, p. 38).

Neste capítulo, será apresentado o caso da Cidade de São Paulo, que embora ainda muito contestada, pode, de certa forma, assumir a identidade de Cidade Global, conquanto maior cidade do Brasil e onde se encontra grande parte da riqueza do país, respondendo por cerca de 10% do PIB nacional. Confirmando seu lugar entre as cidades mais ricas do mundo, São Paulo ultrapassa 11 milhões de habitantes, emprestando sede à diversas empresas multinacionais, “setenta etnias e culturas diferentes, terceira maior cidade italiana do mundo, maior cidade libanesa, japonesa, portuguesa e espanhola fora dos respectivos países”⁸⁴ ou seja, São Paulo sem dúvidas tem grande importância regional no âmbito econômico, além de conectar a economia nacional do Brasil com a mundial.

Rolnik (2009, p.74) faz referência à algumas expressões válidas de serem mencionadas, extraídas pela autora de letras de música popular, filmes, poemas e entre outros, que caracterizam ou definem a cidade de São Paulo, a saber: Subúrbia, *Sprawling City*, Metrópole Policêntrica, Megametrópole, Megalópole, Megacidade, *Edge City*, Cidade Dispersa, Cidade Global, Cidade Mundial, Cidade-Região, Cidade-Mundo, Cidade Informacional, Cidade-Fluxo, Rede de Cidades, Cidade-Mosaico, Cidade Caleidoscópica, Cidade Fractal, Cidade Fragmentada, Cidade Neobarroca, Cidade Neogótica, Cidade-Tela, Cidade Partida, Cidade Fechada, Cidade-Fortaleza, Cidade Sitiada, Cidade Vertical, Cidade Pós-Moderna, Cidade Mutante, *Generic City*, Cidade-Congestão, Cidade-Estado. “São Paulo contém as características quantitativas e qualitativas de todas essas definições” (in loc. cit), ou seja, por suas palavras:

⁸³ Guia para a Municipalização dos Objetivos do Milênio. Disponível em http://www.odmbrasil.org.br/upload/tiny_mce/Guia_de_Municipaliz.pdf. p. 15 e 16. Acessado em 04/11/10.

⁸⁴ Portal da Prefeitura de São Paulo - Secretaria Municipal de Relações Internacionais. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/relacoes_internacionais/sao_paulo_cidade_global/index.php?p=1193. Acessado em 1/11/11.

São Paulo é uma megacidade, participante das relações econômicas globalizadas, desempenhando funções de produção e serviços internacionais, em conexão com a vasta rede de cidades e regiões conectadas à econômica global. São Paulo é uma megametrópole dispersa, que possui fragmentos de cidades mundiais e globais, localizados principalmente no veto centro-sudoeste (Idem, ibidem, p. 74 e 75).

Neste sentido, será abordado em um primeiro momento a paradiplomacia desenvolvida na cidade de São Paulo e alguns de seus principais projetos desde 1989, mais especialmente a partir da criação da Secretaria Municipal de Relações Internacionais (SMRI) na gestão de Marta Suplicy, em 2001. Notadamente, desde a criação da Secretaria Municipal de Relações Internacionais da cidade de São Paulo, a inserção internacional da cidade foi intensificada, seja por meio de eventos, seminários, missões e receptivos, ou por programas pontuais de cooperação descentralizada entre governos subnacionais de outros países com a cidade ou também com a participação de organismos internacionais. Dado este fato, torna-se válido apresentar os principais projetos de cooperação descentralizada iniciados na gestão de Marta Suplicy (2001-2004), passando pela curta gestão de José Serra (2005-2006), até a gestão atual de Gilberto Kassab (2006-2010).

Importante ressaltar, contudo, que este trabalho visa apresentar somente a inserção internacional da cidade de São Paulo e os projetos de cooperação descentralizada efetivados em cada governo (Marta Suplicy, José Serra, Gilberto Kassab), estes realizados com a finalidade de projetar a cidade de São Paulo internacionalmente e concretizar parcerias internacionais, coordenando-os com projetos de políticas públicas na cidade para promover o seu desenvolvimento. Por este fato, não haverá, neste trabalho, o posicionamento político acerca de qual gestão apresentou a melhor atuação, os melhores projetos ou as melhores implantações, mas serão sim abordados os principais projetos e parceiros da cidade, os efeitos percebidos quando da troca de governos e o foco que cada governante imprimiu durante sua gestão.

3.1. A PARADIPLOMACIA NA CIDADE DE SÃO PAULO

Ao inserir a cidade de São Paulo internacionalmente, percebeu-se que a paradiplomacia seria um caminho para resolver os problemas da cidade. Para tanto, a cidade

“passou a participar de redes de cidades no exterior, a trocar experiências com parceiros estrangeiros, a promover a cooperação técnica e financeira internacional e a buscar o financiamento externo de maneira mais intensa” (SALA; SANTOS, 2009, p. 141). No entanto, foi somente na década de 1990, com a aprovação da Lei Orgânica do Município de São Paulo, que a paradiplomacia foi mais desenvolvida na cidade (in loc. cit).

A Lei Orgânica objetiva principalmente “organizar o exercício do poder e fortalecer as instituições democráticas e os direitos da pessoa humana”, no Artigo 4º estabelece que “o Município, respeitando os princípios fixados no art. 4º da Constituição da República⁸⁵, manterá relações internacionais, através de convênios, e outras formas de cooperação”⁸⁶, o que levou a cidade a explorar, de maneira mais ampla, a questão internacional e a coordenar suas relações por meio de órgãos especializados (Idem, ibidem, p. 146).

Raichelis e Evangelista afirmam que entre o período de 1989 a 2008, as relações internacionais da cidade de São Paulo foram “influenciadas pelas propriedades de governo e temas que variam conforme o contexto político de cada período, determinadas também pela agenda internacional” (2009, p. 189).

É notória a importância de institucionalizar as ações quando se trata das relações internacionais da cidade, por meio de departamentos capazes de realizar esta atividade, “com missão, objetivos e atribuições específicas; dotação orçamentária própria, e pessoas na prefeitura com a atribuição de exercerem as funções de fortalecer as relações internacionais do município” (CALDAS; LACZYNSKI; EVANGELISTA, 2003, p. 1).

Com a criação da Secretaria Municipal de Relações Internacionais (SMRI), na gestão de Marta Suplicy em 2001, mesmo com algumas dificuldades, no que diz respeito à restrição orçamentária e à falta de recursos, disponibilizou-se certa autonomia aos trabalhos e programas da cidade realizados internacionalmente, embora algumas passagens ainda não tiverem sido alcançadas. Exemplo de medida não concretizada é a criação de um cargo específico de analista de Relações Internacionais, pois mesmo contando com pessoal

⁸⁵ “Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: I - independência nacional; II - prevalência dos direitos humanos; III - autodeterminação dos povos; IV - não-intervenção; V - igualdade entre os Estados; VI - defesa da paz; VII - solução pacífica dos conflitos; VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X - concessão de asilo político. Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acessado em 31/10/2010.

⁸⁶ Câmara de São Paulo - Lei Orgânica do Município de São Paulo. Disponível em http://www.camara.sp.gov.br/central_de_arquivos/homepage/lom_05.pdf. Acessado em 31/10/2010.

capacitado e qualificado profissionalmente, previa-se certa descontinuidade e interrupção de algumas políticas ao haver a troca de governos da Prefeitura (JAKOBSEN, 2006, p. 39). “A maioria das relações internacionais que uma cidade como São Paulo possui são institucionais e deveriam prosseguir independentemente dos posicionamentos políticos do governante do momento” (in loc. cit), mas isso ainda não foi atingido e até mesmo a alternância de autoridades do mesmo partido provoca fortes mudanças nos programas da Secretaria.

A tabela abaixo expõe a relação de governantes da cidade de São Paulo, no período que compreende de 1989 à 2010, apresentando época e gestão, bem como o partido de cada governante, para assim, ser possível apresentar as atividades internacionais realizadas em cada governo.

QUADRO 2: RELAÇÃO DE GOVERNANTES DA CIDADE DE SÃO PAULO DESDE 1989.

PERÍODO	GESTÃO	PARTIDO
1989 – 1992	Luiza Erundina de Souza	PT
1993 – 1996	Paulo Salim Maluf	PPB
1997 – 2000	Celso Pitta	PPB
2000 – 2000 (26/05 - 13/06) ⁸⁷	Régis de Oliveira	PPB
2000 – 2000 (14/06 - 31/12)	Celso Pitta	PPB
2001 – 2004	Marta Suplicy	PT
2005 – 2006 (31/03)⁸⁸	José Serra	PSDB
2006 (31/03) – 2008	Gilberto Kassab	DEM
2009 – Presente	Gilberto Kassab	DEM

Fonte: Portal da Prefeitura de São Paulo.⁸⁹

⁸⁷ Na ocasião, devido a algumas denúncias, o então prefeito Celso Pitta teve seu mandato cassado pela Justiça e foi afastado de seu cargo por 19 dias (de 26 de maio a 13 de junho de 2000). Neste período, assumiu o seu vice, Régis de Oliveira, no entanto, por meio de um recurso, Pitta conseguiu recuperar seu mandato. Disponível em <http://www.abril.com.br/noticias/brasil/conheca-trajetoria-conturbada-celso-pitta-513862.shtml>. Acessado em 01/11/2010.

⁸⁸ Gilberto Kassab, então Vice-Prefeito, tomou posse como Prefeito quando José Serra deixou o cargo para disputar as eleições para governo do Estado.

⁸⁹ Portal da Prefeitura de São Paulo – Lista dos Prefeitos de São Paulo. Disponível em http://ww1.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/organogramas/index.php?p=574. Acessado em 01/11/2010.

LUIZA ERUNDINA E A PARADIPLOMACIA

O marco inicial das atividades institucionais da cidade de São Paulo no âmbito internacional foi a criação do primeiro órgão de coordenação das atividades internacionais da cidade. A Assessoria de Relações Internacionais (ARI) foi, assim, instituída na Gestão de Luiza Erundina, entre 1989 e 1992. Nesta gestão, Ladislau Dowbor foi nomeado o Assessor de Relações Internacionais e também o Secretário de Negócios Extraordinários da Prefeitura de São Paulo. Na ocasião, a ARI foi o órgão que passou a coordenar atividades com a finalidade de “obter informações e conhecimento a respeito das possibilidades que se abrem aos municípios através da atuação internacional” (VIGEVANI; PRADO 2010, p. 43). Com isso a Assessoria inseriu a cidade internacionalmente por meio de uma abertura de contatos que poderiam financiar a cidade, realizando projetos de cooperação tecnológica e trocas de experiências, bem como a efetivação de eventos internacionais (in loc. cit).

Importante destacar que em 1987 logrou-se a Assinatura de Cooperação Descentralizada entre São Paulo e Toronto, Canadá, realizado na esfera da Federação Canadense de Municípios com o apoio da Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional; o projeto foi focado em temas como o planejamento urbano, sistemas de informação, saúde pública, parques, relações comerciais, reformar administrativas e acesso à financiamento internacional para projetos em infra-estrutura (SILVA; PAZ, 2008, p. 36).

Observou-se principalmente na gestão de Luiza Erundina que a questão ambiental possuiu grande importância encontrando-se em muitas de suas políticas públicas, devido a justamente o contexto internacional, com a realização da Conferência Eco-92 que trazia o desenvolvimento sustentável como tema em pauta (RAICHELIS; EVANGELISTA, 2009, p. 189).

PAULO MALUF E CELSO PITTA E A PARADIPLOMACIA

No período seguinte de 1993 a 1996, Paulo Maluf foi eleito Prefeito, mas não deu continuidade à Assessoria, deixando a Prefeitura sem um órgão que tratasse das questões internacionais. Nesta época, as relações internacionais de São Paulo foram marcadas com a formulação de alguns projetos pontuais por meio do papel de atores políticos e administrativos financiados pelo BIRD e pelo BID (VIGEVANI; PRADO, 2010, p. 44 e 45).

Celso Pitta foi Secretário de Finanças na Gestão de Maluf, ao final de sua gestão, Maluf apoiou a candidatura de Pitta para Prefeito de São Paulo. Observou-se, assim, que na gestão de Paulo Maluf e, logo em seguida, de Celso Pitta foi proposta uma política de inserção internacional buscando demonstrar a característica empreendedora da cidade de São Paulo, tentando promover a cidade e buscar investimentos estrangeiros, mas mesmo assim, a inserção internacional da cidade não foi uma estratégia de governo (in loc. cit). Percebeu-se, desta maneira, principalmente a busca por empréstimos e financiamentos internacionais para realizar as políticas públicas da cidade (RAICHELIS; EVANGELISTA, 2009, p. 189).

MARTA SUPLYCY E A PARADIPLOMACIA

Notadamente, foi durante o governo de Marta Suplicy que a cidade de São Paulo teve uma maior participação no cenário e nas relações internacionais, pois em 2001, foi instituída a Secretaria Municipal de Relações Internacionais, SMRI, abrindo ainda mais as portas da cidade de São Paulo para o campo das atividades externas da cidade (RODRIGUES, 2004, p. 457). A Secretaria foi instituída com a Lei Nº 13.165, de 05 de julho de 2001 (Projeto de Lei Nº 283/01) que dispõe:

Art. 1º - Fica criada a Secretaria Municipal de Relações Internacionais – SMRI, com o objetivo de coordenar convênios e projetos de cooperação internacional que envolvam a Cidade de São Paulo, inserindo-a de forma ativa no cenário mundial, em razão de sua dimensão econômica, social e cultural.

Art. 2º - A Secretaria Municipal de Relações Internacionais tem como principais atribuições:

I - assessorar a Prefeita em contatos internacionais com Governos e entidades públicas ou privadas;

II - estabelecer e manter relações e parcerias com organismos internacionais multilaterais, cidades-irmãs do Município de São Paulo, entidades voltadas à organização de cidades, organizações não governamentais internacionais, representantes diplomáticos de Governos, representantes de trabalhadores e de empresários internacionais, empresas internacionais estabelecidas ou não neste Município, e outras entidades afins;

III - fornecer suporte técnico aos órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de São Paulo em contatos internacionais, bem como no desenvolvimento e elaboração de convênios e projetos de cooperação internacional.

Por meio da secretaria notou-se um avanço institucional, bem como uma melhor formulação das políticas em coordenação com a atuação internacional (VIGEVANI; PRADO, 2010, p. 45). Segundo Marta Suplicy a SMRI foi instituída visando “coordenar as ações

internacionais do município e sintonizá-las com os principais eixos do governo: inclusão social, equidade e melhoria da qualidade de vida de sua população” (SUPLICY, 2002, p. 66).

José Eduardo Levi Mattoso foi nomeado, na gestão de Marta, como o primeiro Secretário de Relações Internacionais, que passou o cargo, em janeiro de 2003, para Kjeld Jakobsen, quando aquele foi convidado à presidência da Caixa Econômica Federal. Jakobsen (2006, p. 41) afirma que a cidade teve forte impulso em suas atividades internacionais, efetivando políticas públicas locais, de reconstrução e de inclusão social, com o auxílio das atividades realizadas internacionalmente.

Dessa maneira, foi possível articular desde a intervenção política nos fóruns internacionais que discutem alternativas à globalização, quanto o posicionamento frente às instituições internacionais, bem como manter um discurso coerente nas negociações sobre cooperação descentralizada. Os projetos de cooperação mais relevantes que conseguimos eram todos relacionados com a política de inclusão social (in loc. cit).

Segundo o Balanço de Gestão 2001-2004 da SMRI, algumas atividades de inserção internacional durante a gestão de Marta Suplicy interessantes de se destacarem foram,: i) UNAIDS, Programa Conjunto das Nações Unidas para HIV/AIDS – devido aos diversos empenhos da então prefeita acerca das questões sexuais, Marta Suplicy foi convidada, em 2004, para fazer parte do Comitê gestor que formulou políticas para diminuir a epidemia principalmente entre mulheres e jovens. No evento, Marta expôs as propagandas da Coordenadoria Especial da Mulher e as iniciativas realizadas em São Paulo para a redução dos índices de contaminação; ii) Helsinki Process – Em 2004, Marta Suplicy foi a única autoridade local a ser convidada a fazer parte do processo Helsinki, o qual visava elaborar uma proposta de melhorias à governança global, baseada nas metas e compromissos estabelecidos nas conferências realizadas; iii) Fórum Mundial de Educação – São Paulo sediou este fórum, em 2004, que visa construir uma plataforma mundial apoiando o direito à educação e favorecendo a justiça social. O Fórum contou com a presença de educadores, estudantes, entidades, movimentos sociais, ONGs, governantes de diversos países e abordou o tema “Cidades Educadoras – Educação Cidadã”, expondo questões como o papel dos gestores públicos, esportes, meio ambiente, cultura, mídia, desenvolvimento humano, desigualdade social e educação para a liberdade.

A Ex-prefeita Marta Suplicy também recebeu diversos chefes de Estado e outras altas personalidades internacionais, algumas delas foram: Leonel Jospin então primeiro-ministro da

França; Tony Blair, então primeiro-ministro da Inglaterra; Bertie Ahern, então primeiro-ministro da Irlanda; Rafik Hariri, então primeiro-ministro do Líbano; rainha Beatrix, da Holanda; rei Harald, da Noruega; Tarja Halonen, presidente da Finlândia; Kofi Annan, então secretário-geral da Organização das Nações Unidas e entre outros. Neste sentido e segundo o Balanço de Gestão de 2001-2004, estas visitas possuem ampla repercussão tanto na imprensa quanto na opinião pública e abrem as portas para o estabelecimento de cooperação financeira, técnica e política com estas autoridades.

JOSÉ SERRA E A PARADIPLOMACIA

Já na Gestão de José Serra, com Gilberto Kassab no cargo de Vice-Prefeito, a primeira questão a ser discutida foi a continuidade da SMRI; em um primeiro momento foi pensado encerrar as atividades da Secretaria e manter as relações internacionais da cidade na esfera de uma Agência de Desenvolvimento, não obstante, tal medida foi suspensa e deu-se continuidade a Secretaria (GAYARD apud VIGEVANI; PRADO, 2010, p. 46), nomeando Maria Helena Gasparian Secretária de Relações Internacionais.

Observa-se que durante a gestão Serra houve um redirecionamento da atuação internacional da cidade, focando em certas atividades e projetos por meio de captação de recursos. Neste sentido, a Secretaria passou a ter um perfil mais administrativo, representando a cidade de São Paulo no exterior, nos eventos e nas parcerias entre a cidade e parceiros internacionais. Por consequência, é correto afirmar “uma característica das administrações de José Serra e Gilberto Kassab é o entendimento de que São Paulo é uma cidade que apresenta grandes possibilidades de investimento internacional e fomento do comércio exterior” (VIGEVANI; PRADO, 2010, p. 46). Raichelis e Evangelista (2009, p. 189), por sua vez, acreditam que a atuação de José Serra foi marcada pela política comercial e de crescimento econômico, tentando posicionar a cidade no ambiente competitivo, atraindo fonte de negócios e investimentos privados.

Algumas atividades na curta gestão de Serra objetivando a inserção internacional da cidade foram segundo o Relatório de Atividades de 2005: i) Aula São Paulo – seminários realizados acerca de boas práticas e experiências urbanas no mundo, inspirado pela, “Aula Barcelona”, iniciativa da Espanha de inovar a urbanização da cidade por meio de parcerias. Em São Paulo o projeto foi realizado de 2005 a 2007 e contou com a presença de profissionais

de vários países que repassaram suas experiências. Além disso, também foram realizados treinamentos dos técnicos da cidade que enfrentam os mesmos desafios em suas rotinas e workshops com profissionais da prefeitura^{90 91}; ii) Laboratório de línguas e Bibliotecas especializadas – a SMRI, em parceria com a Secretaria de Cultura, convidaram os consulados e embaixadas, sediados na cidade, à doarem material para o ensino de idiomas às Bibliotecas Especializadas e também a implantarem cinco Laboratórios de Línguas⁹²; iii) Urban Age – European Mayors 2005 – São Paulo foi a primeira cidade da América Latina a participar do encontro internacionais de prefeitos para debaterem sobre temas como o de Saúde e a trocaram suas experiências. Na ocasião, São Paulo apresentou o Programa Saúde da Família, indicando os centros de saúde da cidade e mostrando como o programa é efetivado no complexo habitacional Cidade Tiradentes⁹³.

No que diz respeito aos receptivos, São Paulo recebeu diversas missões e autoridades, destacando-se entre elas as missões da China, Japão, Itália, Rússia, África do Sul, Suécia, Coréia do Sul.

GILBERTO KASSAB E A PARADIPLOMACIA

Como já mencionado, Gilberto Kassab tomou posse do cargo de Prefeito em 2007, quando José Serra deixou o cargo. Logo em seguida, a então Secretária de Relações Internacionais Maria Helena Gasparian deixou o cargo, em 2007, à convite de José Serra para agregar sua equipe no Governo Estadual. Para tanto, Kassab nomeou Alfredo Cotait Neto como o Secretário de Relações Internacionais.

É notório que José Serra e Gilberto Kassab efetivaram uma atividade internacional similar, procurando mostrar que São Paulo é uma cidade que se apresenta como grande alvo de investimento internacional e comércio exterior. Segundo o Relatório de Gestão de 2007 e

⁹⁰ Portal da Prefeitura de São Paulo - Notícia: “Aula São Paulo” debate a revitalização do centro de São Paulo. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=11243. Acessado em 09/10/2010.

⁹¹ Portal Aula São Paulo. Disponível em <http://www.aulasaopaulo.sp.gov.br/agenda06.htm>. Acessado em 09/10/2010.

⁹² Portal da Cidade de São Paulo – Notícia: Biblioteca Alceu Amoroso Lima ganha laboratório de línguas. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=12617. Acessado em 09/11/2010.

⁹³ O Programa Saúde da Família além de oferecer atendimento médico, visa conscientizar a população sobre a importância da prevenção a doenças, planejamento familiar, exames de pré-natal, aleitamento materno, nutrição, violência doméstica, drogas e reabilitação – Portal da Cidade de São Paulo. Notícia: Cidade de São Paulo participa de encontro internacional de prefeitos. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=5992. Acessado em 09/11/2010.

2008, a Cidade de São Paulo, com o auxílio da Secretaria Municipal de Relações Internacionais, procura promover o desenvolvimento da cidade por meio da efetivação de cooperação internacional e a promoção da imagem da cidade fortalecendo sua inserção internacional. Para tanto, no que diz respeito a questão da inserção internacional, a cidade buscou assegurar a presença de São Paulo em feiras internacionais e missões para promover a imagem da cidade, bem como divulgar oportunidades de investimentos.

As atividades em destaque, realizadas em 2007, com foco no processo de inserção internacional da cidade, segundo o Relatório de Atividade de 2007-2008, foram as seguintes: i) Seminário “São Paulo: Centro Internacional de Resseguros” - apresentaram-se as vantagens competitivas da cidade na área de resseguros com a finalidade de atrair e manter as empresas estrangeiras de resseguros; ii) a SMRI lançou, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, o projeto “Mundo no CEU”, o qual promoveu encontros culturais entre os cônsules de diversos países e jovens que estudam nas redes públicas da cidade, conhecidas como Centros Educacionais Unificados (CEUs), ampliando as atividades, os conhecimentos e a percepção de mundo das crianças; iii) Semana de Design em São Paulo - idealizado em 2007 e realizado em 2008, com o objetivo de apoiar o design e a inovação, duas frentes importantes do crescimento econômico regional, influenciando o desenvolvimento das economias criativas da cidade.

Já em 2008, as principais iniciativas da Cidade e da SMRI foram: i) Campus Party Brasil - maior evento de entretenimento eletrônico em rede do mundo organizado, desde 1997, pelo grupo espanhol E3 Futura. Em 2008, o evento foi pela primeira vez concretizado em território fora da Espanha, tendo sido escolhida a cidade de São Paulo para sediar o evento; ii) Casa de Beijing - na época das Olimpíadas em Pequim foi organizado, em parceria com a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação, um espaço para o acompanhamento dos jogos, bem como a realização de diversas atividades físicas, palestras, filmes e entre outros programas. Na ocasião, a SMRI coordenou toda a interlocução com a comunidade chinesa, bem como com o Consulado-Geral da China sediado em São Paulo; iii) Seminário *Franchising*, A Internacionalização do Setor e a participação na Franchising Expo - projeto criado devido à missão à China com a participação da Associação Brasileira de Franchising e a Associação Comercial de São Paulo, visando apresentar o *franchising* brasileiro e fortalecer a imagem e posição de São Paulo como potencial no setor de franquias e de internacionalização; iv) Seminário Internacional sobre Créditos de Carbono objetivando divulgar as iniciativas de São Paulo de leiloar seus créditos de carbono com a energia gerada

pelos dois aterros sanitários existentes na cidade. Neste evento, participaram 15 cidades da América Latina com o objetivo de trocarem experiências e estreitarem suas relações (RELATÓRIO DE GESTÃO 2007-2008).

No que diz respeito aos eventos internacionais, de acordo com o relatório de gestão 2007-2008, foi-se idealizado, em 2007, com o objetivo de expor as políticas públicas da cidade, a participação de São Paulo na feira Expo Xangai 2010, 3º maior evento do mundo, com o tema “*Better City, Better Life*” - Cidade Melhor, Vida Melhor, visando promover o intercâmbio de idéias inovadoras e o desenvolvimento econômico, cultural e tecnológico. O evento ocorreu de maio a outubro deste ano e São Paulo participou apresentando o projeto “Lei Cidade Limpa”, o qual restringiu as propagandas e outdoors, padronizando e reduzindo as placas de propagandas na cidade. O projeto “Lei Cidade Limpa” foi aprovado na Expo Xangai em 4º lugar no pavilhão que expunha as melhores práticas urbanas⁹⁴. Neste momento está sendo discutida a possibilidade da candidatura de São Paulo como sede da Expo 2020 que deve ser apresentado no início de 2011.

O Relatório de Gestão 2007-2008 destaca como a cidade de São Paulo procurou se inserir internacionalmente. A participação de São Paulo da Semana de São Paulo em Tóquio, Japão, devido ao marco das comemorações do centenário de imigração japonesa no Brasil, o qual promoveu atividades culturais e esportivas, bem como reuniões técnicas, visando estreitar as relações entre os dois países, promovendo futuras parcerias. Ademais, a cidade participou do circuito das feiras internacionais, objetivando o maior alcance de fluxos estrangeiros de investimentos na cidade. Neste sentido, a cidade de São Paulo participou na feira imobiliária Barcelona Meeting Point, na Espanha, onde a cidade apresentou os potenciais investidores e as operações urbanas da cidade. Além disso, foi-se elaborado um material informativo sobre as melhores maneiras de se investir na cidade e as principais áreas que possuem incentivos fiscais, exemplo da Nova Luz e a Zona Leste. Paralelamente a isso, foram realizadas diversas missões internacionais, bem como vários receptivos de autoridades internacionais.

3.1.1 A COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA NA CIDADE DE SÃO PAULO

⁹⁴ São Paulo na Expo – Expo Xangai 2010. Disponível em <http://www.saopaulonaexpo.com.br/>. Acessado em 05/11/2010.

Primeiramente, o que concerne à cooperação internacional, importante destacar uma das maneiras de promover a cooperação, que são os convênios com Cidades-irmãs, onde cidades que possuem interesses ou características em comum promovem a troca de experiências e conhecimentos de políticas públicas entre si, bem como efetivam acordos, programas de intercâmbio e projetos de desenvolvimento econômico. Neste sentido, a cidade de São Paulo vem concretizando diversos convênios desde 1962, quando foi efetivado o primeiro convênio de Cidade-Irmã entre São Paulo e Milão, Itália. De acordo com a Lei Nº 14.471 de 10 de julho de 2007, foi consolidada e reconhecida a lista a seguir de suas Cidades-irmãs:

Quadro 3: Cidades-irmãs de São Paulo

PAÍS	CIDADE
Alemanha	Hamburgo
Angola	Luanda
Argentina	Buenos Aires Mendoza
Armênia	Yerevan
Bolívia	La Paz
Canadá	Toronto
Chile	Santiago
China	Macau Ningbo Pequim
Coréia do Sul	Seul
Cuba	Havana
Espanha	Santiago de Compostela Córdoba
EUA	Chicago Miami Dade ⁹⁵
Israel	Tel Aviv
Itália	Milão
Japão	Naha Osaka

⁹⁵ Portal de Miami Dade. Disponível em http://www.miamidade.gov/itc/sao_paulo.asp. Acessado em 10/11/2010

Jordânia	Amman
Paraguai	Assunção
Peru	Lima
Portugal	Coimbra Funchal Góis Leiria Lisboa
Romênia	Bucareste Cluj-Napoca
Síria	Damasco
Uruguai	Montevidéu

Fonte: Portal da Prefeitura de São Paulo ⁹⁶

Neste sentido, a Cidade de São Paulo possui convênios de Cidades-Irmãs em quatro continentes, com as quais desenvolve projetos em diversas áreas, sendo o mais atual o convênio com a Cidade de Póvoa de Varzim, Portugal, adicionada à lista de cidades-irmãs de São Paulo recentemente, conforme Lei Nº 15. 132 de 15 de março de 2010⁹⁷.

MARTA SUPLYCY E A COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA

A Secretaria Municipal de Relações Internacionais foi criada na gestão de Marta visando principalmente projetar a cidade de São Paulo no cenário internacional, fortalecendo o papel dos governos locais e efetivando intercâmbios de boas-práticas, o que favoreceu importantes resultados acerca da cooperação descentralizada. Os principais projetos realizados no campo da cooperação descentralizada serão retratados a seguir baseando no Balanço de Gestão da Secretaria Municipal de Relações Internacionais de 2001 – 2004, da cidade de São Paulo.

⁹⁶ Portal da Prefeitura de São Paulo - Lei Nº 14.471, de 10 de julho de 2007. Disponível em http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=11072007L%20144710000. Acessado em 10/11/2010.

⁹⁷ Portal da Prefeitura de São Paulo - Lei Nº 15.132, de 15 de março de 2010. Disponível em http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=16032010L%20151320000. Acessado em 10/11/2010.

O Programa URB-AL, já mencionado neste trabalho, é um programa que promove a cooperação descentralizada entre a União Européia e a América Latina. Em 2002, a Rede 10 – Luta Contra a Pobreza Urbana foi coordenada justamente pela Secretaria Municipal de Relações Internacionais de São Paulo, onde reuniu líderes de municípios e organizações não governamentais da América Latina e da União Européia, trazendo a noção das problemáticas e alcançando parcerias no nível internacional para tempo promover políticas públicas locais. Os projetos da Rede 10 duraram de 2002 a 2005 e beneficiaram a elaboração de novas práticas e implantação de políticas públicas que combatam à pobreza⁹⁸.

Segundo Jakobsen (2006, p. 42), no que diz respeito às relações bilaterais da cidade, São Paulo formou parcerias com diversos governos nos níveis municipal e regional, além de realizar parcerias com organizações internacionais como o Banco Mundial e o BID ou também organismos da União Européia.

O Governo Municipal de São Paulo foi um advogado importante da tese da revisão dos critérios das instituições financeira internacionais para conceder créditos aos municípios, de modo que não estivessem subordinados aos endividamentos dos países e sim à sua própria capacidade de honrar com os compromissos financeiros, e que eventuais empréstimos concedidos às cidades não fossem somados às dívidas nacionais (in loc. cit)

O Relatório de Gestão de 2001-2004 apresentou as parcerias com organismos internacionais; deve ser destacado o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT) que promove o desenvolvimento social e sustentável das cidades e apoia a campanha dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Por este motivo, o HABITAT enviou à São Paulo técnicos especializados em resíduos sólidos da cidade Fukuoka, no Japão. Tal medida iniciou o processo de cooperação e a assinatura, em 2003, da Carta de Intenções entre a Prefeitura de São Paulo e o Escritório para América Latina e o Caribe do UN-HABITAT, promovendo o desenvolvimento urbano e habitacional da cidade, por meio da implantação do Plano Diretor de Resíduos Sólidos, o apoio à consolidação dos Programas Habitacionais e também, a realização do Seminário “Observatório de Instrumentos de Gestão e Políticas Urbanas”.

Devido aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, introduzidos em 2000, foi-se implantado em São Paulo, em 2004, o “Observatório Urbano”, então coordenado pela

⁹⁸ Porta da Prefeitura de São Paulo – URB-AL Rede 10. Disponível em <http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/urbal/pt/rede10/rede10.html>. Acessado em 10/11/2010.

Secretaria, o qual compilava os indicadores relativos aos ODM no âmbito municipal para que fosse possível mensurar a conjuntura de cada meta na cidade, definindo melhorias e políticas públicas para atingir as metas no prazo previsto (JAKOBSEN, 2006, p.41). Na ocasião, o Observatório foi inserido com o apoio e reconhecimento do HABITAT e contou com o trabalho e a participação de nove secretarias municipais: Habitação, Saúde, Educação, Meio Ambiente, Assistência Social, Governo, Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade e Planejamento Urbano, além das Subprefeituras da cidade⁹⁹. O observatório ainda existe e fornece diversos indicadores que mensuram os níveis sociais, ambientais, econômicos, políticos e culturais da cidade¹⁰⁰.

O PNUD apoiou, em 2004, a fundação do Programa de Desenvolvimento Econômico da Zona Leste, que se baseou em três linhas, a saber: Integração Físico-Territorial, prolongando avenidas e a conectando o Aeroporto de Guarulhos e o Porto de Santos; Educação e Conhecimento, formando recursos humanos e criando uma instituição de ensino superior pública na região e; Articulação Institucional, para promover a cooperação e a atração de investimentos, bem como a geração de empregos¹⁰¹.

Já acerca das redes cidades, a cidade de São Paulo teve participação relevante em muitas delas, a seguir quadro que expõe as redes e os importantes cargos que a cidade ocupou em algumas delas:

QUADRO 4: ATUAÇÃO DE SÃO PAULO NAS REDES DE CIDADES

REDE	POSIÇÃO DA CIDADE	PERÍODO
Federação Mundial de Cidades Unidas (FMCU)	Presidência	2001 – 2004
Frente Nacional de Prefeitos (FNP)	Coordenação de Relações Internacionais	2002 – 2004
Rede Mercocidades	Coordenação da Unidade Temática de Meio Ambiente e Conselho Diretivo	2002 – 2003 – 2004
Program URB-AL	Coordenação da Rede 10 – Combate a Pobreza Urbana	2002 - 2005
Rede de Autoridades Locais para a Sociedade de Informação - IT4ALL	Coordenação do Núcleo Latino-Americano	2003
Frente Nacional dos Prefeitos (FNP)	Coordenação de Relações Internacionais	2003 – 2004

⁹⁹ Portal da Prefeitura de São Paulo – Notícia: Observatório Urbano da Cidade de São Paulo é certificado pela ONU Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=1098. Acessado em 02/11/2010.

¹⁰⁰ Observatório Cidadão Nossa São Paulo. Disponível em <http://www.nossasaopaulo.org.br/observatorio/index.php?secao=apresenta>. Acessado em 02/11/2010.

¹⁰¹ PNUD-Brasil – Projetos. Disponível em <http://www.pnud.org.br/projetos/governanca/visualiza.php?id07=221>. Acessado em 10/11/2010.

Federação Latino-Americana de Cidades, Municípios e Associações (FLACMA)	Comitê Executivo	2004
Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU)	Presidência	2004

Fonte: Relatório de Gestão 2001- 2004.

Cabe reiterar que durante a gestão de Marta, em 2004, ocorreu a fusão entre a Federação Mundial de Cidades Unidas (FMCU) e a União Internacional de Autoridades Locais (IULA), surgindo a rede Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU). A então prefeita, Marta Suplicy, juntamente com os prefeitos de Paris e Pretória foram eleitos para presidir o primeiro mandato da nova organização (JAKOBSEN, 2006, p. 44). Além disso, a Cidade de São Paulo sediou a Feira e Congresso Internacional de Cidades- Urbis, com três edições ao longo da gestão de Marta. A Feira trouxe em pauta o debate de temas importantes como o fortalecimento da administração pública das cidades e reuniu autoridades locais do mundo todo, bem como organizações internacionais, ONGs e empresas¹⁰². A Conferência da UNCTAD, XI UNCTAD¹⁰³ também foi sediada em São Paulo, em 2004, assim como o Fórum Mundial de Educação.

As tabelas seguintes também foram retiradas do Balanço de Gestão 2001 – 2004 e expõem os projetos de cooperação financeira e técnica realizados na gestão de Marta Suplicy. Cabe reiterar que a Secretaria Municipal de Relações Internacionais trabalha como uma interlocutora entre os parceiros internacionais para a efetivação dos projetos nacionais, ou seja, de acordo com a área do projeto direciona-o ao órgão específico da prefeitura responsável pelo tema, os órgãos, por sua vez, contam sempre com o apoio e/ou a coordenação da SMRI.

QUADRO 5: COOPERAÇÃO FINANCEIRA – CAPTAÇÃO DE RECURSOS A FUNDO PERDIDO¹⁰⁴

ENTIDADE	ATIVIDADE	MONTANTE
Banco Mundial / DFID (Agência de Cooperação do Reino Unido)	Programa de combate à corrupção na administração municipal – 2001-2002	US\$ 200.000,00 (1ª parte)
Fundação ILDES (Alemanha)	Contribuição para realização do Encontro Internacional de Mulheres, Trabalho e	R\$ 30.000,00

¹⁰² Portal da Prefeitura de São Paulo – Urbis, Um evento para as Administrações Públicas. Disponível em <http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/urbis/2004/oquee/index.asp>. Acessado em 13/11/2010.

¹⁰³ UNCTAD. Eleventh session of the Conference. Disponível em <http://www.unctad.org/Templates/Meeting.asp?intItemID=4301&lang=1>. Acessado em 13/11/2010.

¹⁰⁴ Fundo não-reembolsável.

	Políticas Locais realizado no Parlatino, em abril de 2002 – Coordenadoria Especial da Mulher.	
Governo Francês (Ministério da Economia, Fazenda e Indústria)	Assistência técnica e financiamento para a elaboração do Plano Diretor de Resíduos Sólidos – janeiro a outubro de 2002 – SSO	€ 443.400,00
Governo Francês (Ed. Hachette)	Doação de 500 kits de livros didáticos para ensino do francês em escolas da rede pública municipal – SME	R\$ 35.000,00
Governo Japonês	Financiamento da reforma e ampliação da Casa Eliane de Grammont, que presta apoio a mulheres vítimas de violência - Coordenadoria Especial da Mulher.	US\$ 40.000,00
Governo Japonês	Financiamento para instalação Centro de Atenção à saúde sexual e reprodutiva –2003 – Coordenadoria Especial da Mulher.	US\$ 54.402,00
Comissão Européia Rede URB-AL	Financiamento para projeto complementar da Rede 5, sobre mulheres e geração de emprego e renda – Coordenadoria Especial da Mulher	€ 250.000,00
Comissão Européia Rede URB-AL	Financiamento para coordenação da Rede 10 – Luta Contra a Pobreza Urbana, envolvendo mais de 100 cidades da América Latina e União Européia (2002 –2005) – SMRI, SDTS, SAS, SEHAB.	€ 500.000,00
Comissão Européia Programa @lis Parceria com Barcelona	Projeto Cibernarium – Entornos pedagógicos para divulgação e capacitação digital – Coordenadoria do Governo Eletrônico.	€ 105.024,73
Banco Mundial/ Cities Alliance	Financiamento para o Programa “Bairro Legal – Fase I”, 2002 – SEHAB	US\$ 300.000,00
UNCTAD	Financiamento do Seminário de planejamento estratégico para o “São Paulo Confia”, (programa de microcrédito da PMSP), 2002 – SDTS.	US\$ 35.000,00
OMS	Recursos para integração de projetos de SP na pesquisa “Cidade e Saúde”, por meio do escritório regional da OMS em Kobe, Japão (WHO KOBE CENTER)	US\$ 20.000,00
Fundo Internacional de Solidariedade das Cidades contra a Pobreza -Prefeitura de Genebra (Suíça) e Prefeitura de Lyon (França)	Restaurante-Escola implementado na Câmara Municipal.	US\$ 32.000,00
Prefeitura de Genebra – Suíça	Jardim Botânico de espécies da Mata Atlântica – Subprefeitura Parelheiros.	US\$ 10.995,00
	Doação para aquisição de brinquedos / “playground” para Creche Municipal Genebra.	US\$ 17.000,00
	Construção de quadra poli-esportiva em terreno da PMSP/Cohab – Creche Municipal Genebra.	€ 40.000,00
Fundo Fiduciário França – BID	Projeto de Revitalização do Centro implementado pela EMURB.	US\$ 150.000,00
Prefeitura de Milão	Reforma da Praça de Milão. Inaugurada em	€ 80.000,00

	junho de 2004	
Fundo Fiduciário Japão – BID	Programa de apoio à implementação do projeto piloto de locação social – COHAB/Procentro.	US\$ 465.000,00
EUA – governo federal Agência para Comércio e Desenvolvimento	Planejamento de galerias técnicas subterrâneas – Sec. Infra-estrutura Urbana.	US\$145.000,00
Subtotal dos recursos captados em euros		€ 1.418.424,73
Subtotal dos recursos captados em dólares		US\$ 1.469.397,00
Subtotal dos recursos captados reais		R\$ 65.000,00

Fonte: Relatório de Gestão 2001-2004

QUADRO 6: COOPERAÇÃO TÉCNICA

ENTIDADE	ATIVIDADE	ÓRGÃOS DA PMSP ENVOLVIDOS
Instituto Italiano de Cultura	CEU Campo Limpo – Ensino bilíngue, capacitação de professores da Rede Municipal, apresentação de filmes e intercâmbio com escolas da Itália.	Secretarias de Educação e Cultura
Instituto Italiano de Cultura	Concurso de Redação 450 anos Itália - São Paulo (Passagens e estadia para 10 crianças e dois professores).	Secretaria de Educação
Consulado da França/ Aliança Francesa	CEU Meninos. Ensino bilíngue, capacitação de professores da Rede Municipal, filmes, apresentações e viagem de três alunos e uma professora à França.	Secretaria de Educação
Governo da Região de Île-de-France	5 bolsas de estudo de mestrado e doutorado para estudantes brasileiros realizarem seus estudos na França durante 12 meses. Seleção realizada pela Capes.	Secretaria de Relações Internacionais
UCCI – União das Cidades e Capitais Iberoamericanas – Espanha	Participação de 18 servidores municipais no Programa Iberoamericano de Formação Municipal.	Diversas Secretarias Municipais e Subprefeituras.

Fonte: Relatório de Gestão 2001-2004

JOSÉ SERRA E A COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA

Apesar de Serra, ao ocupar o cargo de prefeito em 2005, ter pensado e um primeiro momento extinguir a Secretaria Municipal de Relações Internacionais, não foi o feito, dando continuidade a atuação da SMRI como meio de promoção da cidade de São Paulo e como interlocutora dos projetos de cooperação, ou até mesmo realizando projetos sem a necessidade de apoio de outros órgãos da prefeitura.

Segundo o Relatório de Gestão de 2005, a SMRI procurou atuar visando justamente à projeção da cidade de São Paulo no cenário internacional, além de fortalecer o papel das cidades na construção e manutenção de espaços de reflexão, bem como realizar trocas de experiências de práticas bem sucedidas de gestões locais. Neste sentido, a SMRI realizou alguns projetos de cooperação ao longo de 2005 válidos a serem destacados retirados do Relatório de Gestão de 2005.

Em outubro foi estabelecido entre a SMRI, o Comitê Municipal de Desenvolvimento e o órgão do Banco Mundial - International Financial Corporation (IFC), um acordo de Cooperação Técnica que instituiu o Programa Municipal de Desburocratização com a finalidade de implantar certos mecanismos que facilitam os trâmites burocráticos ao abrir uma empresa, bem como ao registrar investimentos privados¹⁰⁵. De acordo com o relatório, devido ao forte papel econômico que a cidade possui no país, tal medida torna-se necessária para aperfeiçoar os negócios na cidade, com melhores condições de investimentos e crescimento, para formação de empregos.

Ainda na gestão de Marta Suplicy, foi aprovado pelo BID, em 2003, e pelo Senado Federal em 2004, o Programa de Reabilitação da área central de São Paulo – Procentro, projeto idealizado por intermédio da SMRI, da Secretaria de Assistência Social e da Secretaria de Planejamento juntamente com o BID. Já na gestão de Serra o projeto, após passar por uma fase de análise e readequação devido aos novos programas de governo das Secretarias Municipais, entrou em execução e visou principalmente promover o desenvolvimento social e econômico da região, por meio da criação de condições.

Em 2004, também na gestão de Marta foi assinado um acordo de cooperação entre a Prefeitura de São Paulo e Île-de-France, região que compreende oito departamentos e 1.281 cidades, sendo Paris sua capital¹⁰⁶. Por meio desse acordo, ambos os governos se comprometeram a efetivar projetos de cooperação nas áreas de capacitação profissional, meio ambiente, cultura, fomento produtivo, inclusão digital e apoio institucional, além de conceder bolsas de estudos anualmente para cursos de pós-graduação e mestrado aos interessados na área de cooperação.

¹⁰⁵ Portal da Prefeitura de São Paulo – Notícia: Prefeitura e BIRD assinam convênio para desburocratizar abertura de empresas. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=5298. Acessado em 11/11/2010.

¹⁰⁶ Portal de Île-de-France. Disponível em <http://www.iledefrance.fr/english/decouvrir-ile-de-france/practical-info/ile-de-france-today/>. Acessado em 12/11/2010.

Já na gestão Serra, em 2005, a Diretora de Cooperação Internacional de Île-de-France veio à São Paulo para dar início às discussões sobre importantes áreas de cooperação, além de falar sobre a cooperação cultural relativa ao Ano da França no Brasil que ocorreria em 2008. Logo em seguida o presidente da região de Île-de-France, Jean-Paul Huchon, veio à São Paulo para dar continuidade às discussões com o então prefeito José Serra. Na reunião, foram expostas as possíveis áreas à receberem o investimento francês, sendo apresentados cinco projetos de interesse da cidade, a saber: i) construção de um Centro Cultural e de Capacitação na Subprefeitura de Cidade Tiradentes, fornecendo equipamentos de lazer para a região; ii) avaliação e reestruturação do Ensino Médio Profissionalizante nas escolas do município, visando prover melhores condições de emprego aos alunos; iii) implantação de um banco de dados para investidores que interessados em atuar na cidade; iv) mapeamento das atividades e centros ligados às áreas de saúde e biotecnologia, visando atrair novas empresas do ramo e; v) financiamento de micro-crédito para população de baixa renda¹⁰⁷.

Em 2006, a SMRI e a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) implantaram o projeto Inclusão Social Urbana com o apoio e financiamento de 15 milhões de euros fornecidos pela Comissão Européia. O projeto foi idealizado em 2003, na gestão de Marta, visando possibilitar a inclusão social, econômica e cultural da população que se encontra no centro da cidade. No entanto, devido à troca de governos e à nova gestão, com o então prefeito José Serra, os objetivos do projeto também foram analisados e redefinidos, alegando o melhor aproveitamento dos recursos que seriam direcionados para o desenvolvimento da qualidade de vida, gerando renda e inclusão social para moradores de rua, bem como famílias com baixa renda e moradores dos bairros centrais, proporcionado também a inclusão social de mulheres, idosos e jovens em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social¹⁰⁸.

Outro acordo de cooperação realizado, por meio da SMRI e da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), juntamente com o Conselho Comunal de Milão, foi a disponibilização de quatro bolsas de estudos culinários em Milão para os alunos que participavam do Projeto Restaurante – Escola. O Restaurante-Escola é um projeto realizado com a parceria da Fundação Jovem Profissional, da Câmara Municipal de São Paulo

¹⁰⁷ Portal da Prefeitura de São Paulo – Notícia: Prefeito discute projetos para investimentos franceses em São Paulo. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=5824. Acessado em 12/11/2010.

¹⁰⁸ Portal da Prefeitura de São Paulo – Notícia: Prefeitura e União Européia assinam convênio inédito de inclusão social. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=7558. Acessado em 12/11/2010.

e das prefeituras de Lyon (França) e de Genebra (Suíça), oferecendo o serviço, desde 2004, para formar alunos em Gastronomia e serviços em restaurante¹⁰⁹.

O projeto Gleba de São Francisco foi deixado em processo de negociação ao final da Gestão de Marta e continuado na gestão de Serra. Na ocasião a SMADS em parceria com a SMRI coordenaram o projeto que objetivava a construção do Centro Comunitário Gleba de São Francisco, na Zona Leste que contou com a participação de Milão, a qual repassou cerca de 30 mil euros para a obra adicionados ao montante de 40 mil euros, arcado pela prefeitura de São Paulo.

No que diz respeito ao Projeto de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de São Paulo, a Prefeitura, por meio da SMRI, efetivou um acordo de cooperação com a cidade de Osaka, Japão. Na época, uma comitiva de São Paulo foi ao Japão para avaliar a infra-estrutura do processamento final de resíduos sólidos e se reuniram com representantes da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA).

A Faculdade de Saúde Pública da USP realizou uma pesquisa para avaliar os programas de Prefeitura de São Paulo na área da saúde. A investigação foi concretizada por intermédio da SMRI e da Secretaria de Saúde em parceria com o Centro de Kobe, Japão, da Organização Mundial da Saúde (OMS) e foram materializados três programas: i) Plantão Jovem, acolhendo e cuidando jovens e adolescentes nos Centros de Testagem e Aconselhamento para doenças sexualmente transmissíveis; ii) Avaliação da distribuição de *kits* de redução de danos em unidades de tratamento para dependentes de álcool e drogas e; iii) Avaliação do pós-uso e nível de satisfação dos moradores em áreas reurbanizadas pelo Projeto Guarapiranga, este que visava reparar os danos à represa devido às construções de favelas e loteamentos irregulares na região e promover a inclusão social na região¹¹⁰.

No que diz respeito às redes de cidade, na gestão Serra, São Paulo foi eleita, em 2005, à presidência do grupo de trabalho sobre Financiamento Local da Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU). Já acerca da Rede 10 do programa URB-AL, de acordo com o relatório de gestão, São Paulo contabilizou no final de 2005 que ao longo dos três anos de atividades a cidade acrescentou: 378 sócios de 28 países, sendo 269 governos locais e 109 sócios externos, entidades e ONGs, das 57 propostas enviadas à Comissão Européia, 18 foram aprovadas, o

¹⁰⁹ Portal da Prefeitura de São Paulo – Notícia: Restaurante-Escola faz resgate das culturas gastronômicas da cidade. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=2456. Acessado em 12/11/2010.

¹¹⁰ Programas Cidades e Saúde da OMS. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902006000100002&script=sci_arttext. Acessado em 12/11/2010.

que gerou à São Paulo mais de 6,5 milhões de euros, sendo 4,5 milhões vindos da União Européia para programas contra a pobreza¹¹¹.

GILBERTO KASSAB E A COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA

Já na gestão seguinte, Gilberto Kassab, então Vice-Prefeito de José Serra ocupa o cargo de Prefeito ainda em 2006. Segundo o Relatório de gestão de 2007-2008, a SMRI procura assegurar que a cooperação internacional possa ser adotada como um mecanismo que efetive o desenvolvimento da cidade, ampliando e diversificando as relações da cidade, bem como mantendo as principais parcerias já concretizadas. Dado este fato, a cidade de São Paulo, por meio da SMRI, realizou alguns projetos de cooperação internacional que serão abordados seguindo os relatórios de gestão da Secretaria Municipal de Relações Internacionais de 2007-2008-2009.

No que diz respeito à cooperação bilateral, é importante destacar a intensa parceria realizada com a Região de Île-de-France, a qual forneceu fundos para a efetivação de alguns projetos, a fundo perdido, adicionados à contrapartida pela Prefeitura de São Paulo. O acordo foi firmado entre os dois governos, ainda na gestão de Marta em 2004, e em 2006, na gestão de Kassab, foi assinado o Termo de Convênio entre a Prefeitura de São Paulo e o Conselho Regional de Île-de-France (CRIF), estabelecendo a execução dos cinco projetos propostos pela prefeitura, estes que foram sugeridos ainda na gestão de Serra. A tabela a seguir demonstra os cinco projetos, os órgãos responsáveis, os objetivos dos projetos, bem como o orçamento disponibilizado para o projeto.

QUADRO 7: CONVÊNIO ENTRE A PREFEITURA DE SÃO PAULO E A REGIÃO DE ÎLE-DE-FRANCE – PROJETOS.

PROJETO	SECRETARIA RESPONSÁVEL	OBJETIVO	ORÇAMENTO
Centro Cultural e de Capacitação Cidade Tiradentes¹¹²	Secretaria Municipal da Cultura	Suprir as carências de equipamentos culturais e de espaços de convivência da região.	Orçamento Inicial total – € 680.000 (CRIF: € 300.000 e PMSP: € 380.000)
Mapeamento das Atividades das	Secretaria de Desenvolvimento	Mapear as atividades ligadas às áreas dos projetos, baseando em quatro dimensões:	€ 310.000 (CRIF: €150.000 e PMSP: €

¹¹¹ Portal da Prefeitura de São Paulo – URB-AL Rede 10. Disponível em <http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/urbal/pt/index.html>. Acessado em 12/11/2010.

¹¹² Projeto em construção.

Ciências da Vida, Saúde e Biotecnologia na cidade de São Paulo¹¹³	Econômico e Trabalho	prestação de serviço em saúde, formação, pesquisa e desenvolvimento e produção. O projeto avaliou o potencial das atividades descritas e a formulação de políticas públicas que explorem a condição singular da metrópole e promovam condições para o seu desenvolvimento social e econômico. O término do projeto se dará com a publicação das conclusões em um website para acesso à população em geral.	160.000)
Capacitação de Agentes para o Programa de Saúde Família¹¹⁴	Secretaria Municipal de Saúde	Contribuir na melhora da qualidade da assistência à saúde por meio da capacitação de agentes comunitários de saúde, auxiliares de enfermagem e assistentes sociais na região da Cidade de Tiradentes. A região escolhido deu-se por nela se encontrar o maior complexo de conjunto habitacionais da América Latina. O projeto compreende em três módulos: I) Prevenção da Violência e Promoção da Cultura da Paz e Saúde Bucal- ações de promoção e prevenção; II) Saúde Mental e a Atenção à Saúde da Família e; III) Saúde da Mulher – Ações de Promoção e Prevenção nos Ciclos de Vida.	€ 160.000 (CRIF: €80.000 e PMSP: €80.000)
Capitalização do Fundo de Crédito Popular São Paulo Confia¹¹⁵	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho	A capitalização do fundo do Sistema de Microcrédito Produtivo Orientado da Associação Civil São Paulo Confia visa o desenvolvimento socioeconômico por meio do fomento de pequenos e micro empreendimentos na cidade.	€ 160.000 (CRIF: €80.000 e PMSP: €80.000)
Plano de Negócio On-Line¹¹⁶	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho	Disponibilizar por meio do portal de acesso via web, uma ferramenta informacional capaz de orientar os empresários na elaboração de um Plano de Negócios para seus Investimentos. O projeto foi descontinuado por haver iniciativa semelhante desenvolvida pelo SEBRAE com o apoio da PMSP.	€ 140.000 (CRIF: €70.000 e PMSP: €70.000)
Total de recursos vindos de Île-de-France			€ 600.000
Total de recursos vindos da Prefeitura de São Paulo			€ 770.000
Total de recursos			€ 1.370.000

Fonte: Termo de Convênio Prefeitura de São Paulo e Região de Île-de-France.

¹¹³ Primeira fase do projeto entregue (mapeamento). Aguardando análise de implantação de portal eletrônico e sistema de atualização de dados.

¹¹⁴ Primeira fase do projeto completa. Em fase de contratação da Organização Social Casa de Saúde Santa Marcelina que executou o primeiro módulo para execução das outras duas fases.

¹¹⁵ Projeto concluído, em fase de prestação de contas.

¹¹⁶ O projeto foi descontinuado por haver iniciativa semelhante desenvolvida pelo SEBRAE com o apoio da PMSP. Em avaliação.

A cidade de São Paulo possui disposição no setor de serviços, uma vez ser o maior centro financeiro da América Latina, o que torna a cidade um foco de atração de investimentos, ajudando seu desenvolvimento sustentável. Com isso, surgiu o Programa de Fortalecimento Econômico Local em parceria com o BID que financiou os custos para o treinamento na área de prestação de serviço de *Investmet Aftercare* pelo Investment Ombudsman da Agência Coreana de Comércio e Promoção de Investimento. Na ocasião, a prefeitura ficou responsável pela coordenação da capacitação, bem como o fornecimento de apoio logístico, já os custos da Agência Coreana foram cobertos pelo BID (Relatório de Gestão 2007-2008).

No que diz respeito às redes de cidades, São Paulo sediou, em 2008, a IX Reunião de Prefeitos da UCCI Região Cone Sul, em que foi assinada a “Declaração de São Paulo sobre o Desenvolvimento Sustentável das Cidades”, onde foram acordados os seguintes pontos: adotar políticas consistentes e de longo prazo para combater as emissões de gases de efeito estufa, podendo incluir “medidas e incentivos voltados à economia de energia, construção de edifícios adequados a padrões eficientes de uso de água e de energia, promoção de fontes alternativas de energia e gestão sustentável de resíduos sólidos”¹¹⁷. No mesmo ano a cidade participou da Assembléia Plenária, órgão máximo da rede, onde os representantes locais se reúnem para realizar um balanço das ações e traçar novas diretrizes.

Já o Grupo de Liderança Climática – C40 é um grupo composto por 40 cidades que possuem o mesmo objetivo: formular políticas públicas locais para combater às mudanças climáticas. A rede possui parceria com a Clinton Climate Initiative fundada por Bill Clinton Ex-presidente dos EUA. São Paulo se filiou à C40 em 2005 e possui papel relevante, sendo a única cidade da América Latina a participar do Comitê Executivo da rede, este formado pelas cidades de Seul, Johannesburgo, Londres, Los Angeles, Berlim, Nova York, Toronto e Tóquio. No último encontro, em 2009, São Paulo foi eleita a sediar a IV Cúpula da C40 a ser realizado em 2011. Na ocasião, o atual presidente do C40, o prefeito da cidade de Toronto, David Miller, alegou que São Paulo se caracteriza como uma metrópole e que tem se dedicado muito

¹¹⁷ Portal da Prefeitura de São Paulo. Notícia: Prefeito e colegas do Cone Sul assinam declaração em defesa do meio ambiente. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=23917. Acessado em 12/11/2010.

ao combate à poluição, destacando-se no desenvolvimento de políticas públicas direcionadas à preservação do meio ambiente¹¹⁸.

Ademais, a cidade de São Paulo foi escolhida para participar do programa de capacitação da rede C40. O Carbon Finance Capacity Building Program (CFCB) foi um projeto financiado pelo Banco Mundial e desenvolvido na esfera da C40, do governo Suíço e da consultoria ECOS, escolheu dez cidades, sendo São Paulo uma delas, para promover uma estrutura institucional das cidades que elabore projetos de redução das emissões de gases estufa de acordo com o Protocolo de Kyoto e gere créditos de carbono para a cidade¹¹⁹.

Na mesma esfera de meio ambiente, São Paulo participou da Cúpula dos Prefeitos sobre o Clima em paralelo à 15ª Conferência das Partes, COP-15, realizado em Copenhague, Dinamarca, em parceria com a C40 e a rede Governos Locais pela Sustentabilidade (ICLEI). No evento foram expostas as ferramentas importantes para a melhoria das ações das cidades e promovidas alternativas para lidar com os desafios das mudanças climáticas, bem como a realização de intercâmbios de experiências e parcerias com o setor privado, governos nacionais e ONGs. Na ocasião, São Paulo levou algumas políticas públicas realizadas na cidade de combate da mudança climática, a saber: a experiência bem-sucedida dos aterros sanitários São João e Bandeirantes, onde as usinas instaladas possibilitam a geração de energia a partir do lixo (RELATÓRIO DE GESTÃO 2009).

Cabe ressaltar que a cidade de São Paulo produz cerca de 15 mil toneladas de lixo por dia. O aterro Bandeirantes é o maior aterro de resíduo domiciliar da América Latina com 1,4 milhão de metros quadrados e foi o primeiro aterro a ter uma usina termelétrica que gera cerca de 170 mil MWh de energia elétrica por ano. Já o aterro São João, ocupa 80 hectares e também foi instalado uma termelétrica com capacidade de gerar 180 mil MWh por ano. Somando os dois aterros é possível abastecer uma região com 700 mil pessoas, além de ambos responderem por aproximadamente 60% dos créditos de carbono negociados no mundo a partir da geração de energia do lixo¹²⁰.

¹¹⁸ Portal da Prefeitura de São Paulo. Notícia: São Paulo será a sede da próxima reunião do C40, em 2001. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=29836. Acessado em 12/11/2010.

¹¹⁹ Low Carbon Cities – CFCB Programme in São Paulo. Disponível em <http://www.lowcarboncities.info/events.html>. Acessado em 13/11/2010.

¹²⁰ Portal da Prefeitura de São Paulo. Notícia: São Paulo mostra iniciativas verdes à Cúpula dos Prefeitos. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=34127. Acessado em 13/11/2010.

Atualmente a cidade de São Paulo possui a Lei Municipal de Mudança do Clima¹²¹, sancionada em 2009, a qual estabelece como meta redução de 30% das emissões de gases de efeito estufa na Cidade até 2012. Desde 2005, São Paulo já conseguiu reduzir cerca de 20% suas emissões com o funcionamento das duas usinas dos aterros sanitários Bandeirantes e São João¹²².

Já o Acordo de Cooperação com o Institute of Transport and Development Policies (ITDP) foi renovado, o qual visa promover a implantação de políticas sustentáveis, especialmente na questão dos transportes. O protocolo de intenções visa: implantar mobilidades alternativas ao acesso dos equipamentos públicos; realizar um estudo para a requalificação do Centro da Cidade, por meio de Parcerias Público Privadas (PPPs), que auxilie o gerenciamento das demandas e promova a utilização do transporte coletivo; efetivar estudos que auxiliem e proponham soluções acerca dos conflitos entre carros e pedestres nos calçadões do Centro e; estudo de medidas para redução do tráfego¹²³.

Diante dos projetos expostos neste capítulo, fica claro o foco de cada governo e de que maneira cada um buscou se inserir internacionalmente, é possível perceber também a importância de institucionalizar uma assessoria na estrutura política dos governos subnacionais capaz de ser interlocutor das atividades internacionais realizadas pelo governo local. Por fim, vale destacar frase de Jakobsen (2006, p. 39) que adverte: “as relações internacionais que uma cidade como São Paulo possui são institucionais e deveriam prosseguir independentemente dos posicionamentos políticos do governante do momento”.

¹²¹ Portal da Prefeitura de São Paulo LEI Nº 14.933, de 5 de junho de 2009. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/comite_do_clima/legislacao/leis/index.php?p=15115. Acessado em 13/11/2010.

¹²² Portal da Prefeitura de São Paulo. Notícia: Prefeitura promove o primeiro Encontro sobre Mudanças Climáticas. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=31851. Acessado em 13/11/2010.

¹²³ Portal da Prefeitura de São Paulo. Notícia: Parceria buscar melhor qualidade de vida na Capital. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=15810. Acessado em 13/11/2010.

CONCLUSÃO

Uma vez apresentado os três capítulos e todos os fatores analisados neste trabalho, é possível perceber que a questão da inserção internacional, mesmo sendo um tema recente, vem sendo bastante empregado pelos governos locais como meio de projetar o governo internacionalmente, por meio de missões, receptivos, seminários e entre outros, ou também realizando parcerias tanto bilaterais quanto multilaterais, visando, por meio da cooperação descentralizada, buscar investimentos e financiamentos de políticas públicas para promover o desenvolvimento local.

Paralelamente a isso, percebe-se a necessidade da democracia e da descentralização, fatores que influenciam o surgimento de novos atores internacionais. No Brasil nota-se a tentativa do diálogo entre o governo central e seus entes federados, principalmente por meio da instituição da AFEPA no Ministério das Relações Exteriores (MRE) e da Subchefia de Assuntos Federativos (SAF) na Presidência da República. No entanto, a pouca institucionalidade da paradiplomacia do Brasil, faz com que a inserção internacional de seus governos subnacionais seja muitas vezes limitada, fazendo com que estes órgãos criados sejam mais um meio do governo central controlar as atividades internacionais dos governos locais, mesmo que ainda com muita dificuldade, visto a dimensão dos entes federados no Brasil.

No que tange a apresentação do caso da cidade de São Paulo, percebe-se, diante dos projetos expostos, a importância de institucionalizar um departamento ou assessoria na estrutura política dos governos subnacionais, capaz de ser interlocutor e que cogite e coordene as atividades internacionais realizadas pelo governo local. A projeção da cidade, neste sentido, torna-se muito mais ampla, favorecendo a efetivação de parcerias para a concretização de projetos públicos importantes para a cidade.

Notadamente, como foi visto ante à exposição dos projetos nos diferentes governos, cada gestão age internacionalmente de acordo com seus objetivos e propostas de governo, seguindo sua linha específica de política, ou seja, o governante que se encontrar no cargo projetará a cidade de diferentes maneiras, buscando seguir o seu foco de governo e formas diversas para efetivar seus projetos e políticas prioritárias.

Notou-se na Gestão de Marta, a abertura da Cidade de São Paulo ao âmbito internacional, principalmente com a iniciativa de institucionalizar a Secretaria Municipal de Relações Internacionais. Neste período, percebe-se a ampla participação nas redes de cidades e a efetivação de diversas parcerias e projetos de cooperação internacional nas áreas sociais de inclusão social. O projeto URB-AL foi um importante programa de cooperação descentralizada entre a União Européia e a América Latina; a Rede 10 sobre a Luta Contra a Pobreza Urbana, coordenada pela Secretaria Municipal de Relações Internacionais, compreendeu a Gestão de Marta e o início da Gestão de Serra e trouxe diversas propostas e discussões sobre a questão da pobreza, realizando diversos seminários, o que estreitou as relações com outras cidades da América Latina, criando uma relação de trocas de experiências e conhecimentos. Observa-se, assim, que a participação de redes de cidades torna-se um mecanismo que facilita as relações entre os governos locais, estreitando as relações entre os governos, transferindo experiências e efetivando a cooperação descentralizada entre os governos subnacionais.

Já na curta gestão de Serra, mesmo tendo concretizado alguns projetos de cooperação idealizados e iniciados na gestão de Marta, houve certa análise desses projetos, mudando muitas vezes os objetivos e os focos iniciais. Nesta época, a paradiplomacia da Cidade de São Paulo ficou marcada pela promoção da cidade internacionalmente, mostrando um lado mais econômico e comercial e participando de muitos eventos e seminários internacionais, com a finalidade de projetar a cidade para atrair investimentos.

Gilberto Kassab por sua vez, por ter sido o Vice-Prefeito de Serra seguiu, de certa forma, essa trajetória e visibilidade da cidade, participando de diversos eventos, missões e feiras internacionais, mostrando a potencialidade econômica da cidade de São Paulo, com o mesmo objetivo de atrair investimentos internacionais para a cidade. Exemplo disso foi a participação da Expo Xangai 2010, a realização de diversas missões e feiras internacionais, bem como de seminários e conferências ligados ao meio ambiente como a C40 e a COP-15, mostrando alguns projetos de boas-práticas da cidade, bem como a potencialidade econômica de São Paulo, com o objetivo de atrair investimentos internacionais.

Nota-se, assim, que os três governos seguiram suas próprias diretrizes, se inserindo internacionalmente para buscar maneiras de concretizar os seus programas políticos. Por este motivo, um desafio ainda a ser superado é a continuidade dos projetos e práticas do antigo governo pelo governo seguinte. Comumente, ao trocar os governos, trocam-se também os projetos, devido justamente às diferentes linhas de política que os governantes seguem.

Juntamente com a troca de governo, acompanha a troca de grande parte do pessoal, exemplo disso é a existência de grande rotatividade de Secretários e Secretários Adjuntos, bem como de Chefes de Gabinete e Assessores da Secretaria Municipal de Relações Internacionais. Com isso, são produzidas novas perspectivas aos projetos, reestruturando-os ou até mesmo não os concretizando, além de a nova gestão ter que se inteirar sobre os projetos já concretizados, as parcerias realizadas, bem como todo o processo realizado na gestão anterior.

Ademais, ainda falta a institucionalização e profissionalização da gestão política, que daria dimensão adequada às práticas realizadas no âmbito internacional não rompendo os projetos e seguindo uma dinâmica paralela ao governo, que promova o desenvolvimento local por meio de parcerias internacionais.

Por fim, é importante reiterar a relevância das cidades para promover o desenvolvimento nacional. Como apresentado neste trabalho, as cidades são os melhores meios de realizar políticas públicas para desenvolver a região, é nelas que é possível se deparar diretamente com as questões enfrentadas e que possuem o contato direto com a sociedade. Por este motivo, as cidades tornam-se protagonistas para promover políticas de desenvolvimento local, o que exige a adesão dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) nas agendas de suas políticas públicas, procurando, por meio de parcerias internacionais, concretizar projetos que favoreçam e auxiliem o alcance das metas do milênio.

A cooperação internacional e a cooperação descentralizada, neste sentido, tornam-se fatores fundamentais tanto para o âmbito nacional quanto local, visando combater a competição existente no mundo marcado pelo fenômeno da globalização. Para tanto, o financiamento de projetos e o apoio mútuo, neste momento, tornam-se essenciais para alcançar as metas do milênio, para assim, todos trabalhando conjuntamente, buscar o desenvolvimento e equilibrar as desigualdades mundiais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDENUR, Adriana. *The Strategic Triad: Form and Content in Brazil's Triangular Cooperation Practices*. *International Affairs Working Paper*: November, 2007. 15 p.

AMORIM, Celso Luiz Nunes. *Perspectivas da Cooperação Internacional*. In: MARCOVITCH, Jacques (Org.). *Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

AYLLÓN, Bruno. O sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento e seu estudo nas Relações Internacionais: a evolução histórica e as dimensões teóricas. *Revista de Economia e Relações Internacionais*. Número 8. Janeiro de 2006. Volume 5. 19 p.

BALANÇO DE GESTÃO 2001 – 2004. Prefeitura de São Paulo: Secretaria Municipal de Relações Internacionais, dezembro de 2004. Anexo 3. p. 12A.

BECK, ULRICH. *O que é Globalização? Equívocos do Globalismo Respostas à Globalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAPELLA, André Hollo. *Avances y retos de la cooperación descentralizada em Brasil*. *Revista Del Observatorio de la Cooperação Descentralizada – Observa*. Montevideo: Montevideo de Todos. Nº 6. Novembro 2009. PP. 44 – 46.

DESSOTI, Fabiana Rita. *Cooperação descentralizada: uma inovação nas políticas públicas de desenvolvimento local*. 5ème colloque de l'IFBAE – Grenoble, maio 2009.

FEUER, Guy e CASSAN, Hervé. *Droit international du développement*. Paris: Dalloz, 1985.

FONSECA, Gelson; BELLI, Benoni. *Governabilidade democrática: apontamentos para uma análise sobre a (des) ordem internacional*. *Revista Cena*. Brasília: Norma Breda do Santos. Volume 6. Número 2. Dezembro de 2004. PP 4 a 29.

FONSECA, Luiz Henrique Pereira da. *La visión de Brasil sobre la cooperación internacional*. *Revista Española de Desarrollo y Cooperación*. Nº 22. Ano 2008. p. 63 – 78.

GAYARD, Nicole Aguilar. Paradiplomacia na cidade de São Paulo: uma análise empírica da inserção internacional do Município. In: VIGEVANI, Tullo (coord.). *Gestão Pública e Inserção Internacional das Cidades*. São Paulo: Cedec, 2009.

HOCKING, Brian. Regionalismo: uma perspectiva das relações internacionais. In: VIGEVANI, Tullo; et al. (Orgs.) *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo/ Bauru: EDUC/Editora UNESP/Cadernos Cedec, 2004.

IANNI, Octavio. *A era do globalismo*. 9ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

JAKOBSEN, Kjeld. A Política de Relações Internacionais do Município de São Paulo de 2001 a 2004. In: VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luis Eduardo; CINTRA, Rodrigo. (orgs.). *Ação Internacional das Cidades no Contexto da Globalização*. Cadernos Cedec. São Paulo, CEDEC, abril 2006. n. 80. Pp. 38-48.

KEATING, Michael. Regiones y assuntos internacionales: motivos, oportunidades y estratégias. In: VIGEVANI, et al. (orgs.) *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo/ Bauru: EDUC/Editora UNESP/Cadernos Cedec, 2004.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. *Power and Interdependence*. Third edition, Longman, 2001.

LANDAU, Georges D. *O Brasil e a cooperação internacional para o desenvolvimento*. Revista de Economia & Relações Internacionais. Janeiro-2008. Vol. 6, n. 12. FAAP: São Paulo. Pp. 103-116.

MARCOVITCH, Jacques. *Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

MARIANO, Karina L. Pasquariello; MARIANO, Marcelo Passini. Governos Subnacionais e integração regional: considerações teóricas. IN: WANDERLEY, Luiz Eduardo; VIGEVANI, Tullo. (orgs.) *Governos subnacionais e sociedade civil: integração regional e Mercosul*. São Paulo/ Bauru: EDUC/Editora UNESP/Cadernos Cedec, 2005.

MARIANO, Marcelo Passini; BARRETO, Maria Inês. Questão subnacional e integração regional o caso do Mercosul. In: VIGEVANI, Tullo et al. (orgs.) *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo/ Bauru: EDUC/Editora UNESP/Cadernos Cedec, 2004.

MARTINS, Luciano. Um mundo em mudança -- mas em que direção?. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis; MARTINS, Luciano (coords.). *O Brasil e a Nova Ordem (Desordem?) Mundial*. XVIII Fórum Nacional. J. Olympio: Rio de Janeiro, 2006.

MEDEIROS, Antônio Paulo Cachapuz. As Organizações Internacionais e a Cooperação Técnica. In: MARCOVITCH, Jacques. *Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

PEREIRA, Demetrius Cesário. A inserção internacional das cidades e seus aspectos jurídicos: o caso do Foro Consultivo de municípios, estados federados, províncias e departamentos do Mercosul. In: SALA, José Blanes (org.). *O município e as relações internacionais: aspectos jurídicos*. São Paulo: EDUC, 2009.

PRIETO, Noé Cornago. O outro lado do novo regionalismo pós-soviético e da Ásia-Pacífico: a diplomacia federativa além das fronteiras do mundo ocidental. In: VIGEVANI, Tullo et al. (orgs.) *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo/ Bauru: EDUC/Editora UNESP/Cadernos Cedec, 2004.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio. A inserção internacional de cidades: notas sobre o caso brasileiro. In: VIGEVANI, Tullo et al. (orgs.) *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo/ Bauru: EDUC/Editora UNESP/Cadernos Cedec, 2004.

_____. *Relações Internacionais Federativas no Brasil*. Rio de Janeiro: Revista de Ciências Sociais. Vol. 51. Nº 4. 2008. Pp. 1015 a 1034.

RAICHELIS, Raquel; EVANGELISTA, Ana Carolina. Sociedade civil, questão social e relações Internacionais na Cidade de São Paulo. In: WANDERLEY, Luis Eduardo; RAICHELIS, Raquel (orgs.). *A Cidade de São Paulo: relações internacionais e gestão pública*. São Paulo: EDUC, 2009.

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2005. Prefeitura de São Paulo – Secretaria Municipal de Relações Internacionais. Anexo 4. p. 37A.

RODRIGUES, José Albertino. *Émile Durkheim: Sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 1999.

ROSENAU, James N. Governança, Ordem e Transformação na Política Mundial. In: ROSENAU, CZEMPIEL, James N. e, Ernst-Otto. *Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial*. Brasília: Ed. UNB e São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

ROLNIK, Raquel. *São Paulo*. Folha Explica. 3ª edição. São Paulo: Publifolha, 2009.

SALA, José Blanes; SANTOS, Clara Maria Faria. O reconhecimento dos municípios como sujeitos de Direito Internacional Público. In: SALA, José Blanes (Org.). *O município e as relações internacionais: aspectos jurídicos*. São Paulo: EDUC, 2009.

SALOMÓN, Mónica. *Los estados y municipios brasileños como actores de la cooperación internacional*. Revista Española de Desarrollo y Cooperación. Nº 22. Ano 208. p. 145 – 160.

SERENI, Ângelo Piero. *Lê Organizzazioni Internazionali*. Milano: Dott.A. Giuffrè, 1959.

SILVA, Roberto Luiz. *Direito Internacional Público*. Belo Horizonte: Del Rey, 2008. 3ª edição.

SILVA, Jeconias Rosendo Júnior; PAZ, Marsden Alvez de Amorim. *Atuação Internacional Municipal: Estratégias para Gestores Municipais Projetarem Mundialmente sua Cidade*. Brasília: Confederação Nacional dos Municípios, 2008. 128 p. Vol. 13.

SOARES, Guido F. S. A Cooperação Técnica Internacional. In: MARCOVITCH, Jacques. (org). *Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

TERMO DE CONVÊNIO. Secretaria Municipal de Relações Internacionais: Prefeitura de São Paulo e Região Île-de-France.

TREVAS, Vicente. Os governos locais e regionais nas relações internacionais. Cadernos Cedec. *Ação internacional das cidades no contexto da globalização*. Nº 80. São Paulo: abril 2006. p 27-30.

VIGEVANI, Tullo. Problemas para a atividade internacional das unidades subnacionais: São Paulo e o Contexto brasileiro. In: VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luisa Eduardo; CINTRA, Rodrigo. (orgs.). *Ação Internacional das Cidades no Contexto da Globalização*. Cadernos Cedec. São Paulo, CEDEC, abril 2006 Nº 80. Pp 11 a 29

_____. ; PRADO, Débora Figueiredo B. Ações e Problemas da Paradiplomacia no Brasil. In: SALA, José Blanes; GASPARATO, Ana Lúcia. (orgs.). *Relações Internacionais: polaridades e novos/velhos temas emergentes*. Marília: UNESP – Oficina Universitária, 2010.

YONG, Oran R. *International Cooperation Building Regimes for Natural Resources and the Environment*. Cornell University P. Nek: 1989

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

Abril - Notícia: Conheça a trajetória conturbada de Celso Pitta. Disponível em: <http://www.abril.com.br/noticias/brasil/conheca-trajetoria-conturbada-celso-pitta-513862.shtml>. Acessado em 01/11/2010.

Agência Brasileira de Cooperação – Cooperação Prestada. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/projetos/cooperacaoPrestada.asp>. Acessado em 26/08/2010.

Agência Brasileira de Cooperação - Histórico. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/abc/historico.asp>. Acessado em 26/08/2010.

Agência Brasileira de Cooperação – Introdução. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/ct/introducao.asp>. Acessado em 26/08/2010

Banco Interamericano de Desenvolvimento. Disponível em <http://www.iadb.org/aboutus/index.cfm?lang=pt>. Acessado em 21/08/2010.

Banco Mundial. Disponível em: <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTABOUTUS/0,,pagePK:50004410~piPK:36602~theSitePK:29708,00.html>. Acessado em 20/08/2010.

BRANCO, Álvaro Chagas Castelo. *A paradiplomacia como forma de inserção internacional de unidades subnacionais*. PRISMAS: Dir., Pol.Pub. e Mundial., Brasília, v.4, n, 1, p 48-67, jan/jul. 2007. Disponível em <http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/prisma/article/viewFile/216/214>. Acessado em 15/08/2010.

CALDAS, Eduardo de Lima; LACZYNSKI, Patrícia; EVANGELISTA, Ana Carolina. *Participar de Redes Internacionais*. Instituto Pólis. Idéias para a Ação Municipal. nº 204. 2003. Disponível em http://www.polis.org.br/download/arquivo_boletim_12.pdf. Acessado em 07/11/2010.

Câmara de São Paulo - Lei Orgânica do Município de São Paulo. Disponível em http://www.camara.sp.gov.br/central_de_arquivos/homepage/lom_05.pdf. Acessado em 31/10/2010.

Carta das Nações Unidas – Artigo 55 e 56. Disponível em <http://www.onu-brasil.org.br/doc5.php>. Acessado em 17/08/2010.

CAZZANIGA, Gian Mario. As metamorfoses da soberania numa época de transição. *Revista Novos Rumos*. Ano 16. Número 34. 2001. Trad. Giovanni Menegoz. Disponível em: http://200.189.113.123/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/veiculos_de_comunicacao/NOR/NOR0134/NOR0134_02.PDF?PHPSESSID=148be97adb05027fafd2bb7180b0d4c0.

Acessado em: 11 de agosto de 2010.

CEDEP. Disponível em: <http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/linkorgregional.htm>. Acessado 18/08/2010.

Centro de Documentação do Programa URB-AL – Rede 09 disponível em: http://centrourbal.com/redes/r10_objetivos.htm. Acessado em 20/09/2010. Acessado em 13/09/2010.

Centro Ibero-americano de Desenvolvimento Estratégico Urbano - Apresentação. Disponível em <http://www.cideu.org/site/content.php?id=14>. Acessado em 26/10/2010.

Centro Ibero-americano de Desenvolvimento Estratégico Urbano (CIDEU) – Redes de Cidades. Disponível em <http://www.cideu.org/site/content.php?id=2103&lang=pt>. Acessado em 26/10/2010.

CEPAL. Disponível em <http://www.cepal.org/>. Acessado em: 18/08/2010.

CEZÁRIO, Gustavo; ANDRADE, Marinana. *A cooperação descentralizada no Brasil*. S.d. 18p. Disponível em <http://www.observ-ocd.org/libreriapagina.asp?id=391>. Acessado em 16/10/2010.

Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU). Disponível em <http://www.cities-localgovernments.org/sections.asp>. Acessado em 26/10/2010.

Comissão Europeia – The URB-AL programme in brief. Disponível em: http://ec.europa.eu/europeaid/where/latin-america/regional-cooperation/urbal/detail_en.htm. Acessado em 13/09/2010.

COEP Brasil: Seminário Internacional COEP – Volker Hauk sobre as experiências do Centro Europeu para a Gestão de Políticas de Desenvolvimento (ECDPM). Disponível em <http://www.coepbrasil.org.br/seminario/documentos/p-volker-hauck.html>. Acessado em 6/10/2010.

Comissão Europeia – Urbal Regional AID Programme. Disponível em: http://ec.europa.eu/europeaid/where/latin-america/regional-cooperation/urbal/index_en.htm. Acessado em 13/09/2010.

Comissão Europeia – URB-AL III. Disponível em: http://ec.europa.eu/europeaid/where/latin-america/regional-cooperation/urbal/documents/programme/guidelines_pt.pdf . Pp 03. Acessado 20/09/2010.

Centro de Documentação do Programa URB-AL – Rede 09. Disponível em: http://centrourbal.com/redes/r10_objetivos.htm. Acessado em 20/09/2010. Acessado em 13/09/2010.

Centro de Documentação do Programa URB-AL – Rede 10. Disponível em: <http://centrourbal.com/redes/r10.htm>. Acessado em 13/09/2010.

Confederação Nacional de Municípios – As Redes Internacionais de Cidades. Disponível em http://www.cnm.org.br/institucional/inter_bra.asp?iId=35190. Acessado em 27/10/2010.

Confederação Nacional de Municípios - Mensagem do Presidente. Disponível em http://www.cnm.org.br/institucional/mensagem_presidente.asp. Acessado em 25/10/2010.

CORONEL, Alvaro. *A brief history of decentralised cooperation. A look at South America*. Montevideo: Observatorio de Cooperación Descentralizada UE-AL, 2006. 24 p. Disponível em <http://www.observ-ocd.org/libreriapagina.asp?id=315>. Acessado em 25/10/2010.

Declaração do Estabelecimento da Nova Ordem Mundial – Disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/071/94/IMG/NR007194.pdf?OpenElement> Acessado em: 23/08/2010.

ECOSOC. Disponível em <http://www.un.org/en/ecosoc/about/index.shtml>. Acessado em: 18/08/2010.

Federação Latino-americana de Cidades, Municípios e Associações de Governos Locais (FLACMA). Disponível em <http://www.flacma.org/FLACMA/Historia/tabid/69/Default.aspx>. Acessado em 27/10/2010.

FMI. Disponível em <http://www.imf.org/external/about.htm>. Acessado em 18/08/2010.

Guia para a Municipalização dos Objetivos do Milênio. Disponível em http://www.odmbrasil.org.br/upload/tiny_mce/Guia_de_Municipaliz.pdf. Acessado em 14/10/2010.

International Centre for Trade And Sustainable Development – *O Brasil e a OCDE: não é de hoje, não é para amanhã*. Disponível em <http://ictsd.org/i/news/12438/>. Acessado em 06/11/2010.

ITC. Disponível em http://www.wto.org/english/thewto_e/coher_e/wto_itc_e.htm. Acessado em 18/08/2010.

Livro Azul de Cooperação Descentralizada 2008. Disponível em <http://www.comunidadefb.com.br/web/pdf/livroazul2008.pdf>. Acessado em 16/09/2010.

Low Carbon Cities – CFCB Programme in São Paulo. Disponível em <http://www.lowcarboncities.info/events.html>. Acessado em 13/11/2010.

MACIEL, Tadeu Morato. *As teorias de Relações Internacionais pensando a cooperação*. Revista eletrônica de estudos pós-graduado em ciências sociais da PUC-SP – Ponto-e-Vírgula. No. 5, 1º semestre. 2009. Disponível em <http://www.pucsp.br/ponto-e-virgula/n5/artigos/HTML/20-tadeumorato.html>. Acessado em 24/10/2010.

MAIA, José Nelson Bessa. *Apostamentos sobre a diplomacia no Brasil*. Disponível em: <http://files.demartone.webnode.com/200000047-d657bd7518/Paradiplomacia%20-%20Talking%20Points.pdf>. Acessado em 6/06/2010.

MALÉ, Jean-Pierre. *Especificidade de la cooperación descentralizada pública: actores, contenidos y modelos*. Montevideo, 2006. Disponível em: http://www.observ-oecd.org/temp/libreria-Ponencia_Male.pdf. Acessado em 05.03.2010.

MATSUMOTO, Carlos Eduardo; CEZÁRIO, Gustavo de Lima. *Atuação Internacional Municipal: Estratégias para Gestores Municipais Projetarem Mundialmente sua Cidade*. In: SILVA, Jeconias Rosendo Jr.; PAZ, Marsden Alves Amorim (coord.). *Coletânea Gestão Pública Municipal: Gestão 2009 – 2012*. Brasília: Confederação Nacional dos Municípios, 2008. Vol. 13. 128 p. Disponível em <http://portal.cnm.org.br/sites/5700/5770/coletanea/13AtuacaoInternacionalMunicipal.pdf>. Acessado em 16/10/2010.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Resolução nº 249, de 18 de setembro de 2006. Disponível em http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Legislacao/Resolucao/060918_resol_294.pdf. Acessado em 20/09/2010.

Ministério de Relações Exteriores - Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/dtrat.htm>. Acessado em 08/09/2010.

Observatório Cidadão Nossa São Paulo. Disponível em <http://www.nossasaopaulo.org.br/observatorio/index.php?secao=apresenta>. Acessado em 02/11/2010.

OCDE – Development Co-operation Directorate (DCD-DAC). Disponível em http://www.oecd.org/about/0,3347,en_2649_33721_1_1_1_1_1,00.html. Acessado em 25/08/2010.

OCDE – Triangular Co-operation: What Do We Know About It? Disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/62/54/44652734.pdf>. Acessado em 24/10/2010.

OCDE – The Paris Declaration and Accra Agenda for Action. Disponível em http://www.oecd.org/document/18/0,3343,en_2649_3236398_35401554_1_1_1_1,00.html. Acessado em 18/08/2010.

OEA. Disponível em <http://www.oas.org>. Acessado em 18/08/2010.

OMC. Disponível em http://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/whatis_e.htm. Acessado em 18/08/2010.

ONU – Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados. Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/res/39/a39r163.htm>. Acessado em 17/08/2010.

ONU – Conferencia Internacional sobre la Financiación para el Desarrollo. Disponível em <http://www.un.org/spanish/conferences/ffd/brochure.htm>. Acessado em 28/10/2010.

ONU - Declaração da Cooperação Econômica Internacional, em particular a Revitalização do Crescimento Econômico e do Desenvolvimento dos Países em Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.un-documents.net/s18r3.htm>. Acessado em 23/08/2010.

PEREIRA, José Alexandre Lopes. O federalismo na diplomacia brasileira: o interesse do Itamaraty nas ações externas de governos subnacionais. *Revista Cena*. Brasília: Norma Breda dos Santos. Ano 6. Número 2. Dezembro de 2004. Pp 144 a 159. Disponível em http://www.mundorama.info/Mundorama/Cena_Internacional_files/Cena_2004_2.pdf. Acessado em 04/10/2010.

PNUD. Disponível em <http://www.undp.org/#>. Acessado em 18/08/2010.

PNUD – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Disponível em <http://www.pnud.org.br/odm/index.php?lay=odmi&id=odmi>. Acessado em: 14/10/2010.

PNUD-Brasil – Projetos. Disponível em <http://www.pnud.org.br/projetos/governanca/visualiza.php?id07=221>. Acessado em 10/11/2010.

Portal do Ano da França no Brasil. Disponível em <http://anodafrancanobrasil.cultura.gov.br/br/institucional/>. Acessado em 17/09/2010.

Portal Aula São Paulo. Disponível em <http://www.aulasaopaulo.sp.gov.br/agenda06.htm>. Acessado em 09/10/2010.

Portal Federativo da Presidência da República – Cooperação Internacional Federativa. Disponível em <http://www.portalfederativo.gov.br/bin/view/Inicio/CooperacaoInternacionalFederativa>. Acessado em 27/10/2010.

Portal Federativo Presidência da República Federativa do Brasil – Institucional. Disponível em <http://www.portalfederativo.gov.br/bin/view/Inicio/Institucional>. Acessado em 27/10/2010.

Portal Federativo da Presidência da República Federativa do Brasil – Mercosul FCCR disponível em <http://www.portalfederativo.gov.br/bin/view/Inicio/MercosulFCCR>. Acessado em 22/09/2010.

Portal Federativo da Presidência da República Federativa do Brasil – Objetivo FCCR disponível em <http://www.portalfederativo.gov.br/bin/view/Inicio/ObjetivoFCCR>. Acessado em 22/09/2010.

Portal Federativo da Presidência da República Federativa do Brasil – O que é Cooperação Internacional Federativa? Disponível em <http://www.portalfederativo.gov.br/bin/view/Inicio/CooperacaoInternacionalFederativa2>. Acessado em 25/10/2010.

Portal de Île-de-France. Disponível em <http://www.iledefrance.fr/english/decouvrir-ile-de-france/practical-info/ile-de-france-today/>. Acessado em 12/11/2010.

Portal de Miami Dade. Disponível em http://www.miamidade.gov/itc/sao_paulo.asp. Acessado em 10/11/2010

Portal da Prefeitura de São Paulo - Lei Nº 14.471, de 10 de julho de 2007. Disponível em http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=11072007L%20144710000. Acessado em 10/11/2010.

Portal da Prefeitura de São Paulo LEI Nº 14.933, de 5 de junho de 2009. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/comite_do_clima/legislacao/leis/index.php?p=15115. Acessado em 13/11/2010.

Portal da Prefeitura de São Paulo - Lei Nº 15.132, de 15 de março de 2010. Disponível em http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=16032010L%20151320000. Acessado em 10/11/2010.

Portal da Prefeitura de São Paulo – Lista dos Prefeitos de São Paulo. Disponível em http://ww1.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/organogramas/index.php?p=574. Acessado em 01/11/2010.

Portal da Prefeitura de São Paulo. Notícia: Prefeitura promove o primeiro Encontro sobre Mudanças Climáticas. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=31851. Acessado em 13/11/2010.

Portal da Prefeitura de São Paulo – Notícia: Prefeito discute projetos para investimentos franceses em São Paulo. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=5824. Acessado em 12/11/2010.

Portal da Prefeitura de São Paulo – Notícia: Prefeitura e União Européia assinam convênio inédito de inclusão social. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=7558. Acessado em 12/11/2010.

Portal da Prefeitura de São Paulo – Notícia: Restaurante-Escola faz resgate das culturas gastronômicas da cidade. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=2456. Acessado em 12/11/2010.

Portal da Prefeitura de São Paulo. Notícia: Prefeito e colegas do Cone Sul assinam declaração em defesa do meio ambiente. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=23917. Acessado em 12/11/2010.

Portal da Prefeitura de São Paulo. Notícia: São Paulo será a sede da próxima reunião do C40, em 2001. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=29836. Acessado em 12/11/2010.

Portal da Prefeitura de São Paulo - Notícia: “Aula São Paulo” debate a revitalização do centro de São Paulo. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=11243. Acessado em 09/10/2010.

Portal da Prefeitura de São Paulo. Notícia: Cidade de São Paulo participa de encontro internacional de prefeitos. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=5992. Acessado em 09/11/2010.

Portal da Prefeitura de São Paulo – Notícia: Biblioteca Alceu Amoroso Lima ganha laboratório de línguas. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=12617. Acessado em 09/11/2010.

Portal da Prefeitura de São Paulo – Notícia: Prefeitura e BIRD assinam convênio para desburocratizar abertura de empresas. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=5298. Acessado em 11/11/2010.

Portal da Prefeitura de São Paulo – Notícia: Observatório Urbano da Cidade de São Paulo é certificado pela ONU. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=1098. Acessado em 02/11/2010.

Portal da Prefeitura de São Paulo. Notícia: São Paulo mostra iniciativas verdes à Cúpula dos Prefeitos. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=34127. Acessado em 13/11/2010.

Portal da Prefeitura de São Paulo. Notícia: Parceria buscar melhor qualidade de vida na Capital. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=15810. Acessado em 13/11/2010.

Portal da Prefeitura de São Paulo - Secretaria Municipal de Relações Internacionais. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/relacoes_internacionais/sao_paulo_cidade_global/index.php?p=1193. Acessado em 1/11/11.

Portal da Prefeitura de São Paulo – URB-AL Rede 10. Disponível em <http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/urbal/pt/rede10/rede10.html>. Acessado em 10/11/2010.

Portal da Prefeitura de São Paulo – Urbis, Um evento para as Administrações Públicas. Disponível em <http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/urbis/2004/oquee/index.asp>. Acessado em 13/11/2010.

Portal da Presidência da República Federativa do Brasil – Artigo 4º da Constituição. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acessado em 31/10/2010.

Portal da Presidência da República Federativa do Brasil - Cooperação Descentralizada com as regiões da Itália. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/sri/CooperacaoInternacional/static/Andamento.htm>. Acessado em 16/09/2010.

Portal da Presidência da República Federativa do Brasil - Cooperação Internacional Federativa e Descentralizada Brasil-França. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/sri/br-fr/antecedentes.html>. Acessado em 16/09/2010

Portal da Presidência da República Federativa do Brasil - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acessado em: 08/09/2010.

Portal da Presidência da República Federativa do Brasil - Nota sobre a Missão Das Regiões da Itália no Brasil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/sri/CooperacaoInternacional/Docs_CoopItaliana/NotaGiampiero.pdf. Acessado em 16/09/2010.

Portal da Presidência da República do Brasil - Rede Interamericana de Alto Nível sobre Descentralização, Governo Local e Participação Cidadã (RIAD). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/riad/Static/RIAD/Que%20es%20a%20RIAD.pdf>. Acessado em: 22/09/2010.

Portal da Presidência da República do Brasil – III Reunião Interministerial da RIAD. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/riad/Static/>. Acessado em 22/09/2010.

Programas Cidades e Saúde da OMS. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902006000100002&script=sci_arttext. Acessado em 12/11/2010.

Rede Mercocidades. Disponível em <http://www.mercociudades.org/index.php?module=htmlpages&func=display&pid=25>. Acessado em 22/09/2010.

RELATÓRIO DE GESTÃO. A Atuação Internacional da Cidade de São Paulo 2007-2008. Prefeitura de São Paulo – Secretaria Municipal de Relações Internacionais. Disponível em

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/atuacao_internacional_de_sao_paulo_2007_2008_1251402138.pdf. Acessado em 20/10/2010.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2009. Prefeitura de São Paulo – Secretaria Municipal de Relações Internacionais. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/Relatorio_Gestao_2009_1270641028.pdf. Acessado em 29/10/2010.

ROMERO, María del Huerto. *Uma Aproximación Contextual y Conceptual a la Cooperación Descentralizada*. Valparaíso: Ilustre Municipalidad de Valparaíso y Diputación de Barcelona, 2004. 32 p. Disponível em <http://www.observ-ocd.org/libreriapagina.asp?id=200>. Acessado em 5/10/2010.

São Paulo na Expo – Expo Xangai 2010. Disponível em <http://www.saopaulonaexpo.com.br/>. Acessado em 05/11/2010.

SELA. Disponível em <http://www.sela.org/view/index.asp?ms=258&pageMs=26603>. Acessado em: 18/08/2010.

SUPLICY, Marta. *São Paulo: uma metrópole voltada para o mundo*. Dezembro, 2002. <http://www.madrid.es/UnidadWeb/Contenidos/Publicaciones/BolyRevPeriodicas/RevistaCiudIbero/Rev24/Especial20/Fichero/saopaulo.pdf>. Acessado em 06/11/2010.

UNCTAD. Disponível em <http://www.unctad.org/Templates/Page.asp?intItemID=1530&lang>. Acessado em 18/08/2010.

UNCTAD. Eleventh session of the Conference. Disponível em <http://www.unctad.org/Templates/Meeting.asp?intItemID=4301&lang=1>. Acessado em 13/11/2010.

UNIDO. Disponível em <http://www.unido.org/index.php?id=7852>. Acessado em 18/08/2010.

Workshop CEPAL: Cooperação Sul-Sul. Disponível em http://www.eclac.cl/brasil/noticias/paginas/2/38422/Coopera%C3%A7%C3%A3o_SUL-SUL.pdf. Acessado em 24/10/2010.

XALMA, Cristina. *II Informe de la Cooperación Sur-Sur em Iberoamérica*. Madrid: Pentacron, outubro 2008. Disponível em http://www.segib.org/documentos/esp/sur_sur_web_ES.PDF. Acessado em 20/10/2010.

ANEXO 1**LEI N° 13.165, DE 05 DE JULHO DE 2001
(Projeto de Lei n° 283/01, do Executivo)**

Cria a Secretaria Municipal de Relações Internacionais - SMRI e dá outras providências.

MARTA SUPLICY, Prefeita do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 29 de junho de 2001, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criada a Secretaria Municipal de Relações Internacionais – SMRI, com o objetivo de coordenar convênios e projetos de cooperação internacional que envolvam a Cidade de São Paulo, inserindo-a de forma ativa no cenário mundial, em razão de sua dimensão econômica, social e cultural.

Art. 2º - A Secretaria Municipal de Relações Internacionais tem como principais atribuições:

I - assessorar a Prefeita em contatos internacionais com Governos e entidades públicas ou privadas;

II - estabelecer e manter relações e parcerias com organismos internacionais multilaterais, cidades-irmãs do Município de São Paulo, entidades voltadas à organização de cidades, organizações não governamentais internacionais, representantes diplomáticos de Governos, representantes de trabalhadores e de empresários internacionais, empresas internacionais estabelecidas ou não neste Município, e outras entidades afins;

III - fornecer suporte técnico aos órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de São Paulo em contatos internacionais, bem como no desenvolvimento e elaboração de convênios e projetos de cooperação internacional.

Art. 3º - A Secretaria Municipal de Relações Internacionais constitui-se do Gabinete do Secretário, composto por Coordenadores Gerais, para gerenciar os projetos e convênios internacionais, Assessores Técnicos e Assistência Administrativa.

Art. 4º - Ficam criados no Quadro dos Profissionais da Administração do Município de São Paulo, com as denominações, referências de vencimento e formas de provimento indicadas, os cargos constantes do Anexo Único desta lei, que passam a integrar o Anexo I, Tabela A – Cargos de Provimento em Comissão – Grupo 5, da Lei n° 11.511, de 19 de abril de 1994.

Art. 5º - Mantidas a referência e a forma de provimento, o cargo de Secretário Municipal de Relações Internacionais, constante do Decreto n.º 40.230, de 1º de janeiro de 2001, passa a denominar-se Secretário Municipal e fica transferido para a Secretaria Municipal de Relações Internacionais.

Art. 6º - Para atender às despesas decorrentes desta lei no presente exercício, fica o Executivo autorizado, nos termos do artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a abrir créditos adicionais especiais, até o valor de R\$ 472.000,00 (quatrocentos e setenta e dois mil reais), criando a atividade “Administração do Gabinete do Secretário Municipal de Relações Internacionais”.

§ 1º - O decreto que abrir os créditos adicionais de que trata o “caput” deste artigo indicará, nos termos do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os recursos disponíveis para acorrer às despesas.

§ 2º - Nos exercícios subseqüentes as despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 05 de julho de 2001, 448º da fundação de São Paulo.

**MARTA SUPLICY
PREFEITA**

ANNA EMILIA CORDELLI ALVES
Secretária dos Negócios Jurídicos

JOÃO SAYAD
Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico

HELENA KERR DO AMARAL
Secretária Municipal da Administração

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 05 de
julho de 2001.

RUI GOETHE DA COSTA FALCÃO
Secretário do Governo Municipal

SGM/ATL/PREAO

Anexo Único a que se refere o art. 4º da Lei n.º 13.165 ,de 05 de julho de 2001

CARGOS EM COMISSÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CARGO	REF.	QTDE	PARTE TAB.	FORMA DE PROVIMENTO
Chefe de Gabinete	DAS-15	1	PP-I	Livre provimento em comissão pelo Prefeito.
Coordenador Geral	DAS-14	3	PP-I	Livre provimento em comissão pelo Prefeito, dentre portadores de diploma de nível superior.
Assessor Técnico III	DAS-13	2	PP-I	Livre provimento em comissão pelo Prefeito, dentre portadores de diploma de nível superior.
Assessor Técnico	DAS-12	2	PP-I	Livre provimento em comissão pelo Prefeito.
Assistente Técnico II	DAS-11	3	PP-I	Livre provimento em comissão pelo Prefeito.
Assistente Técnico I	DAS-9	3	PP-I	Livre provimento em comissão pelo Prefeito.

ANEXO 2**LISTA DE CONVÊNIOS SMRI****ÁFRICA DO SUL:**

- Declaração da cidade de Johannesburg como cidade-irmã. Junho, 2004.

ALEMANHA:

- Protocolo de Intenções que celebram a Prefeitura de São Paulo e a fundação alemã Stifting Jgendfubball – Youth Football Foundation. - Criação da Cooperativa de Trabalho de Esportistas Práticos (COOPERESPORTES) Março, 2004.

- Protocolo de Intenções que celebram a Prefeitura de São Paulo e a GTZ (Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit GmbH), para o desenvolvimento de ações conjuntas nas áreas de interesse comum. Agosto, 2005.

- Declaração da cidade de Hamburgo como cidade-irmã. Setembro, 2005.

ARMÊNIA:

- Protocolo de Intenções entre São Paulo e a Cidade de Yerevan, objetivando o estabelecimento de cooperação mútua e intercâmbio cultural entre as duas cidades. 7 de maio de 2002.

ARGENTINA:

-Convênio Marco de Cooperação entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e o Governo da Cidade Autônoma de Buenos Aires. 5 de outubro de 2001

-Convênio Marco de Cooperação entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e o Governo da Cidade Autônoma de Buenos Aires. 18 de abril de 2008

AUSTRÁLIA:

-Não existem convênios

BÉLGICA:

- Não existem convênios

BOLÍVIA:

-Tratado de Cooperação entre São Paulo e Santa Cruz de la Sierra. 18 de Junho de 2004

CANADÁ:

-Acordo de Cooperação Técnica, Economia e Gerencial entre São Paulo e Toronto. Setembro de 2000.

-Lei nº12.955 de 16 de dezembro de 1999 declara Toronto “Cidade Irmã” de São Paulo.

CHILE:

- Não existem convênios

CHINA:

-Lei nº12.887 de 7 de outubro de 1999 declara Pequim “Cidade Irmã” de São Paulo

-Protocolo de Intenção entre São Paulo e Shenzhen

-Protocolo de Intenções que Celebram a Prefeitura por Intermédio da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação e a Federação de Esportes de Xangai. 7 de fevereiro de 2007

-Declaração Conjunta entre as Cidades Irmãs São Paulo e Xangai. Abril de 2003

-Lei nº 26.309 de 04 de julho de 1988 declara Shanghai “Cidade Irmã” de São Paulo

-Protocolo de Intenções que Celebram a Cidade de São Paulo e a Comissão Municipal de Educação de Xangai visando fomentar o intercâmbio e a cooperação educacional entre elas.
19 de setembro de 2007

-Termo de Cooperação nº07/2007 entre Lu Wan Middle School Shanghai e EMEF CEU Butantã, São Paulo 19 de setembro de 2007

COLÔMBIA:

- Não há convênios

CORÉIA DO SUL:

- Acordo de Cooperação Técnica com a Cidade de Seul. 18 de Maio de 2009.

CUBA:

- Protocolo de Cooperação Técnica entre a Prefeitura de São Paulo e a Empresa Municipal de Urbanização de Havana (EMURB) para o intercâmbio nas áreas de instrumentos urbanísticos, planos e projetos de reabilitação do espaço público e do centro histórico da cidade de São Paulo e do centro histórico da cidade de Havana. Novembro,2004.

ESPANHA:

-Protocolo de Colaboração entre o CIFAL BILBAO e o Coordenador do Núcleo – Cidade de São Paulo. 5 de novembro de 2003

-Convênio de Fraternidade entre a Cidade de Barcelona e a Cidade de São Paulo 15 de abril de 1985

-Protocolo de Intenções que Celebram entre si a Prefeitura do Município de São Paulo e Generalitat de Catalunya 10 de março de 2006

EQUADOR:

- Não há convênio

ESTADOS UNIDOS:

- Declaração da cidade de Miami como cidade-irmã. Junho, 1988.

- Declaração da cidade de Chicago como cidade-irmã. Novembro, 2005.

FRANÇA:

- Acordo de Cooperação entre a Prefeitura de São Paulo e a Região Provence Alpes – Cote D’Azur. Outubro, 2002.
- Protocolo de Amizade e Cooperação entre a Prefeitura de São Paulo e a Prefeitura de Paris. Janeiro, 2004.
- Convênio entre a Prefeitura de São Paulo e a Região Ile-de-France. Setembro, 2006.
- Protocolo de Cooperação Técnica entre a Prefeitura de São Paulo e o Consulado - Geral da França em São Paulo na área educacional. Abril, 2003.
- Convenção entre a Prefeitura de São Paulo, a Câmara Municipal de São Paulo e o Fundo Internacional de Solidariedade das Cidades contra a Pobreza sobre a implantação e o funcionamento de um Restaurante-Escola. Agosto, 2003.
- Termo de Adesão para a Cooperação entre a Prefeitura de São Paulo, a Caixa Econômica Federal e a República Francesa, com base no Protocolo de Intenções celebrado entre o Brasil e a França (Gerenciamento de Resíduos Sólidos). Novembro, 2002.
- Protocolo de Cooperação Técnica SMS/SMRI e Ministério da Saúde da França (Saúde da Família e do Portador de Deficiência Física). Março, 2004.
- Convênio de Cooperação Técnica entre a Prefeitura de São Paulo e a Secretaria de Estado de Patrimônio e da Descentralização Cultural da França (Preservação e Valorização do Patrimônio Arquitetônico e Urbano da cidade de São Paulo). Outubro, 2004.
- Cooperação Técnica entre a Prefeitura de São Paulo e a ACT Consultants (Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana). Março, 2002.

INGLATERRA:

- Carta Conjunta de Intenções de Cooperação nas áreas de educação, esportes e revitalização urbana. Setembro, 2003.

ÍNDIA:

- Lei que institui a Semana Municipal da Yoga. Novembro, 2001.

IRÃ:

- Não há convênios.

ISRAEL:

- Declaração da cidade de Tel Aviv como cidade-irmã. Julho, 2004.

ITÁLIA:

- Declaração da cidade de Milão como cidade-irmã. Março, 1962.
- Protocolo de Cooperação Técnica entre a Prefeitura de São Paulo, o Consulado Geral da Itália e a Federação das Entidades Culturais Ítalo-Brasileiras do Estado de São Paulo (FECIBESP) sobre ensino do idioma italiano na rede pública. Fevereiro, 2003.
- Acordo de Cooperação entre a Prefeitura de São Paulo e a Região de Emilia- Romagna sobre o intercâmbio na área do desenvolvimento e promoção social e econômica. Julho, 2003.
- Acordo de Cooperação entre a Prefeitura de São Paulo e a cidade de Milão nas áreas de cultura, eventos, transporte e promoção econômica. Outubro, 2003.
- Acordo de Cooperação entre a Prefeitura de São Paulo, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e o Conselho Comunal de Milão, tendo como anuentes a Câmara Municipal de São Paulo e a Fundação Jovem Profissional, objetivando o fornecimento de bolsas de estudos culinários a alunos do projeto Restaurante Escola. Agosto, 2005.
- Convênio Marco de Cooperação entre a cidade de São Paulo e a cidade de Turim a fim de realizar atividades conjuntas que fortaleçam e incrementem as relações entre as duas cidades, aprofundando os vínculos existentes. Novembro, 2001.
- Protocolo de Intenções entre a cidade de São Paulo e a cidade de Milão sobre restauração do Monumento da Fonte Milão por ocasião dos festejos do 450º aniversário da fundação de São Paulo. Janeiro, 2004.
- Protocolo de Intenções entre a Prefeitura de São Paulo e a Prefeitura de Milão objetivando estabelecer tratativas para a realização de atividades conjuntas, com o fim de incrementar o desenvolvimento humano na Gleba São Francisco – Zona Leste de São Paulo. Junho, 2004.

LÍBANO:

- Declaração da cidade de Beirute como cidade-irmã. Fevereiro, 1996.
- Protocolo de Intenções assinado com a Cidade de Beirute. Março, 2009.

MÉXICO:

- Protocolo de Intenções que estabelece a cidade de São Paulo e a cidade de Monterrey, com o fim de promover o intercâmbio e a cooperação entre ambas as cidades. Setembro, 2007.

PAÍSES BAIXOS:

- Protocolo de Intenções entre a cidade de São Paulo e o Institute for Housing and Urban Development Studies objetivando estabelecer programa de cooperação técnica nas áreas de planejamento, gestão habitacional, desenvolvimento urbano, gestão ambiental, coleta seletiva e educação ambiental. Dezembro, 2002.
- Protocolo de Intenções entre a cidade de São Paulo e a Prefeitura de Rotterdam buscando a cooperação bilateral nos setores de interesse. Abril, 2008.

PAÍS BASCO:

- Não há convênios.

PANAMÁ:

- Não há convênios.

PARAGUAI:

- Não há convênios.

PERU:

- Declaração da cidade de Lima como cidade-irmã. Maio, 2002.

PORTUGAL:

- Declaração da cidade de Lisboa como cidade-irmã. Outubro, 1995.

RÚSSIA:

- Protocolo de Intenções entre a Secretaria Municipal de Cultura da cidade de São Paulo e o Comitê de Cultura do Governo da cidade de Moscou, para a realização de ações de cooperação recíproca na área cultural. Dezembro, 2000.

SINGAPURA:

- Não há convênios.

SUÉCIA:

- Não há convênios.

SUÍÇA:

- Convênio Marco de Cooperação entre a Prefeitura de São Paulo e a Prefeitura de Genebra, para a realização de atividades conjuntas com o fim de fortalecer e incrementar as relações entre as cidades, aprofundando os vínculos existentes. Fevereiro, 2002.

URUGUAI:

- Declaração da cidade de Montevideú como cidade-irmã. Novembro, 2001.

ANEXO 3



TERMO DE CONVÊNIO ÎLE-DE-FRANCE

I. INTRODUÇÃO

O Termo de Convênio celebrado entre a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) e o Conselho Regional de Île-de-France (CRIF), em 30 de novembro de 2006, estabeleceu a execução de cinco projetos nas áreas de cultura, saúde, educação e desenvolvimento por meio de co-financiamento entre a região francesa e a PMSP.

Os cinco projetos contemplados pelo convênio são: Capacitação de Agentes Para o Programa de Saúde Família; Construção do Centro Cultural e de Capacitação Cidade Tiradentes; Mapeamento das Atividades das Ciências da Vida, Saúde e Biotecnologia na cidade de São Paulo; Capitalização do Fundo de Crédito Popular São Paulo Confia; e Plano de Negócios On-Line.

II. PROJETOS CONTEMPLADOS PELO CONVÊNIO

1. CENTRO CULTURAL E DE CAPACITAÇÃO CIDADE TIRADENTES.

Secretaria responsável: Secretaria Municipal da Cultura

O objetivo do projeto: é a construção do Centro Cultural e de Capacitação da Cidade Tiradentes, para suprir as carências de equipamentos culturais e de espaços de convivência da região.

Status da obra: Em construção.

Orçamento do Projeto: O orçamento inicial do projeto € 680.000,00 (CRIF € 300.000,00 e PMSP € 380.000,00).

2. MAPEAMENTO DAS ATIVIDADES DAS CIÊNCIAS DA VIDA, SAÚDE E BIOTECNOLOGIA NA CIDADE DE SÃO PAULO.

Secretaria responsável: Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho

O objetivo do projeto: O estudo concluído em maio de 2009 propôs mapear as atividades ligadas às áreas das Ciências da Vida, Saúde e Biotecnologia no Município de São Paulo, baseado em quatro dimensões principais: prestação de serviços em saúde, formação, pesquisa e desenvolvimento, e produção. Após o levantamento de dados, o projeto avaliou o potencial das atividades descritas e a formulação de políticas públicas que explorem a condição singular da metrópole e promovam condições para seu desenvolvimento social e econômico. A conclusão do projeto se dará com a publicação das conclusões do projeto em um website para acesso a população em geral.

Status: Primeira fase entregue (mapeamento). Aguardando análise de implementação de portal eletrônico e sistema de atualização de dados (SEMDET).

Orçamento do Projeto: € 310.000,00 (CRIF €150.000,00 e PMSP € 160.000,00)

3. CAPACITAÇÃO DE AGENTES PARA O PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

Secretaria responsável: Secretaria Municipal da Saúde (SMS)

O objetivo do projeto: contribuir na melhora da qualidade da assistência à saúde na estratégia do programa de Saúde da Família, por meio da capacitação de agentes comunitários de saúde, auxiliares de enfermagem e assistentes sociais na região da Cidade Tiradentes. A escolha da região de Cidade Tiradentes para a implantação do projeto se deu dada sua formação peculiar. Nela se encontra o maior complexo de conjuntos habitacionais da América Latina com população de 266 mil habitantes. Para a realização do primeiro módulo do projeto

a Organização Social (O.S.) Casa de Saúde Santa Marcelina foi contratada sob supervisão da SMS. Para haver aproveitamento de equipamentos públicos e otimização de custos, as instalações da Escola Técnica de Saúde Pública da Cidade Tiradentes foram utilizadas.

Os módulos contemplados pelo projeto são:

Módulo I - Prevenção da Violência e Promoção da Cultura de Paz e Saúde Bucal: ações de promoção e prevenção;

Módulo II - Saúde Mental e a Atenção à Saúde da Família;

Módulo III - Saúde da Mulher: Ações de Promoção e Prevenção nos Ciclos de Vida.

Status: primeira fase completa. O projeto se encontra na etapa de contratação da OS Santa Marcelina pela SMS para execução das 2ª e 3ª etapas.

Orçamento do Projeto: € 160.000,00 (CRIF € 80.000,00 e PMSP € 80.000,00).

4. CAPITALIZAÇÃO DO FUNDO DE CRÉDITO POPULAR SÃO PAULO CONFIA

Secretaria responsável: Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho

O objetivo do projeto: A capitalização do fundo do Sistema de Microcrédito Produtivo Orientado da Associação Civil São Paulo Confia visa o desenvolvimento sócio-econômico por meio do fomento de pequenos e micro empreendimentos no município de São Paulo.

Status: concluído, em fase de prestação de contas.

Orçamento do Projeto: € 160.000,00 (CRIF € 80.000,00 e PMSP € 80.000,00)

5. PLANO DE NEGÓCIOS ON-LINE

Secretaria responsável: Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho

O objetivo do projeto: O projeto tinha como objetivo disponibilizar através do portal de acesso via web, uma ferramenta informacional capaz de orientar os empresários na elaboração de um Plano de Negócios para seus investimentos. O projeto foi descontinuado por haver iniciativa semelhante desenvolvida pelo SEBRAE com o apoio da PMSP.

Status: Em avaliação.

Orçamento do Projeto: € 140.000,00 (CRIF € 70.000,00 e PMSP € 70.000,00)